



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E  
QUALIDADE DE VIDA**

**HELOISE MICHELLE NUNES MEDEIROS**

**TURISMO ALTERNATIVO: ESFORÇOS DAS PESQUISAS NAS  
AMÉRICAS E PERCEPÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS EM UMA  
RESERVA EXTRATIVISTA (RESEX) DO OESTE PARAENSE, BRASIL**

Santarém  
2019

**HELOISE MICHELLE NUNES MEDEIROS**

**TURISMO ALTERNATIVO: ESFORÇOS DAS PESQUISAS NAS  
AMÉRICAS E PERCEPÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS EM UMA  
RESERVA EXTRATIVISTA (RESEX) DO OESTE PARAENSE, BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida da Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestra em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida.

Orientador: Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior.

Coorientadora: Profa. Dra. Quêzia Leandro de Moura Guerreiro.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

---

M488t Medeiros, Heloise Michelle Nunes

Turismo alternativo: esforços das pesquisas nas Américas e percepção de impactos ambientais em uma reserva extrativista (RESEX) do oeste paraense, Brasil./ Heloise Michelle Nunes. – Santarém, 2019.

143 p. : il.

Inclui bibliografias.

Orientador: José Max Barbosa de Oliveira Junior

Coorientadora: Quêzia Leandro de Moura Guerreiro

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida.

1. Amazônia. 2. Américas. 3. RESEX Tapajós-Arapiuns. I. Oliveira Junior, José Max Barbosa de, *orient.* II. Guerreiro, Quêzia Leandro de Moura, *coorient.* III. Título.

CDD: 23 ed. 338.4791098115

---

Bibliotecária - Documentalista: Renata Ferreira – CRB/2 1440

**HELOISE MICHELLE NUNES MEDEIROS**

**TURISMO ALTERNATIVO: ESFORÇOS DAS PESQUISAS NAS  
AMÉRICAS E PERCEPÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS EM UMA  
RESERVA EXTRATIVISTA (RESEX) DO OESTE PARAENSE, BRASIL**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestra ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida da Universidade Federal do Oeste do Pará, pela comissão composta pelos examinadores:

Conceito:

Data de aprovação: 18/09/2019

---

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Orientador  
Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas – ICTA  
Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Quêzia Leandro de Moura Guerreiro – Coorientadora  
Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas – ICTA  
Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Isabel da Silva Aço Renda – Membro externo a instituição  
Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo – ESGHT  
Universidade do Algarve – UAlg, Portugal

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sandra Maria da Silva – Membro externo ao programa  
Centro de Formação Interdisciplinar – CFI  
Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa

---

Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira – Membro interno  
Instituto de Biodiversidade e Florestas – IBEF  
Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa

Santarém-Pará, Brasil, 18 de outubro de 2019.

Dedico este trabalho à minha mãe, Maria Nelma; Ao meu pai, Mauro Torres; Ao meu esposo, Clebson Freitas; Às minhas irmãs, Celina e Heliane; Às minhas sobrinhas, Heloysa e Letícia; os meus mestres, José Max e Quêzia Moura; as minhas amigas Ediane e Elitânia; Aos meus colegas de turma.

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) pela oportunidade de aperfeiçoar meus conhecimentos.

Aos meus orientadores Dr. José Max Oliveira Junior e Dra. Quêzia Guerreiro por terem me incentivado a buscar uma vaga neste Programa e compartilharem seus conhecimentos científicos, por me ajudarem na escrita e pela paciência que tiveram em me instruir.

A todos os docentes do Programa de Pós-graduação em Sociedade Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ) pelo leque de saberes repassados.

Ao senhor Dinael da Associação TAPAJOARA, ao Adriano do ICMBio e a Andréia do Centro de Artesanato Cristo Rei pelas informações prestadas.

Aos extrativistas das comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns pela disponibilidade em participarem desta pesquisa.

Às lideranças comunitárias por nos acolher em suas residências.

Ao meu esposo Clebson por ter viajado comigo e me ajudado na realização das entrevistas.

Ao meu colega Everton também por ter se disponibilizado em me ajudar nas pesquisas.

À minha amiga Elitânia pela força enquanto realizava os estudos e pelos livros emprestados.

A todos os meus colegas do Programa de Pós-graduação em Sociedade Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ) pelo compartilhamento de conhecimentos e angústias ao longo destes dois anos em especial a Verena, a Ana, a Vânia e a Patrícia.

À minha mãezinha, minha fiel companheira de todas as horas.

**Meu muito obrigada!**



“A educação é a arma mais poderosa que  
você pode usar para mudar o mundo”.

**Nelson Mandela**

## RESUMO GERAL

O turismo é altamente dependente dos recursos naturais e culturais, porém, em consequência da atratividade dos ambientes pode gerar impactos positivos e/ou negativos, no âmbito natural, cultural ou social. Em virtude das relações supracitadas, as atividades turísticas se especializam em segmentos como é o caso do turismo alternativo, mais consciente e responsável com os recursos naturais e a cultura de sua população local. Neste contexto, o objetivo geral desse trabalho foi realizar uma análise cienciométrica dos estudos com turismo alternativo no Continente americano, bem como analisar a percepção local de possíveis impactos ambientais em comunidades localizadas em uma Reserva Extrativista (RESEX) no Oeste paraense, Brasil. Para responder a esses objetivos a dissertação foi dividida em dois capítulos, que estão no formato de artigos. **Capítulo 1:** O objetivo deste trabalho foi avaliar a produção científica dos estudos publicados sobre turismo alternativo e impactos ambientais no período de 1973 a 2017 no Continente americano, através de uma análise cienciométrica. O estudo foi desenvolvido através da busca de trabalhos nas bases de dados *ISI Web of Knowledge*, *Scopus Database* e *Scielo*. Foram tabulados 4.137 trabalhos. Existe uma correlação forte positiva entre o número de trabalhos e ano de publicação ( $r = 0,864$ ;  $p < 0,001$ ). América do Norte foi a região com o maior número de publicações ( $N = 2.225$ ; 47,48%). Foi encontrada uma alta diversidade de periódicos que publicam trabalhos sobre turismo alternativo no continente americano ( $H' = 4.653$ ), sendo *Estudios y Perspectivas en Turismo* ( $N = 186$ ; 15%) o periódico com maior número de publicações. O maior número de publicações aborda o segmento Ecoturismo ( $N = 1.257$ ; 30,12%). O maior número de trabalhos foi desenvolvido em ambientes terrestres ( $N = 3.156$ ; 76%). Do total de publicações, apenas 19% ( $N = 768$ ) foram realizadas em áreas protegidas. As principais abordagens dos estudos foram impactos ( $N = 595$ ; 14,4%). Dentre os meios ambientais, o meio antrópico foi o mais estudado ( $N = 2.826$ ; 40%). Alteração na qualidade da água (17%) foi o componente impactado mais estudado. Existe diferença significativa entre o caráter dos impactos abordados nos trabalhos ( $F_{(3, 119)} = 2.985$ ;  $p = 0.034$ ). Mesmo com tantos subconceitos é necessário desenvolver o turismo alternativo de maneira a respeitar o que a essência do segmento preceitua, como o desenvolvimento sustentável, com envolvimento e valorização das comunidades e tradições locais, incorporando-as ao setor econômico e promovendo a educação ambiental. **Capítulo 2:** O presente capítulo teve como objetivo identificar, considerando a percepção dos moradores, os possíveis impactos ambientais decorrentes do

turismo alternativo em comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. A verificação dos impactos ambientais foi efetuada através de entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas e fechadas com 122 moradores de três comunidades da RESEX. A maioria (91,8%) dos informantes não sabe explicar o conceito de turismo alternativo (TA), no entanto, para 87,7% deles o TA não gera impactos negativos. Renda (53%) é a expressão mais frequente utilizada pelos moradores da RESEX para demonstrarem o que o turismo alternativo traz de impactos positivos. Para maioria dos entrevistados os turistas não influenciam na mudança de costumes local (74,6%), bem como, não identificam violência (94,3%) relacionada ao turismo. Por fim, 89,3% dos moradores afirmam que os turistas não poluem os ambientes. A pesquisa realizada nesta importante Unidade de Conservação merece a atenção de técnicos e pesquisadores acadêmicos, podendo dessa forma, fornecer subsídios a programas de gestão, no sentido de proporcionar um conjunto de bases reais para análise, interpretação e planejamento de espaços turísticos.

**Palavras-chave:** Amazônia; Américas; RESEX Tapajós-Arapiuns; alterações ambientais; ecoturismo; lacunas do conhecimento, tendência espacial e temporal; Percepção ambiental.

## GENERAL ABSTRACT

Tourism is highly dependent on natural and cultural resources; however, as a result of the attractiveness of the environment, it can have positive and / or negative impacts in the natural, cultural or social context. Due to the aforementioned relationships, tourism activities specialize in segments such as alternative tourism, more aware and responsible for the natural resources and culture of its local population. In this context, the general objective of this work was to perform a scientometric analysis of studies with alternative tourism in the American continent, as well as to analyze the local perception of possible environmental impacts in communities located in an Extractive Reserve (RESEX) in West paraense, Brazil. To meet these objectives the dissertation was divided into two chapters, which are in the format of articles. **Chapter 1:** The objective of this work was to evaluate the scientific production of the studies published on alternative tourism and environment impacts from 1973 to 2017 in the American continent, through a scientometric analysis. The study was developed through search of works in ISI Web of Knowledge databases, Scopus Database and Scielo. 4,137 papers were tabulated. There is a strong positive correlation between the number of papers and year of publication ( $r = 0.864$ ,  $p < 0.001$ ). North America was the region with the highest number of publications ( $N = 2,225$ , 47,48%). It was found a high diversity of journals that publish works on alternative tourism in the American continent ( $H' = 4.653$ ), being *Estudios y Perspectivas en Turismo* ( $N = 186$ ; 15%) the periodical with the largest number of publications. The largest number of publications addresses the Ecotourism segment ( $N = 1,257$ , 30.12%). The largest number of studies was carried out in terrestrial environments ( $N = 3156$ , 76%). Of the total number of publications, only 19% ( $N = 768$ ) were conducted in protected areas. The main approaches of the studies were impacts ( $N = 595$ , 14.4%). Among the environmental means, the anthropic environment was the most studied ( $N = 2,826$ , 40%). Change in water quality (17%) was the most studied impacted component. There is a significant difference between the character of the impacts addressed in the studies ( $F_{(3, 119)} = 2,985$ ,  $p = 0.034$ ). Even with so many subconceptions it is necessary to develop alternative tourism in order to respect what the essence of the segment prescribes, such as sustainable development, with involvement and appreciation of local communities and traditions, incorporating them into the economic sector and promoting environmental education. **Chapter 2:** The present chapter aimed to identify, considering residents' perceptions, the possible environmental impacts of alternative tourism in RESEX Tapajós-Arapiuns communities, Pará, Brazil. Verification of environmental impacts was carried out through

structured interviews, with open and closed questions with 122 residents of three RESEX communities. Most informants (91.8%) do not know how to explain the concept of alternative tourism (AT), however, for 87.7% of them the TA does not generate negative impacts. Income (53%) is the most frequent expression used by RESEX residents to disclose what alternative tourism brings about positive impacts. For most respondents, tourists do not influence local customs change (74.6%), nor do they identify tourism-related violence (94.3%). Finally, 89.3% of residents say that tourists do not pollute the environments. The research carried out in this important Conservation Unit deserves the attention of technicians and academic researchers, and can thus provide subsidies to management programs, in order to provide a set of real bases for analysis, interpretation and planning of tourist spaces.

**Keywords:** Amazon; Americas; RESEX Tapajos-Arapiuns; Environmental changes; Ecotourism; Knowledge gaps, Spatial and temporal trends; Environmental perception.

**LISTA DE FIGURAS**  
**REFERENCIAL TEÓRICO**

Figura 1 - Fluxograma demonstrando as subdivisões do turismo alternativo.....30

**CAPÍTULO 1**

Figura 1 - Frequência de países alvos de estudos sobre turismo alternativo dentre as Américas (Norte, Central e Sul) no período de 1973 a 2017.....50

Figura 2 - Correlação entre o número e o ano de publicação dos trabalhos sobre turismo alternativo no continente Americano (período de 1973 a 2017) .....52

Figura 3 - Periódicos científicos com maior número de publicações sobre turismo alternativo no continente Americano (período de 1973 a 2017) .....53

Figura 4 - Porcentagens dos principais segmentos do turismo alternativo encontrados nas publicações do continente Americano (período de 1973 a 2017). Caixas amarelas representam os três termos mais encontrados nas publicações dentro de turismo alternativo (caixa verde escuro) .....55

Figura 5 - Ambientes de realização dos estudos com turismo alternativo no continente Americano no período de 1973 a 2017 .....57

Figura 6 - Número de publicações sobre turismo alternativo (período de 1973 a 2017) em Áreas Protegidas por Américas (Sul, Norte e Central) .....58

Figura 7 - Número de publicações sobre turismo alternativo (período de 1973 a 2017) em Áreas Protegidas por categoria de Unidade de Conservação segundo o SNUC. PARNA= Parque Nacional; RB= Reserva da Biosfera; FLONA= Floresta Nacional; REBIO= Reserva Biológica; REVIS= Refúgio da Vida Silvestre; APA= Área de Proteção Ambiental; ESEC= Estação Ecológica .....59

Figura 8 - Principais abordagens das publicações sobre turismo alternativo no continente Americano (período de 1973 a 2017) .....60

Figura 9 - a) Meios Ambientais estudados e b) componente impactado segundo as publicações sobre turismo alternativo no continente Americano (período de 1973 a 2017).

Figura 10 - Caráter dos impactos ambientais abordados nas publicações sobre turismo alternativo no continente americano (período de 1973 a 2017) .....61

**CAPÍTULO 2**

Figura 1 - Localização das comunidades estudadas na RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil .....77

Figura 2 - Grupos de perguntas utilizadas para entrevistas com moradores de três comunidades da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil .....	81
Figura 3 - Principais ocupações de moradores com experiência em turismo de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil .....	86
Figura 4 - Renda familiar mensal de moradores com experiência em turismo de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil .....	87
Figura 5 - Recebimento de auxílios governamentais por moradores com experiência em turismo de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil .....	88
Figura 6 - Meios de comunicação de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. a) aparelhos de rádio; b) aparelhos de televisão; c) aparelhos de celular .....	89
Figura 7 - Aspectos de dois meios de comunicação em comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. a) rádio comunitária na comunidade de Maripá e b) telefone público na comunidade de Maripá .....	90
Figura 8 - Infraestruturas em duas comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. a) posto de saúde na comunidade de São Miguel e b) escola de ensino Fundamental na comunidade de Maripá .....	91
Figura 9 - Infraestruturas em comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. a) escola de Ensino Fundamental e Médio na comunidade de Anã e b) escola de ensino Fundamental e Médio na comunidade de São Miguel .....	91
Figura 10 - Porcentagem de respostas de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil sobre infraestrutura das comunidades. a) Microssistema; b) Esgotamento sanitário; c) Energia; d) resíduos sólidos .....	92
Figura 11 - Infraestruturas em comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. a) microssistema na comunidade de São Miguel e b) placa solar na comunidade de Maripá .....	93
Figura 12 - Porcentagem global e por comunidades de respostas de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil sobre recebimento de assistência técnica .....	94
Figura 13 - Porcentagem global e por comunidades de respostas de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil sobre o conhecimento do Plano de Manejo da RESEX Tapajós-Arapiuns .....	95

Figura 14 - Porcentagem global e por comunidades de respostas de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil sobre o conhecimento do que é turismo alternativo .....	96
Figura 15 - Análise de similitude das 12 expressões mais frequentes utilizadas para demonstrar o que o turismo trouxe de impactos positivos para as comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. O tamanho de uma palavra é proporcional à frequência do seu uso .....	98
Figura 16 - Número global e por comunidades de respostas de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil sobre impactos negativos .....	99
Figura 17 - Hospedagens destinadas aos turistas nas comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. a) Anã; b) Maripá e c) São Miguel .....	102
Figura 18 - Hábitos culturais nas comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. a) casa de farinha em São Miguel; b) jogo de futebol em São Miguel e c) mulher pescadora em Anã .....	103
Figura 19 - Praias que se formam no verão nas comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. a) Anã; b) Maripá e c) São Miguel .....	108
Figura 20 - Ordenação (através da Análise de Componentes Principais-PCA) das respostas dos entrevistados com relação ao caráter dos impactos ambientais gerados pelo turismo alternativo em três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. TRI= Trilhas; PAP= Papel; CON= Conservação; ORG= Organização; LIM= Limpeza; ACA= Acampamentos; PLA= Plantas; ALU= Alumínio; CAR= Carvão; DES= Dejetos; LIX= Lixo; POA= Poluição da água; RPL= Rio poluído .....	109
Figura 21 - Porcentagem global e por comunidades de respostas de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil sobre o desejo de desenvolvimento do turismo na comunidade .....	110

**LISTA DE QUADROS**  
**REFERENCIAL TEÓRICO**

Quadro 1 - Correlação das categorias de Unidades de Conservação, segundo IUCN e SNUC .....	35
Quadro 2 - Área e caráter (positivo ou negativo) dos impactos ambientais e suas possíveis consequências geradas pelo turismo .....	40

**CAPÍTULO 1**

Quadro 1 - Termos utilizados nas bases de dados Scopus, <i>Scielo</i> e <i>Web Of Science</i> para busca das publicações sobre turismo alternativo no continente Americano, entre os anos de 1973 a 2017. n.a.= não se aplica .....	47
---	----

**CAPÍTULO 2**

Quadro 1 - Caracterização das comunidades Anã, Maripá e São Miguel localizados na RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil .....	80
--	----

## LISTA DE TABELAS

### CAPÍTULO 2

Tabela 1 - Perfil socioeconômico de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil .....	84
Tabela 2 - Número absoluto (N) e porcentagem (%) de respostas de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil sobre percepção das alterações na economia ocasionadas pelo turismo alternativo. N.s.r.= não soube responder .....	101
Tabela 3 - Número absoluto (N) e porcentagem (%) de respostas de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil sobre alterações culturais. N.s.r.= não soube responder .....	102
Tabela 4 - Número absoluto (N) e porcentagem (%) de respostas de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil sobre alterações sociais e políticas. N.s.r.= não soube responder .....	104
Tabela 5 - Porcentagem de respostas de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil sobre alterações nos ambientes naturais. N.s.r.= não soube responder .....	106

## LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACA	Acampamentos
ALU	Alumínio
Am	Clima tropical de monção
ANOVA	Análise de Variância
APA	Área de Proteção Ambiental
APROANÃ	Associação de Produtores Rurais da Comunidade de Anã
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
Art.	Artigo
ASCOPRAM	Associação Comunitária de Produtores da Comunidade de Maripá
ASCOVISM	Associação Comunitária da Vila de São Miguel
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR	Carvão
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CI	Conservação Internacional
CIET	<i>Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos</i>
CMAP	Comissão Mundial de Áreas Protegidas
CMMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COBRAMAB	Comissão Brasileira para o Programa “Homem da Biosfera”
COM	Conservação
DES	Dejetos
ESEC	Estação Ecológica
FLONA	Floresta Nacional
G.L.	Graus de liberdade
ICMBio -	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICT	Instituto Costaricense de Turismo
IDSM	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IESPES	Instituto Esperança de Ensino Superior
IN	Instrução Normativa
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
IRAMUTEQ	<i>Interface de R pour lês Analyses Multidimensionnelles de Texte set de</i>

*Questionnaires*

IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
LIM	Limpeza
LIX	Lixo
MAB	"O Homem e a Biosfera"
MCM	Memorial Chico Mendes
MN	Monumento Natural
MPA	Áreas Marinhas Protegidas
N	Número
N. S. R.	Não soube responder
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização não governamental
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
ORG	Organização
PA	Pará (estado brasileiro)
PAP	Papel
PARNA	Parque Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PLA	Plantas
POA	Poluição da água
PPGSAQ	Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida
Prof.	Professor
Profa.	Professora
PSA	Projeto Saúde e Alegria
RB	Reserva da Biosfera
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
REFAU	Reserva de Fauna
RESEX	Reserva Extrativista
REVIS	Refúgio da Vida Silvestre
RPL	Rio poluído

RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
<i>Scielo</i>	<i>Scientific Electronic Library</i>
SIRGAS	Sistema de Coordenadas Universal Transversa de Mercator
SisBio	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TAPAJOARA	Associação das Organizações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns
TCLE	Termo de Conhecimento Livre Esclarecido
TIES	Sociedade Internacional de Ecoturismo
TRI	Trilhas
Tukey	Teste de <i>Tukey</i>
UAlg	Universidade do Algarve
UC	Unidade de Conservação
UCs	Unidades de Conservação
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WOS	<i>Web of Science</i>
WWF	<i>World Wide Fund For Nature</i>
s/n°	Sem número
F	Frequência
p	Significância de teste estatístico
r	Valor de correlação
H'	Índice de <i>Shannon-Wiener</i>
D'	Diversidade
T	Teste T de <i>student</i>

## SUMÁRIO

<b>1. ESTRUTURA E FORMATAÇÃO DA DISSERTAÇÃO</b>	22
<b>2. INTRODUÇÃO GERAL</b>	23
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO</b>	25
3.1. TURISMO DE MASSA VERSUS TURISMO ALTERNATIVO	25
3.2. TURISMO ALTERNATIVO/ECOTURISMO E SEGMENTAÇÕES	29
3.3. ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	33
3.4. ECOTURISMO E IMPACTOS AMBIENTAIS	39
CAPÍTULO I: TURISMO ALTERNATIVO E IMPACTOS AMBIENTAIS: UMA VISÃO GERAL DOS ESFORÇOS DAS PESQUISAS NAS AMÉRICAS NO PERÍODO DE 1973 A 2017	43
<b>RESUMO</b>	43
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	44
<b>2. MATERIAL E MÉTODOS</b>	46
2.1. TIPO DE ESTUDO	46
2.2. COLETA DE DADOS	46
<b>3. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	49
3.1. TENDÊNCIAS ESPACIAIS DAS PUBLICAÇÕES	49
3.2. TENDÊNCIAS TEMPORAIS DAS PUBLICAÇÕES	51
3.3. PERIÓDICOS CIENTÍFICOS	53
3.4. SEGMENTOS DO TURISMO ALTERNATIVO	55
3.5. AMBIENTES DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	56
3.6. TRABALHOS REALIZADOS EM ÁREAS PROTEGIDAS	58
3.7. ASSUNTOS MAIS ABORDADOS	60
3.8. MEIO AMBIENTAL E COMPONENTE IMPACTADO	61
3.9. CARÁTER DOS IMPACTOS AMBIENTAIS	63
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	64
<b>REFERÊNCIAS</b>	67
CAPÍTULO II: TURISMO ALTERNATIVO E IMPACTOS AMBIENTAIS: PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS, PARÁ, BRASIL	73
<b>RESUMO</b>	73
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	74
<b>2. MATERIAL E MÉTODOS</b>	77

2.1. ÁREA DE ESTUDO .....	77
<b>2.1.2. Caracterização socioeconômica .....</b>	<b>79</b>
<b>2.1.3. Descrição das comunidades amostradas .....</b>	<b>80</b>
2.2. COLETA DE DADOS .....	80
2.3. ANÁLISE DOS DADOS .....	82
2.4. PRINCÍPIOS ÉTICOS .....	83
<b>3. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>83</b>
3.1. DESCRIÇÃO GERAL E PERFIL SOCIOECONÔMICO .....	83
<b>3.1.1. Infraestrutura das comunidades .....</b>	<b>90</b>
3.2. PERCEPÇÃO DO CONCEITO E IMPACTOS AMBIENTAIS DO TURISMO ALTERNATIVO .....	96
<b>3.2.1. Percepção do conceito de turismo alternativo .....</b>	<b>96</b>
<b>3.2.2. Descrição geral da percepção do caráter dos impactos ambientais .....</b>	<b>97</b>
<b>3.2.3. Percepção dos impactos econômicos do turismo .....</b>	<b>100</b>
<b>3.2.4. Percepção dos impactos culturais do turismo .....</b>	<b>102</b>
<b>3.2.5. Percepção dos impactos sociais e políticos do turismo .....</b>	<b>104</b>
<b>3.2.6. Percepção dos impactos do turismo nos ambientes naturais .....</b>	<b>105</b>
3.2.6.1. Percepção dos impactos ambientais positivos e negativos do turismo nas comunidades .....	108
<b>3.2.7. Percepção da aceitação do turismo nas comunidades .....</b>	<b>109</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>113</b>
<b>4. CONCLUSÕES GERAIS .....</b>	<b>122</b>
<b>REFERÊNCIAS GERAIS .....</b>	<b>124</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>129</b>
APÊNDICE I – Roteiro para coleta de dados dos moradores da RESEX Tapajós-Arapuins, Santarém/Aveiro, Pará, Brasil. ....	129
APÊNDICE II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). ....	135
<b>ANEXOS .....</b>	<b>138</b>
ANEXO I – Resolução UFOPA nº 187/2017 utilizada para formatação dos elementos gerais da dissertação. ....	138
ANEXO II – Autorização Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP). ..	139
ANEXO III – Autorização do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO). ....	141

## **1. ESTRUTURA E FORMATAÇÃO DA DISSERTAÇÃO**

A dissertação intitulada “TURISMO ALTERNATIVO: ESFORÇOS DAS PESQUISAS NAS AMÉRICAS E PERCEPÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS EM UMA RESERVA EXTRATIVISTA (RESEX) DO OESTE PARAENSE, BRASIL” está organizada em dois capítulos, que estão no formato de artigos de pesquisa. Os elementos gerais da dissertação bem como os capítulos seguem a Resolução UFOPA nº 187/2017 (Anexo I). Os capítulos estão dispostos da seguinte maneira:

**CAPÍTULO 1** - “TURISMO ALTERNATIVO E IMPACTOS AMBIENTAIS: UMA VISÃO GERAL DOS ESFORÇOS DAS PESQUISAS NAS AMÉRICAS NO PERÍODO DE 1973 A 2017”, tem como objetivo avaliar a produção científica dos estudos publicados acerca do turismo alternativo no período de 1973 a 2017 no Continente americano, por meio de uma análise cienciométrica.

**CAPÍTULO 2** - “TURISMO ALTERNATIVO E IMPACTOS AMBIENTAIS: PERCEPÇÃO DOS MORADORES NA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS, PARÁ, BRASIL”, com objetivo de identificar, considerando a percepção dos moradores, os possíveis impactos ambientais decorrentes do turismo alternativo em três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns.

## 2. INTRODUÇÃO GERAL

Em meados do século XX, o turismo se tornou a atividade econômica mais importante do mundo, com uma taxa de crescimento de 5% ao ano (DIAS, 2008). Em 2019 o setor crescerá até 4%, segundo relatório da Organização Mundial do Turismo (OMT) e de acordo com seu último levantamento, o ano de 2018 foi o segundo melhor resultado dos últimos 10 anos, atingindo o número de 1,4 bilhão de chegadas internacionais no mundo, o que evidencia um aumento de 6% em relação a 2017, e as expectativas para 2030 são de 1,8 bilhão de chegadas internacionais mundiais (BRASIL, 2019). Este movimento econômico gerado pelo fluxo de pessoas produz efeitos diretos e indiretos em vários setores produtivos (DIAS, 2008).

O turismo é altamente dependente dos recursos naturais e culturais, motivando as pessoas a buscarem locais para descansar, realizar atividades esportivas, conhecer culturas diferentes, distrair-se e fugir da rotina (MOREIRA, 2014). Pode-se dizer que existe um número significativo de pessoas que podem ser caracterizadas como potenciais viajantes que buscam conhecer e vivenciar novos horizontes ou novas paisagens (GONTIJO; REGO, 2001).

Em virtude dos fatores supracitados, as atividades turísticas se especializam em segmentos, como é o caso do turismo alternativo, que tem uma ampla margem de abordagens centradas na ideia de “alternativo” resultando no surgimento de mais de 40 tipologias realizadas muitas vezes em áreas mais naturais possíveis (PIRES, 2017), mas que em suma caracteriza-se por ser mais consciente e responsável com os recursos naturais e a cultura de sua população local (OXINALDE, 1994; ORGAZ AGÜERA; CAÑERO MORALES, 2016).

Porém, o turismo alternativo não está isento de impactos, que podem ser de maior ou menor grau, positivos e/ou negativos, no âmbito natural, cultural ou social (NEIMAN; RABINOVICI, 2010). Desta forma se faz necessário conhecer e compreender as percepções e as opiniões dos residentes face ao turismo praticado e conseqüentemente seus impactos ambientais com o aparecimento de novos serviços e equipamentos associados à atividade turística.

A preocupação com os impactos advindos do turismo deve ser intensificada quando a atividade for desenvolvida em Unidades de Conservação (UC), como as Reservas Extrativistas (RESEX), pois estas são criadas conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com a finalidade de promover a conservação da biodiversidade e a proteção do ambiente (BRASIL, 2000), face à necessidade crescente de manter a sustentabilidade local, como é caso da RESEX Tapajós-Arapiuns.

Existem muitos trabalhos que analisam os impactos das atividades turísticas em UCs, porém, poucos estudos enfocam nas terminologias existentes para o turismo alternativo. Para verificar essa afirmação é necessário um estudo cienciométrico com essa abordagem, haja vista que os levantamentos realizados com a temática envolvendo o turismo aumentaram exponencialmente nos últimos 40 anos (ZHANG, 2015).

A ciencimetria se dedica a realizar estudos quantitativos em administração, estatística, economia, ciência e tecnologia, visando ao avanço do conhecimento e busca relacionar esse com questões sociais, políticas públicas e tendências de mercado (SPINAK, 1998). Ademais, comenta-se que a ciencimetria tem caráter multidisciplinar com relação aos métodos que utiliza (estatística, matemática, modelos sociológicos, informática, filosofia da ciência e linguística) (VANTI, 2002).

A presente pesquisa traz como problema os seguintes questionamentos: Existe uma evolução espacial e temporal das publicações científicas nas Américas voltadas ao turismo alternativo? O turismo alternativo tem gerado impactos ambientais em um contexto local?

E como objetivos do capítulo 1: avaliar a produção científica dos estudos publicados acerca do turismo alternativo no período de 1973 a 2017 no Continente americano, por meio de uma análise cienciométrica. Concomitante a isso, o capítulo 2 visa: identificar, considerando a percepção dos moradores, os possíveis impactos ambientais decorrentes do turismo alternativo em comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1. TURISMO DE MASSA *VERSUS* TURISMO ALTERNATIVO

Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) os segmentos sociais passaram a ter mais acesso aos bens de consumo, entre eles as viagens, que começaram a ser proporcionados pelo crescimento econômico de larga escala que se instalava (PANOSSO NETO, 2010). Nas décadas de 1950 e 1960 houve uma expansão e incentivo mundial às viagens, e consequentemente o crescimento exponencial do turismo, contribuindo para a sua “massificação” tanto na Europa quanto nos países periféricos (PIRES, 2017).

Três fatores se destacaram para justificar a expansão do turismo de massa que ocorreu naquele período. O primeiro deles foi o desenvolvimento dos meios de transporte, principalmente da aviação civil, com a viagem a jato houve o encurtamento dos deslocamentos, oferecendo segurança e qualidade nos serviços. O segundo foi a expansão das comunicações, as novas tecnologias possibilitaram a difusão de informações e conhecimentos até então limitados. O terceiro fator consistiu no crescimento da economia mundial e as conquistas trabalhistas que incentivaram o consumo de bens e serviços, antes privilégio somente das elites (REJOWSKI; SOLHA, 2002).

A partir desses fatores, Beni (2017) define o turismo de massa através dos níveis de estratificação socioeconômica dos turistas e afirma que o segmento também poderia ser denominado turismo de “classe média” ou “grande turismo”, que geralmente é confundido com turismo popular. Incluindo-se aí “os profissionais liberais, funcionários categorizados, empresariais e públicos, que contam com possibilidade de meios econômico-financeiros e com subvenções ou poupanças próprias” (BENI, 2017, p. 468). Diferentemente do turista alternativo que possui uma maior renda para realização de suas viagens (WARING; NEIL, 2014).

Beni (2017) ainda descreve as variáveis da demanda onde se verificam gastos moderados com consumo de serviços e equipamentos de primeira linha, mas não de luxo, esse tipo de viagem caracteriza-se pela utilização de meios de transporte mais econômicos incluídos nos pacotes comercializados pelas agências de viagens, com percursos e permanência curtos nos núcleos receptores, sem gastos supérfluos restringindo-se às necessidades básicas, viagens somente no período de férias, hospedam-se em hotéis de nível médio e grande utilização do sistema de crediário para o financiamento da viagem.

Uma das características do turismo de massa consiste no fato de que o mesmo tende a deixar o turista isolado dos comunitários locais, pois as viagens são em grupos guiados, as atrações têm pouca autenticidade e existe uma padronização dos destinos a fim de cativar mais e mais pessoas, receber mais visitantes e obter mais lucro, fazendo da atividade uma mercadoria dependente das leis de mercado (ARAUJO; CARVALHO, 2016).

No início dos anos 1970, no auge do turismo de massa, começam a aparecer os problemas desencadeados por ele, com suas consequências mais negativas que recaíram sobre a estrutura social e econômica das populações anfitriãs, assim como sobre a qualidade ambiental dos destinos consagrados por esse modelo desenvolvido (PANAZZOLO, 2005). Dito isso Pires (2017) descreve alguns destes impactos ocasionados pela expansão do turismo de massa:

Expropriação e ocupação violenta do território por parte das forças e agentes turísticos; especulação imobiliária e da terra; expulsão e marginalização de populações locais; ruptura dos valores culturais e desequilíbrio da economia local; degradação de culturas tradicionais; manipulação da memória e da herança coletiva; violação de lugares sagrados; segregação étnica; formação de “guetos” turísticos; desvios de comportamento e prostituição de mulheres e adolescentes; comportamento grosseiro e insensível de turistas nos destinos estrangeiros; poluição e destruição do meio natural; imperialismo econômico de corporações transnacionais, neocolonialismo; evasão de divisas para o exterior (PIRES, 2017, p. 35).

Nessa premissa Krippendorf (2009) corrobora com o destacado anteriormente mencionando que é possível equilibrar a visão de um turismo que degrada o meio ambiente a um turismo mais brando, assim como se pode dizer que é falsa a crença de que a solução que resta para o turismo de massa é suprimi-lo, pois existem outras possibilidades e afirma que pode ser moldado de forma criativa, propondo novos destinos e atividades, com a inserção de práticas humanizadas, tanto para os visitantes quanto para os visitados.

O mesmo autor considera impossível dividir os turistas em pequenos grupos e individualizar os seus deslocamentos, haja vista que afirma que essas pessoas não querem viajar sozinhas, complementa que as viagens nunca perderão seu aspecto massivo, porém admite que seja importante controlar, reduzir e dimensionar a quantidade de pessoas no planejamento do turismo em regiões receptoras (KRIPPENDORF, 2009).

Na década de 1970 surgiram os movimentos ambientalistas que deram início a organização pautada em entidades não governamentais, assim como os movimentos para a implementação do turismo alternativo. Dito isso, comenta-se que em detrimento da sensibilização crescente referente aos impactos sociais, culturais e ambientais do turismo e na

tentativa de resolvê-lo, houve a promoção de eventos que se sucederam a partir de meados dos anos 1970 (PIRES, 2017), tais como: Seminário sobre os Impactos Sociais e Culturais do Turismo em 1976; Conferência da Organização Mundial do Turismo-OMT, Declaração de Manila em 1980; Comissão Ecumênica em Turismo do Terceiro Mundo propõe apoio aos modelos de turismo alternativo em 1981; Seminário sobre turismo alternativo em 1984; Primeiro encontro sobre perspectivas teóricas em formas alternativas de turismo em 1989 e Seminário sobre turismo alternativo da OMT em 1989 (PIRES, 2017).

Na Conferência da OMT de 1980 houve a criação da Declaração de Manila, que proporcionou um momento de mudança de concepções em relação à sociedade e ao paradigma de desenvolvimento, assim como em sua declaração final atribuiu-se ao turismo um papel para além das viagens, tornando-o um meio para “as relações de amizade e cooperação humana, com uma missão para paz, que sustentava as bases do modelo do turismo sustentável” (RIBEIRO; NASCIMENTO, 2016).

É importante frisar que as posturas e atitudes de desaprovação ao turismo de massa assumido por muitas comunidades das regiões turísticas atingidas, não negavam nem descartavam a importância desse turismo como fator de desenvolvimento econômico e de promoção de seu bem-estar social, porém havia um desejo por parte dessas mesmas comunidades pela viabilização de um desenvolvimento turístico saudável e benéfico para todos (PIRES, 2017).

Para Wearing e Neil (2014) o turismo alternativo é uma forma de turismo que demonstra ser coerente com os valores natural, social e comunitário e que permite que tanto hospedeiros, quanto visitantes desfrutem de uma interação positiva e conveniente, sendo também capazes de compartilhar experiências.

Ainda de acordo com esse tipo de turismo, é possível mencionar que o mesmo possui como características principais: tentativa de preservar, proteger e aumentar a qualidade dos recursos naturais e culturais, além disso, promover o desenvolvimento referente às atrações especiais para o visitante e infraestrutura com raízes na localidade desenvolvida de modo a complementar os atributos locais. O turismo alternativo apoia o crescimento econômico quando e onde isso melhora as condições locais e que minimiza seu impacto sobre o meio ambiente dando ênfase a sustentabilidade, não só ecológica, mas também cultural (WEARING; NEIL, 2014).

O turismo alternativo deverá estar atrelado ao conceito de desenvolvimento sustentável que foi proposto como modelo para o estímulo a mudanças estruturais da

sociedade, esse modelo deverá se desviar de um foco estritamente socioeconômico para outro em que o desenvolvimento alcance as metas do presente, bem como também garanta a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades (CMMAD, 1991).

Para que o desenvolvimento seja sustentável é necessário que haja equilíbrio entre as dimensões social, ecológica e econômica (BELLEN, 2006). Dessa forma, o turismo pode mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade da competitividade da economia local, assim como deverá assegurar a conservação do meio ambiente que resulta na interação entre a qualidade de vida da população local, eficiência econômica e gestão pública eficiente (BUARQUE, 2008). Uma atividade reconhecidamente sustentável refere-se àquela que se encontra embasada em conceitos e objetivos amplamente discutidos (MENDONÇA; NEIMAN, 2005).

Em 1990 representantes de governos, ONGs, acadêmicos e empresas privadas, reuniram-se para a discussão do turismo e a sustentabilidade, em um evento chamado de Conferência Globo 90 e o assunto mais relevante era a importância do meio ambiente para a atividade turística e como os empreendimentos mal planejados poderiam afetar a qualidade ambiental e humana dos destinos. Os delegados sugeriram metas para o alcance da sustentabilidade turística, descritas por Fennel (2002) tais como:

- 1) desenvolver maior consciência e compreensão das contribuições significativas que o turismo pode trazer ao meio ambiente e a economia; 2) promover a equidade e o desenvolvimento; 3) melhorar a qualidade de vida da comunidade anfitriã; 4) oferecer experiências de alta qualidade para o visitante; 5) manter a qualidade do meio ambiente do qual dependem os objetivos anteriores (FENNEL, 2002 p. 26).

Em 1999 aconteceu em Santiago do Chile, o Sétimo Encontro da Comissão da União Europeia sobre Desenvolvimento Sustentável, com um espaço dedicado exclusivamente aos debates da sustentabilidade no turismo. Desse encontro resultou o Código Mundial de Ética do Turismo, inspirado na lógica do desenvolvimento sustentável (RIBEIRO; NASCIMENTO, 2016).

Em 2002 a OMT proclama o Ano Internacional do Ecoturismo e o turismo foi incluído nas preocupações da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Québec, na ocasião foi reforçado que a sustentabilidade das atividades turísticas não pode ser confundida com sua dimensão ecológica ou com o conceito de ecoturismo, mas que a sustentabilidade se aplica a todas as formas de turismo existentes sustentavelmente (RIBEIRO; NASCIMENTO, 2016). A OMT define o turismo sustentável como:

Ecologicamente suportável no longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a frágil balança que caracteriza muitas destinações turísticas, em particular pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis (OMT, 2003 p. 20).

Diante de tal premissa, discorre-se que já existem iniciativas bem-sucedidas de implementação dos conceitos do turismo alternativo nos moldes do desenvolvimento sustentável como nos países da Costa Rica, do Peru, do Equador e de Belize (RIBEIRO; NASCIMENTO, 2016), assim como no Brasil, destacando-se a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, no Estado do Amazonas, que recebeu em 2003 o prêmio de melhor destino de ecoturismo mundial (IDSM, 2003).

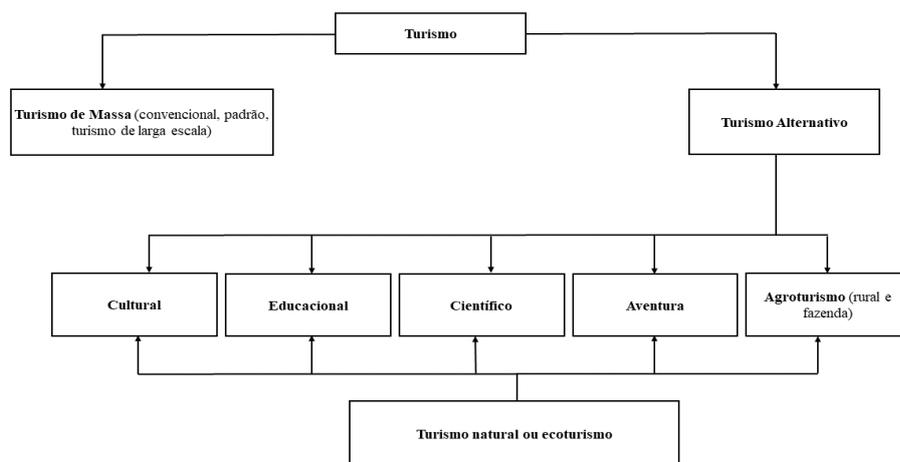
### **3.2. TURISMO ALTERNATIVO/ECOTURISMO E SEGMENTAÇÕES**

Acerca do referido tópico, menciona-se que o turismo alternativo traz consigo preocupações relacionadas aos recursos naturais e culturais, com a participação social e planejamento de estratégias que tem como objetivo aumentar os impactos positivos e minimizar os negativos, por este motivo a literatura permitiu que nos anos de 1980 emergisse uma diversidade de conceitos e definições neste campo (RIBEIRO; NASCIMENTO, 2016).

Mieczkowski (1995) considera o turismo alternativo como uma categoria genérica flexível que inclui uma multiplicidade de formas com traços em comum, sendo basicamente de pequena escala, baixa densidade e dispersas em áreas não urbanas e reconhece as formas específicas desse tipo de turismo.

Desta forma, o turismo alternativo foi se subdividindo e se expressando de acordo com as motivações turísticas, porém todas as formas de turismo em questão relacionam-se com o ecoturismo, pois têm características e finalidades específicas (FACO; NEIMAN, 2010), conforme o tratado na Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma demonstrando as subdivisões do turismo alternativo.



Fonte: Facó e Neiman (2010, p. 51)

Por meio disso, é possível afirmar que o turismo cultural ou histórico-cultural permite que o turismo seja um meio por onde se alcance a valorização do patrimônio das localidades, destacando-se sua cultura e diversidade, assim, o ecoturismo tem em suas diretrizes a integração com as comunidades locais, por isso se relaciona com o turismo cultural, o qual quando bem planejado é capaz de promover a valorização das culturas tradicionais (FACO; NEIMAN, 2010).

O turismo educacional, ou pedagógico tem como objetivo organizar viagens que promovam estudos do meio, ou seja, fazer uma ponte entre o conhecimento teórico e a prática, o primeiro adquirido em aula e o segundo verificado nos ambientes externos, assim os estudantes assimilam melhor o conhecimento adquirido, dessa forma entende-se que o ecoturismo deve promover educação ambiental para a promoção da sustentabilidade (FACO; NEIMAN, 2010).

A principal motivação do turismo científico é o interesse ou necessidade de viajar para realizar estudos científicos, sejam eles de campo ou participação em eventos (congressos, conferências, simpósios), por isso a utilização dos mesmos ambientes e preocupação com a sua preservação e bem-estar local é o que relaciona essa prática com ecoturismo (FACO; NEIMAN, 2010).

O turismo de aventura promove atividades de aventura e esporte recreacional em áreas naturais ou urbanas, com técnicas e equipamentos específicos, garantindo a segurança de todos os envolvidos e respeitando o patrimônio ambiental e social (COSTA, 2002). Essa modalidade também pode contribuir com a conservação do meio ambiente, contato com a comunidade e educação ambiental nos participantes (FACO; NEIMAN, 2010).

O turismo rural é conceituado pelo Ministério do Turismo Brasileiro como o conjunto de atividades turísticas praticadas no meio rural, vinculado a produção agropecuária que agrega valores aos produtos e serviços, e promove o patrimônio cultural e natural da comunidade (BRASIL, 2010). Existe uma valorização dos ambientes, dos costumes, do artesanato e da arquitetura, o que preceitua o ecoturismo (FACO; NEIMAN, 2010).

Lascuráin-Ceballos (1996) considera outras formas de utilização do termo ecoturismo como “turismo natural”, “turismo baseado na natureza” ou turismo de/na natureza”, devido às motivações de viagens baseadas em espaços naturais. Da mesma forma Honey (2009) admite outras terminologias, pois as atividades recreativas se valem da relação do turista com a natureza.

Já para Faria (2012) e Dias (2008) o ecoturismo não pode ser confundido com qualquer outra modalidade de turismo, pois, seu conceito vai muito mais além e leva em conta o planejamento, a interação natureza e localidade com vistas a utilização do patrimônio natural e cultural de forma sustentável.

Em termos gerais ainda não existe um conceito pronto que delinieie o ecoturismo, seu entendimento varia entre os países que o promovem e entre a comunidade acadêmica, mas é possível visualizar as oportunidades de pesquisas e empreendimento devido ao grande potencial desta modalidade (RIBEIRO; NASCIMENTO, 2016).

O ecoturismo naturalmente incorporou em sua concepção todos os princípios do turismo alternativo e adquiriu identificação própria ao buscar na natureza sua fonte maior de inspiração, afirmando-se como uma das mais importantes opções de turismo alternativo da atualidade (PIRES, 2017).

Dias (2008) descreve que as primeiras tentativas de conceituar o ecoturismo partiram de Ceballos-Lascuráin em 1983, porém, em 1996 o autor fez uma revisão da definição inicial que foi publicada em seu próprio livro, editada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e adotada por ela em 1996, sendo expressa da seguinte forma:

O ecoturismo é aquela modalidade turística ambientalmente responsável, que consiste em viajar ou visitar áreas naturais relativamente pouco perturbadas com o fim de desfrutar apreciar e estudar os atrativos naturais (paisagem, fauna e flora silvestres) dessas áreas, assim como qualquer manifestação cultural (do presente ou do passado) que ali se possa encontrar, através de um processo que promove a conservação, tem baixo impacto negativo ambiental e cultural e propicia um envolvimento ativo e socioeconomicamente benéfico das populações locais (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1996).

Afirma-se que as atividades que almejem obter o *status* para serem consideradas ecoturísticas deverão seguir os seguintes princípios fundamentais segundo Pires (2017).

O primeiro princípio de acordo com o autor supracitado refere-se a ênfase na natureza e nos valores culturais autênticos, ou seja, a natureza em todas as suas formas constitui-se nos atrativos por excelência do ecoturismo e as áreas naturais com esses atributos serão o seu destino. Sua importância emerge ao passo que se eleva o grau de naturalidade e se exprime em originalidade e singularidade, dando espaço para que as comunidades com sua cultura onde a natureza lhes serve como meio de vida será o foco de uma abordagem valorizadora de sua autenticidade.

Em seguida o mesmo autor faz menção a minimização dos impactos ambientais, tais como atividade humana, assim o ecoturismo sempre terá o potencial de impactar negativamente os seus destinos, sendo que como medida mitigadora adota-se a educação ambiental destinado aos turistas, população receptora e para os parceiros envolvidos na atividade. É relevante que os impactos sejam pensados, no sentido de minimizá-los, tanto no ambiente natural, quanto aos seus valores culturais.

Em relação a geração de benefícios para a comunidade local, discorre-se que essas comunidades levam a participar desde o início do planejamento do ecoturismo no seu entorno natural e com envolvimento efetivo poderão se beneficiar da atividade que deverá ser uma fonte de renda para as economias locais com maior utilização dos serviços e produtos originados na própria comunidade, além de apoiar as suas iniciativas.

O quarto benefício refere-se a difusão da consciência ecológica por meio da educação Ambiental, neste o ecoturismo é um instrumento para a promoção da educação ambiental, principalmente em ambientes naturais. A atividade é responsável por proporcionar um efetivo envolvimento com os aspectos originais e autênticos das manifestações do ambiente como um todo, possibilita às pessoas adquirirem conhecimentos mediante experiências e as conduz para novas atitudes e posturas diante do meio ambiente.

Por fim, tem-se o último aspecto, o qual caracteriza-se como o compromisso com a conservação da natureza, faz-se menção ao fato de que o ecoturismo existe por causa da natureza nas suas mais diversas e originais manifestações, o seu principal compromisso é com a proteção dos ambientes e recursos naturais, para isso é necessário que parte da renda obtida com taxas de ingresso e/ou de utilização de equipamentos e serviços, seja revertida em recursos para pesquisas, proteção, administração e manutenção dessas áreas.

Para o planejamento do ecoturismo é preciso conhecer seu público, porém esse público em geral não segue um padrão, o que se sabe é que os ecoturistas buscam participar de todas as atividades disponíveis na comunidade e geralmente apresentam uma renda mais alta do que a média, destaca-se ainda que esses indivíduos tendem a pesquisar muito antes de decidirem por um local específico (DIAS, 2008; NELSON, 2012). Além do mais, esse público possui o espírito aventureiro e são interessados pelo conhecimento, possuem ética ambiental, não degradam os recursos e geralmente têm um grau de cultura elevado (COSTA, 2002).

No mais, comenta-se que os ecoturistas se dividem entre os praticantes e os eventuais, os primeiros são adeptos de uma ou mais práticas ecoturísticas alternadamente, o segundo grupo já não pratica com maior frequência a atividade, essas pessoas geralmente procuram sair um pouco da rotina, do estresse do dia-a-dia e entram em contato com a natureza (COSTA, 2002). Possivelmente essas informações ajudariam a entender o perfil do público que eventualmente se interessam a visitar as áreas protegidas, facilitando o levantamento de informações que não constam nos livros de registro de visitantes (NELSON, 2012).

### 3.3. ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As áreas protegidas são primordiais para a prática do ecoturismo, pois nelas são oferecidas aos visitantes paisagens naturais, fauna, flora, rios e outras opções diversificadas de contemplação da natureza. Frisa-se a importância do desenvolvimento de pesquisas científicas em prol de adquirir mais conhecimento ambiental e assim proporcionar aos visitantes o desenvolvimento focal de atividades para as pessoas que buscam o relaxamento e interação com a comunidade local (CÉSAR *et al.*, 2007).

Os visitantes são contribuintes importantes para as economias locais e nacionais, pois em todo o mundo as áreas protegidas terrestres atraem cerca de oito bilhões de visitas por ano, sendo que somente no Parque Nacional de Yellowstone é recebido cerca de quatro milhões de pessoas anualmente, assim a OMT estima que o turismo em áreas protegidas continuará a crescer 3,3% ao ano até 2030 (IUCN; 2016).

O ecoturismo fornece uma maneira específica para as pessoas entrarem em contato direto com a natureza, além disso, possibilita oportunidades significativas para educar os visitantes sobre os valores da biodiversidade (NELSON, 2012).

A história mostra que as áreas protegidas tiveram como marco a criação dos primeiros Parques Nacionais nos Estados Unidos, e que foi considerado um modelo de áreas protegidas até a década de 90 por estarem mais voltados para a importância cênica ou que representavam marcas de impacto na paisagem (montanhas, *canyons*, grandes cachoeiras) do que os objetivos específicos de conservação da biodiversidade, assim, hoje, além das razões ecológicas, as áreas protegidas representam uma opção social, política, cultural e econômica da sociedade e dos governos (MARETTI *et al.*, 2012). Este modelo chocava-se com a perspectiva dos moradores que habitavam tais áreas, desconsiderava-se a existência principalmente das comunidades tradicionais, como por exemplo, os povos indígenas (DE SOUZA, MILANEZ, 2015).

O fato é que as redes de parques nacionais, as reservas de recursos ou paisagens bonitas, que foram definidas com diferentes fins, representam as paisagens cênicas, a diversidade biológica, à conservação cultural e até místicos, e em alguns casos, serve a usos sustentáveis (MARETTI *et al.*, 2012).

A União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), através da Comissão Mundial de Áreas Protegidas (CMAP) define que uma área protegida é um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerenciado, por meios legais ou outros meios efetivos, para alcançar a conservação de longo prazo da natureza com serviços ecossistêmicos associados e valores culturais (DUDLEY, 2008).

A expressão “área protegida” tem origem no inglês (*protected area*) e no Brasil é designado como “Unidade de Conservação (UC) ou Unidades de Conservação (UCs)” (MARETTI *et al.*, 2012). As UCs são definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Em 2008, no 4º Congresso Mundial de Conservação, em Barcelona, a IUCN apresentou as diretrizes para o uso das categorias de gestão de áreas protegidas (DUDLEY, 2008). Essa apresentação foi resultado de reuniões preparatórias para este evento, pois as categorias apresentadas já existiam desde 1992 e expressas com seis categorias, mas agora com novas descrições (MARETTI *et al.*, 2012).

No Brasil o sistema de categorias de gestão é definido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, divididos em Unidades de Proteção Integral que permite apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, ou seja, atividades educacionais, científicas e recreativas, além do mais a extração de seus recursos é proibida. Já nas Unidades de Uso Sustentável, a conservação é aliada ao uso de parte dos recursos naturais, o seu uso é direto, permite-se sua extração e conservação, desde que exista Plano de Manejo para a área de modo que sejam respeitados os limites da natureza (BRASIL, 2000; COSTA, 2002).

As categorias do IUCN e SNUC são correlacionadas, segundo SNUC (2000) e Maretti *et al.* (2012) como destacado no (Quadro 1).

Quadro 1-Correlação das categorias de Unidades de Conservação, segundo IUCN e SNUC.

<b>Categorias IUCN</b>	<b>Categorias SNUC</b>	<b>Descrição</b>
<b>Ia Reserva natural restrita</b>	Estação Ecológica (ESEC)	Objetivam a preservação de amostras de ecossistemas, de espécies e da geodiversidade, assim como a proteção de interesses sociais correlatos, como os de valores espirituais (sob limites rígidos de interferência mínima no local). Principalmente para a realização de pesquisas científicas.
	Reserva Biológica (REBIO)	
<b>Ib Área silvestre</b>	Não há correspondência clara e específica.	O objetivo é o interesse de conservação de áreas silvestres (ou selvagens), com pouca atividade humana.
<b>II Parque Nacional</b>	Parque Nacional (PARNA)	Seu objetivo principal é a biodiversidade, sua estrutura e processos ecológicos. A visitação é permitida, promove-se educação e recreação, por isso os Parques Nacionais são mais conhecidos. As suas equivalentes são os Parques Estadual e Natural Municipal. Às comunidades locais, admite-se algum uso ainda que limitado descritas nas diretrizes da IUCN.

	Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	Entende-se que a RPPN se vincula a essa categoria internacional, por terem os mesmos objetivos específicos que um Parque Nacional, porém é de escala maior, normalmente permitindo inclusão de ecossistemas completos.
<b>III Monumento ou feição natural</b>	Monumento Natural (MN) Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	Os objetivos principais destas categorias são a proteção da biodiversidade. Refere-se, geralmente aos de tamanho limitados especiais, predominantemente de atributos físicos e de valor cênico.
<b>IV Área de gestão de habitats ou espécies</b>	Refúgio de Vida Silvestre (REVIS)	Seu principal objetivo é a proteção de características ecológicas específicas de espécies ou de habitats e pode requerer conservação ativa, ou seja, quando existe necessidade de intervenção humana, mas não há obrigatoriedade.
<b>V Paisagem terrestre ou marinha protegida</b>	Área de Proteção Ambiental (APA)	Os seus objetivos básicos são a proteção da diversidade biológica, disciplinamento do processo de ocupação humana para assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É uma área normalmente extensa para proteção da paisagem, terrestre ou marinha.
<b>VI Área protegida com uso sustentável de recursos naturais</b>	Floresta Nacional (FLONA) Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Reserva de Fauna (REFAU) Reserva Extrativista (RESEX)	O seu objetivo primordial é a proteção dos ecossistemas e ao mesmo tempo permitir o uso sustentável de recursos naturais, quando forem mutuamente benéficos. Essas categorias orientam para a conservação dos valores sociais e culturais, além da proteção da natureza. É preciso que haja monitoramento dos elementos naturais, para assegurar que a conservação dos ecossistemas e a composição das espécies não sejam alteradas.

Fonte: Adaptado de Maretti *et al.* (2012)

Salienta-se ainda a existência das Reservas da Biosfera (RB) que foram criadas em 1972 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Elas estão hoje localizadas em 110 países, fazem parte do programa "O Homem e a Biosfera" (MAB) da UNESCO, desenvolvido com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente com a IUCN e com agências internacionais de desenvolvimento (COBRAMAB, 2016).

As RBs compõem uma rede mundial de áreas protegidas que têm por finalidade a pesquisa cooperativa, a conservação do patrimônio natural e cultural e o desenvolvimento sustentável (COBRAMAB, 2016). O SNUC em seu capítulo XI recepcionou a RB como "um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais" (COBRAMAB, 2016).

Cada RB representa um ecossistema com características da região onde se estabelece e pode ser terrestre ou marinha, permite a convivência homem-natureza na implementação dos projetos pela preservação dos seus ambientes e pela convivência com áreas vizinhas para o uso sustentável de seus recursos (COBRAMAB, 2016).

É relevante frisar que a criação das áreas protegidas não deve ser imposta, mas é necessário que haja articulação com vários segmentos sociais e principalmente, buscar alianças com as comunidades locais que possuem formas de percepção da natureza diferentes, a cultura e os valores que estas possuem podem dar definições de prioridades de conservação próprias (MARETTI *et al.*, 2012).

Assim a gestão destas áreas protegidas deve se integrar em sistemas de gestão territorial mais amplo (corredores de conservação ou mosaicos) seja para defender as próprias áreas ou aumentar seus objetivos de conservação. Além do mais, é cabível que possua objetivos maiores, nacionais ou internacionais, considerando os biomas para conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável (MARETTI *et al.*, 2012).

Em 2016 foi publicado o Relatório Planeta Protegido e de acordo com o Banco Mundial de Dados sobre Áreas Protegidas existem 202.467 áreas terrestres e de proteção de águas interiores registradas, ou seja, cerca de 14,7% (19,8 milhões de km<sup>2</sup>) de extensão mundial com exclusão da Antártida (IUCN, 2016).

O mesmo relatório publicou a existência de 14.688 Áreas Marinhas Protegidas (MPA) que cobrem 4,12% (14,9 milhões de km<sup>2</sup>) do oceano global e 10,2% das áreas costeiras e marinhas sob jurisdição nacional. Na última edição deste relatório (2014), a cobertura das MPA aumentou em 1,8% (equivalente a 2,6 milhões de km<sup>2</sup>), este crescimento foi localizado

nas águas da Austrália, Espanha, Estados Unidos, Nova Zelândia e Reino Unido (IUCN, 2016).

As áreas protegidas fazem parte do Programa das Nações Unidas (ONU) para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) principalmente dos ODS 14 (Vida abaixo da água) e 15 (Vida terrestre), para isso, até 2020 as áreas terrestres e águas interiores devem estar protegidas em pelo menos 17% de todo o globo, assim como as áreas costeiras e marinhas com 10% dos oceanos conservados (IUCN, 2016). Desse modo, afirma-se que as RESEXs terrestres e marinhas são importantes áreas para alcançar as metas supracitadas.

A ideia das RESEXs surgiu entre as populações que já tinham o extrativismo como forma de subsistência comparando-as com as reservas indígenas existentes que vivem nas terras da União e o usufruto das comunidades, então, em 1985 durante o Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros foi proposto que se assegurasse a permanência dos seringueiros nas terras ameaçadas pela expansão das grandes pastagens, pela especulação fundiária e pelo desmatamento (ALEXANDRE, 2002). As RESEXs são “espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por população extrativista” (BRASIL, 1990). Em 1990, mesmo ano da divulgação do Decreto foram criadas as primeiras Reservas Extrativistas na Amazônia, totalizando 2.162.989 ha, a RESEX Chico Mendes e Alto Juruá no Estado do Acre, a RESEX do Rio Ouro Preto, no Estado de Rondônia e RESEX do Rio Cajari no Estado do Amapá (MCM, 2019).

Em 2000 passou a fazer parte do SNUC com a definição de Reserva Extrativista como uma área utilizada por populações locais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Destaca-se que os objetivos básicos visam proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000).

O Memorial Chico Mendes (2019) informa que hoje existem na Amazônia 53 RESEXs. Nessa premissa, o ecoturismo é importante, pois os ecoturistas estão interessados em visitar as Unidades de Conservação e obter conhecimento sobre elas, bem como levar benefícios às comunidades locais e isso requer técnicas apropriadas no que se refere aos serviços de guias específicas para estas áreas. Além disso, as políticas públicas devem estar preocupadas em desenvolver esforços para atrair essa demanda, cujo objetivo primordial é conservar de modo que seja promovido o desenvolvimento sustentável nas comunidades envolvidas (NELSON, 2012).

Nessa premissa, frisa-se que o ecoturismo é considerado como estratégia de desenvolvimento aliado a conservação, destacando-se a valorização da atividade ecoturística em UCs, esta interação com ecoturismo é facilmente compreendida uma vez que estas áreas concentram necessariamente os aspectos e atrativos valorizados no ecoturismo e também concretizam uma estratégia mundial para a conservação (IRVING, 2002).

### 3.4. ECOTURISMO E IMPACTOS AMBIENTAIS

O turismo foi considerado durante longo período uma atividade limpa, que não polui e geradora de oportunidades, contrapondo-se às fábricas da Revolução Industrial. Apesar de esse cenário ter sido alterado recentemente, estudos de impactos provocados pelo turismo em comunidades e ecossistemas demonstram que existe significativa contribuição para o gerenciamento do meio ambiente (DIAS, 2008). Um exemplo benéfico vem ocorrendo com as baleias, as quais têm sido gradativamente incorporadas aos circuitos turísticos do mundo todo, pois os turistas têm interesse na observação de sua procriação, sendo assim as rotas comerciais de navios tendem a desviar seu curso para não perturbar os animais, diante disso nota-se maior valorização econômica em sua conservação do que os matando para o consumo (DIAS, 2008).

O impacto é “uma ação ou conjunto de ações que incidem sobre determinado aspecto no ambiente, originando uma transformação no seu comportamento ao longo do tempo” (STEFANI; OLIVEIRA, 2015, p. 144). A visitação em áreas naturais sempre resulta em impactos, ainda que pequenos, seja direto ou indireto, neste último em detrimento da infraestrutura para recepção de turistas (CÉSAR *et al.*, 2007).

Esses impactos podem ser econômicos, culturais, sociais, políticos e ambientais, além da possibilidade de serem negativos e/ou positivos (CÉSAR *et al.*, 2007). Sendo assim, com as atividades turísticas não seria diferente, pois elas trazem transformações para o espaço onde são desenvolvidas e alteram a realidade do meio ambiente (STEFANI; OLIVEIRA, 2015).

O caráter dos impactos (positivos ou negativos) vai depender de fatores como o número de turistas, localização da oferta turística, estrutura da economia e da sociedade local, infraestrutura de apoio, diferenças sociais e culturais e a fragilidade ambiental (SILVEIRA, 2014). No turismo deve-se ter o cuidado para que os impactos negativos sejam controlados ou mitigados, os positivos maximizados de forma que a área seja conservada e que sejam gerados

benefícios a todos os envolvidos (CÉSAR *et al.*, 2007). Os principais impactos positivos e negativos mais citados podem ser observados no Quadro 2.

Quadro 2 – Área e caráter (positivo ou negativo) dos impactos ambientais e suas possíveis consequências geradas pelo turismo.

<b>Área de impacto</b>	<b>Caráter do impacto</b>	<b>Consequências possíveis</b>
<b>Economia</b>	Positivos	Distribuição de emprego e renda, desenvolvimento econômico, aumento da capacidade de negócios, contribuição para o PIB, contribuição para o saldo da balança de pagamentos e diversificação econômica;
	Negativos	Inflação, especulação imobiliária, fuga de benefícios econômicos, flutuação da demanda turística, distorção na economia local, dependência de divisas geradas pelo turismo;
<b>Cultura</b>	Positivos	Conservação da herança cultural, fortalecimento da identidade cultural, intercâmbio intercultural, preservação dos ativos tangíveis e intangíveis e a renovação de espaços abandonados;
	Negativos	Desentendimento entre turistas e locais, banalização do artesanato e dos ritos religiosos, perda de autenticidade, contrabando de peças do patrimônio histórico, artificialidade do comércio e espaços públicos, aumento da perda de prazer e ressentimento no equilíbrio turismo e visitante;
<b>Social</b>	Positivos	Promoção da paz, valorização da mulher, melhoria do bem-estar social dos agentes e das localidades envolvidas, população local modifica seu comportamento de consumo com o aumento de necessidades e aceleração das mudanças sociais; refinamento das infraestruturas locais, novas perspectivas sociais, a possibilidade de mobilidade e integração social e o aumento da consciência social;
	Negativos	Aumento da prostituição, da criminalidade e da violência, migração descontrolada, crescimento sem planejamento das comunidades, processos de gentrificação, segregação espacial, danos sociais e

		desintegração local;
<b>Político</b>	Positivos	Melhoramento da infraestrutura, o planejamento, a articulação, a sinergia, a representação dos interesses da comunidade, maior equilíbrio regional, contribuição para o desenvolvimento sustentável e maior possibilidade de eficiência e efetividade nas ações;
	Negativos	A não intervenção política ocasiona a não supervisão das iniciativas de mercado, a ausência de um direcionamento estratégico para o desenvolvimento, a falta de atenção aos interesses e necessidades coletivas, maiores impactos culturais, sociais, ambientais e sociais, desarticulação e falta de sinergia, autopromoção política, a burocracia excessiva e a complexidade organizacional;
<b>Ambiental</b>	Positivos	Conservação do ambiente, melhora da qualidade e do conhecimento ambiental, envolvimento com o meio ambiente, preservação de áreas naturais e construídas e educação ambiental;
	Negativos	Poluição da água, do ar, sonora e visual, despejo inadequada de resíduos, superlotação e congestionamento dos ambientes, problemas de uso da terra, degradação ambiental, danos à natureza, poluição arquitetônica, perda da qualidade do lugar e disrupção ecológica;

Fonte: Adaptado de Beni (2017); Stefani e Oliveira (2015); Ignarra (2013); Gastal e Dall' Agnol (2012); Dumitru (2012); Petrevska (2012); Krippendorf (2009); Lage e Milone (2009); Fratucci (2008); Antunes (2006); Dias (2005); Hall (2004); Lickorish e Jenkins (2000); Lemos (2001); Omt (2001); Petrocchi (2001).

Quando se fala especificamente do ecoturismo, diz-se que ele pode trazer impactos positivos, principalmente em UCs, onde ele é mais praticado, portanto, segundo Budowski (2001) e Dias (2008) os impactos podem gerar Benefício econômico; Baixo impacto; Valor agregado pelo ecoturismo; Melhor manejo das áreas protegidas; Favorecimento das atividades educativas e científicas; Conservação da biodiversidade; Combinações do ecoturismo e outras formas de turismo.

Menciona-se que em relação ao benefício econômico a renda pode ser considerável dependendo da capacidade de gestão e planejamento da Unidade. No que se refere ao baixo impacto, esse ocorre porque o ecoturismo é regulado e praticado por pessoas que realmente

estão interessadas na natureza e que respeitam os costumes locais. Zonear a área, restringindo o acesso às mais frágeis pode ser mais uma forma de minimização de impactos ambientais.

Em relação ao valor agregado pelo ecoturismo pode ser o argumento principal para a criação de mais áreas protegidas por parte do governo como também pelos proprietários de áreas naturais, pois a atividade favorece a conservação. Cita-se ainda a questão referente ao melhor manejo das áreas protegidas por causa da presença de visitantes e intensificar a vigilância, melhorar as acomodações e o monitoramento contínuo das trilhas ecológicas.

Nessa premissa, o favorecimento das atividades educativas e científicas mostra-se relevante por serem os ecoturistas em muitos casos profissionais especializados em meio ambiente ou por serem as visitas organizadas em forma de excursões escolares. Fatos que despertam o interesse por pesquisas científicas e a consciência ambiental. A conservação da biodiversidade despertada pelo ecoturismo atrai a atenção para o perigo de extinção de algumas espécies, os visitantes conhecem o problema e o divulgam em seus meios de interações sociais.

Diante disso, afirma-se que a qualidade do meio natural e cultural é muito importante para o ecoturismo e os gestores devem utilizar técnicas para mantê-las, como a de capacidade de carga que visa delimitar o número máximo de pessoas e a infraestrutura turística que uma área pode sustentar sem degradá-la (DIAS, 2008; NEIMAN, RABINOVICI, 2010; RUSHMANN, 2003).

# Turismo alternativo e impactos ambientais: uma visão geral dos esforços das pesquisas nas Américas no período de 1973 A 2017<sup>1</sup>

Heloise Michelle Nunes Medeiros<sup>2</sup>

Quêzia Leandro de Moura Guerreiro<sup>3</sup>

José Max Barbosa de Oliveira Junior<sup>2,3</sup>

## RESUMO

O objetivo deste trabalho foi avaliar a produção científica dos estudos publicados sobre turismo alternativo no período de 1973 a 2017 no Continente Americano, através de uma análise cienciométrica. O estudo foi desenvolvido através de busca de trabalhos nas bases de dados ISI Web of Knowledge, Scopus Database e Scielo. Foram tabulados 4.137 trabalhos. Existe uma correlação forte positiva entre o número de trabalhos e ano de publicação ( $r=0,864$ ;  $p < 0,001$ ). América do Norte foi a região com o maior número de publicações ( $N=2.225$ ; 47,48%). Foi encontrada uma alta diversidade de periódicos que publicam trabalhos sobre turismo alternativo no continente americano ( $H^2=4.653$ ), sendo *Estudios y Perspectivas en Turismo* ( $N=186$ ; 15%) o periódico com maior número de publicações. O maior número de publicações aborda o segmento Ecoturismo ( $N=1.257$ ; 30,12%). O maior número de trabalhos foi desenvolvido em ambientes terrestres ( $N=3156$ ; 76%). Do total de publicações, apenas 19% ( $N=768$ ) foram realizadas em áreas protegidas. As principais abordagens dos estudos foram impactos ( $N=595$ ; 14,4%). Dentre os meios ambientais, o meio antrópico foi o mais estudado ( $N=2.826$ ; 40%). Alteração na qualidade da água (17%) foi o componente impactado mais estudado. Existe diferença significativa entre o caráter dos impactos abordados nos trabalhos ( $F_{(3, 119)} = 2.985$ ;  $p= 0.034$ ). Mesmo com tantos subconceitos é necessário desenvolver o turismo alternativo de maneira a respeitar o que a essência do segmento preceitua, como o desenvolvimento sustentável, com envolvimento e valorização das comunidades e tradições locais, incorporando-as ao setor econômico e promovendo a educação ambiental.

**Palavras-chave:** continente americano, ecoturismo, alterações ambientais, publicações, tendência espacial e temporal.

---

1 Trabalho apresentado à Universidade Federal do Oeste do Pará, para obtenção do título de Mestra em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida.

2 Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Pará, Brasil. E-mail: heloise\_medeiros@hotmail.com

3 Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Pará, Brasil.

## 1. INTRODUÇÃO

Até a década de 1970 a literatura não dividia o turismo em tipos ou segmentos, tão pouco estudava o perfil de turistas. Então, em 1972, Erik Cohen estabeleceu uma classificação baseada no grau de independência com que os turistas faziam seus deslocamentos e sua interação com os lugares visitados classificando-os em quatro tipos: turista de massa individual; turista de massa organizado; turistas exploradores; e os turistas perambulantes. Na mesma década, em 1977, Smith, fez uma classificação de tipos de turismo, identificando-os como étnico, cultural, histórico, ambiental e recreativo, essa classificação foi publicada com o intuito de organização da atividade (NETTO; ANSARAH, 2009). Os tipos turísticos se enquadram nos grandes conceitos de turismo de massa e turismo alternativo.

O turismo de massa visa o crescimento econômico e é imposto de forma vertical, segue o modelo de larga escala, causa impactos ao ambiente natural e beneficia pouco a população local, já o turismo alternativo visa o desenvolvimento sustentável e busca uma mudança de paradigma que incentiva novas formas de pensar e fazer o turismo, com a preocupação de que os recursos naturais e culturais não se esgotem e que as populações tradicionais participem do planejamento e dos lucros (BRINGAS; GONZÁLEZ, 2004).

Menciona-se que o turismo alternativo se personaliza através do ecoturismo, turismo cultural, turismo de aventura, turismo de natureza, turismo sustentável, turismo acadêmico, turismo rural, dentre muitas outras formas já investigadas (PIRES, 2017; WEARING; NEIL, 2014) e que integralizam em seu campo de atuação as preocupações e demandas de movimentos sociais e ambientalistas (CORIOLANO; SAMPAIO, 2012). As tipologias turísticas supracitadas são chamadas de segmentações, que são as formas de organização do turismo com a finalidade de planejamento, gestão e mercado estabelecidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda (BRASIL, 2015).

Assim como todas as interferências antrópicas as segmentações do turismo alternativo provocam impactos ambientais positivos com a criação de áreas de preservação ambiental, de entidades que cuidam do meio ambiente, programas de educação ambiental, estímulo do orgulho étnico e valorização das tradições locais. Por outro lado, o turismo alternativo também pode interferir negativamente quando o turista, por exemplo, alimenta os animais ou quebra a vegetação a margem das trilhas e ao poluir com resíduos as trilhas ou rios e afugenta os animais com perturbações sonoras e também quando desmata para construir infraestrutura para acomodar os visitantes (RUSCHMANN, 2003). Para que o turismo alternativo fique em harmonia com o ambiente é necessário planejamento, regulação e fiscalização dos

empreendimentos, estipular capacidade de carga, estudos de impactos ambientais e atração de recursos humanos (BENI, 2017).

O turismo é um recente campo de estudos e pesquisas no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, o primeiro estudo com a finalidade de observação da produção do conhecimento turístico foi o trabalho de Jafari e Aaser (1988) que fizeram o levantamento das teses de doutorado defendidas nos Estados Unidos no período de 1951 a 1987, analisando a evolução temporal, os programas e as instituições produtoras dos estudos. Este trabalho estimulou a pesquisa de Rejowski (1993) desenvolvida no Brasil, que listou 55 dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o turismo no período de 1975 a 1992. Internacionalmente, o objeto de estudo dessas pesquisas expandiu-se para os periódicos científicos (PECHLANER *et al.*, 2004; BERTUZZO, 2004; ALBERTON; LOPES, 2007; ZHANG *et al.*, 2015; SHEN *et al.*, 2018).

Os estudos realizados com o turismo alternativo e as suas conotações ainda são incipientes (MENG *et al.*, 2009; FACO, 2013; COSTA, 2016). Não existe nas bases de dados (SciELO, *Scopus e Web Of Science*) um estudo cienciométrico sobre o turismo alternativo nas Américas, por exemplo. Sendo assim, entende-se que o desenvolvimento de um campo científico está diretamente relacionado com a quantidade e a qualidade da pesquisa que é publicada em determinada área. O conhecimento produzido passa por revisões e contestações, sendo aprimorado, na tentativa de estabelecer a sua validade e utilidade (PANOSSO NETTO; CALCIOLARI, 2010).

O estudo cienciométrico é “um instrumento criado por pesquisadores da Ciência da Informação, voltado exclusivamente para estudos da comunicação científica” (BERTUZZO, 2004). Os dados quantitativos sobre periódicos e artigos científicos obedecem a certas regras, configurando-as como indicadores do estado da ciência (VANTI, 2002). Estes indicadores científicos surgem da mensuração dos insumos e dos resultados da instituição científica, para a formulação das técnicas interdisciplinares, e são utilizadas ferramentas da economia, da estatística, da administração e da documentação (BUFREM; PRATES, 2005).

Especialmente quanto ao periódico científico, pode-se dizer que é o canal de distribuição da informação mais usado pelos pesquisadores, então, os trabalhos, uma vez publicados em revistas científicas, são passíveis de verificação de sua conformidade, originalidade e importância, pois passaram por um processo de avaliação e aprovação. O periódico cumpre seu papel ao registrar o conhecimento científico, ao disseminar a informação e promover a evolução de determinada especialidade (BERTUZZO, 2004).

Nesse contexto, o presente trabalho objetivou avaliar a produção científica dos estudos publicados acerca do turismo alternativo no período de 1973 a 2017 no Continente americano, por meio de uma análise cienciométrica.

Os resultados dessa pesquisa poderão contribuir para a (re)formulação de políticas públicas e fomento de projetos por organizações como OMT e Ministério do Turismo, para nortear ações voltadas ao desenvolvimento do turismo alternativo, bem como receber incentivos de agências financiadoras de projetos. O estudo também contribuirá para a compreensão do discurso científico de acadêmicos na área turística, cuja produção vem aumentando ao longo do tempo qualitativa e quantitativamente.

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

### **2.1. TIPO DE ESTUDO**

A pesquisa caracteriza-se como um estudo cienciométrico, que trata dos aspectos quantitativos da ciência enquanto uma disciplina ou atividade econômica onde os artigos selecionados foram agrupados em categorias para responder os objetivos da pesquisa (VANTI, 2002). Cada literatura foi categorizada utilizando os principais indicadores cienciométricos e de importância no cenário nacional e internacional, como os países e revistas que mais publicam trabalho (MACIAS-CHAPULA, 1998) sobre o tema turismo alternativo e impactos ambientais.

### **2.2. COLETA DE DADOS**

Foi realizada uma busca dos artigos científicos publicados nos últimos 45 anos (1973 a 2017) que abordaram o tema turismo alternativo no continente Americano (Norte, Central e Sul). O recorte espacial se dá devido à grande importância do turismo no continente Americano, mesmo estando em terceiro lugar no ranking mundial dos destinos do turismo internacional, em 2017 as 211 milhões de entradas internacionais no continente Americano representaram 16% das entradas do turismo mundial (OMT-UNWTO, 2018).

Adicionalmente, Andreu-Boussut e Salin (2018) apontam que, mais importante ainda é o fato de que alguns países das Américas dispõem também de um turismo interior altamente desenvolvido. No que tange o recorte temporal, esse se deu devido ao surgimento do turismo alternativo na década de 1970, pois foram criadas novas formas de turismo nos moldes do

desenvolvimento sustentável (BRINGAS; GONZÁLEZ, 2004). Ademais, desde a década de 1970 as pesquisas envolvendo o turismo surpreenderam os espaços americanos em várias disciplinas das ciências sociais, possibilitando a expansão do campo dos estudos de turismo/*tourism studies* (ANDREU-BOUSSUT; SALIN, 2018).

A pesquisa foi feita nas bases de dados *Scopus Database* (Elsevier), *Scielo* (Scientific Electronic Library) e *Web Of Science* (Thompson Reuters). As bases de dados foram acessadas através do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPEL, a escolha destas bases de dados se deu pelo grande impacto que elas possuem para ciência. A *Web of Science* (Thompson Reuters) é uma base de dados que há anos têm sido a ferramenta disponível de indexação de literatura científica e a mais reconhecida internacionalmente e fornece importantes dados sobre as mais diferentes áreas de pesquisas em ciências e tecnologia (PEREIRA *et al.* 2018). A *Scopus Database* (Elsevier) tem apresentado um aumento significativo no número de artigos indexados nas últimas quatro décadas (ALVES *et al.* 2014). A *Scielo* foi adicionada por abranger trabalhos locais e/ou regionais, publicando mais de 380 revistas científicas e inclui artigos de temáticas variadas (PUCCINI *et al.*, 2015). Todas têm sido utilizadas com frequência em estudos cientiométricos (PEREIRA *et al.*, 2018; NICACIO; JUEN, 2015; SHIMANO *et al.*, 2013).

Os termos utilizados na pesquisa em cada base de dados, nos idiomas português, inglês e espanhol foram descritos por Pires (2017), tal como se pode observar no Quadro 1. Os artigos que possuíam tais termos nos títulos, resumos e palavras-chave foram importados para um banco de dados. Foram excluídas da análise as pesquisas que não foram desenvolvidas no Continente americano, assim como os resumos de congressos e conferências, livros e capítulos de livros e editoriais.

Quadro 1 - Termos utilizados nas bases de dados Scopus, Scielo e Web Of Science para busca das publicações sobre turismo alternativo no continente Americano, entre os anos de 1973 a 2017. n.a.= não se aplica.

<b>Português</b>	<b>Inglês</b>	<b>Espanhol</b>
Agroecoturismo	<i>Agroecotourism</i>	n.a.
Agroturismo	<i>Agrotourism/Agritourism</i>	n.a.
Cicloturismo	<i>Bicycle touring</i>	<i>Ciclismo</i>
Ecoaventura	<i>Ecoventure</i>	n.a.
Ecocaminhada	<i>Ecotripping</i>	n.a.
Ecoturismo	<i>Ecotourism</i>	n.a.
Turismo acadêmico	<i>Academic tourism</i>	<i>Turismo académico</i>
Turismo alternativo	<i>Alternative tourism</i>	n.a.
Turismo ambiental	<i>Environmental tourism</i>	n.a.
Turismo antropológico	<i>Anthropological tourism</i>	n.a.
Turismo apropriado	<i>Appropriate tourism</i>	n.a.

Turismo arqueológico	<i>Archaeological tourism</i>	n.a.
Turismo científico	<i>Scientific tourism</i>	n.a.
Turismo comunitário	<i>Community tourism</i>	<i>Turismo comunitario</i>
Turismo cultural	<i>Cultural tourism</i>	n.a.
Turismo de aventura	<i>Adventure tourism</i>	n.a.
Turismo de baixo impacto	<i>Low impact tourism</i>	<i>Turismo de bajo impacto</i>
Turismo de esportes	<i>Sports tourism</i>	<i>Turismo de deportes</i>
Turismo de natureza	<i>Nature tourism</i>	<i>Turismo de naturaleza</i>
Turismo de risco	<i>Tourism of risk</i>	<i>Turismo de riesgo</i>
Turismo de solidariedade	<i>Solidarity tourism</i>	<i>Turismo de solidaridad</i>
Turismo ecológico	<i>Eco tourism</i>	<i>Turismo ecológico</i>
Turismo eco-rural	<i>Eco-rural tourism</i>	n.a.
Turismo educacional	<i>Educational tourism</i>	<i>Turismo educativo</i>
Turismo ético	<i>Ethical tourism</i>	n.a.
Turismo étnico	<i>Ethnic tourism</i>	n.a.
Turismo local	<i>Local tourism</i>	n.a.
Turismo na floresta	<i>Tourism in the forest</i>	<i>Turismo em el bosque</i>
Turismo participativo	<i>Participative tourism</i>	n.a.
Turismo planejado	<i>Planned tourism</i>	<i>Turismo planeado</i>
Turismo responsável	<i>Responsible tourism</i>	<i>Turismo responsable</i>
Turismo rural	<i>Rural tourism</i>	n.a.
Turismo suave	<i>Soft tourism</i>	n.a.
Turismo sustentável	<i>Sustainable tourism</i>	<i>Turismo sostenible</i>
Turismo verde	<i>Green tourism</i>	n.a.

Fonte: Adaptado de Pires (2017)

Após a triagem os dados de cada artigo foram sistematizados em uma planilha estruturada com os seguintes campos: ano, título, resumo do artigo, palavras-chave, países, periódicos, ambiente, segmentação do turismo, unidade de conservação, abordagem dos trabalhos, meios ambientais, caráter dos impactos e componentes impactados.

### 2.3. ANÁLISE DOS DADOS

Os indicadores cienciométricos foram tabulados considerando cada artigo como uma amostra (MOOGHALI *et al.*, 2011). Os dados obtidos foram analisados através de análises de frequência simples com intuito de verificar a ocorrência de trabalhos. Os resultados foram expressos em gráficos dos principais tipos de ambientes estudados, abordagens de estudos, periódicos de publicações, áreas protegidas, mapa do continente (tendência espacial) e fluxograma dos principais segmentos de turismo alternativo.

Para avaliar a relação entre o número e ano de publicação (tendência temporal) foi realizada uma correlação de *Pearson* (FIGUEIREDO-FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009). Para

medir a diversidade de periódicos que publicaram artigos sobre turismo alternativo foi realizado o índice de *Shannon-Wiener* ( $H'$ ). Para testar as diferenças entre trabalhos desenvolvidos em ambientes terrestre e aquático utilizou-se o teste T de *student* (BARBOSA; SOUZA, 2010). Para avaliar a diferença significativa entre o caráter dos impactos ambientais foi realizada uma Análise de Variância (ANOVA) (MARÔCO, 2018).

Todas as análises foram realizadas pelas rotinas do programa R (*R Development Core Team* 2014) utilizando os pacotes *vegan*.

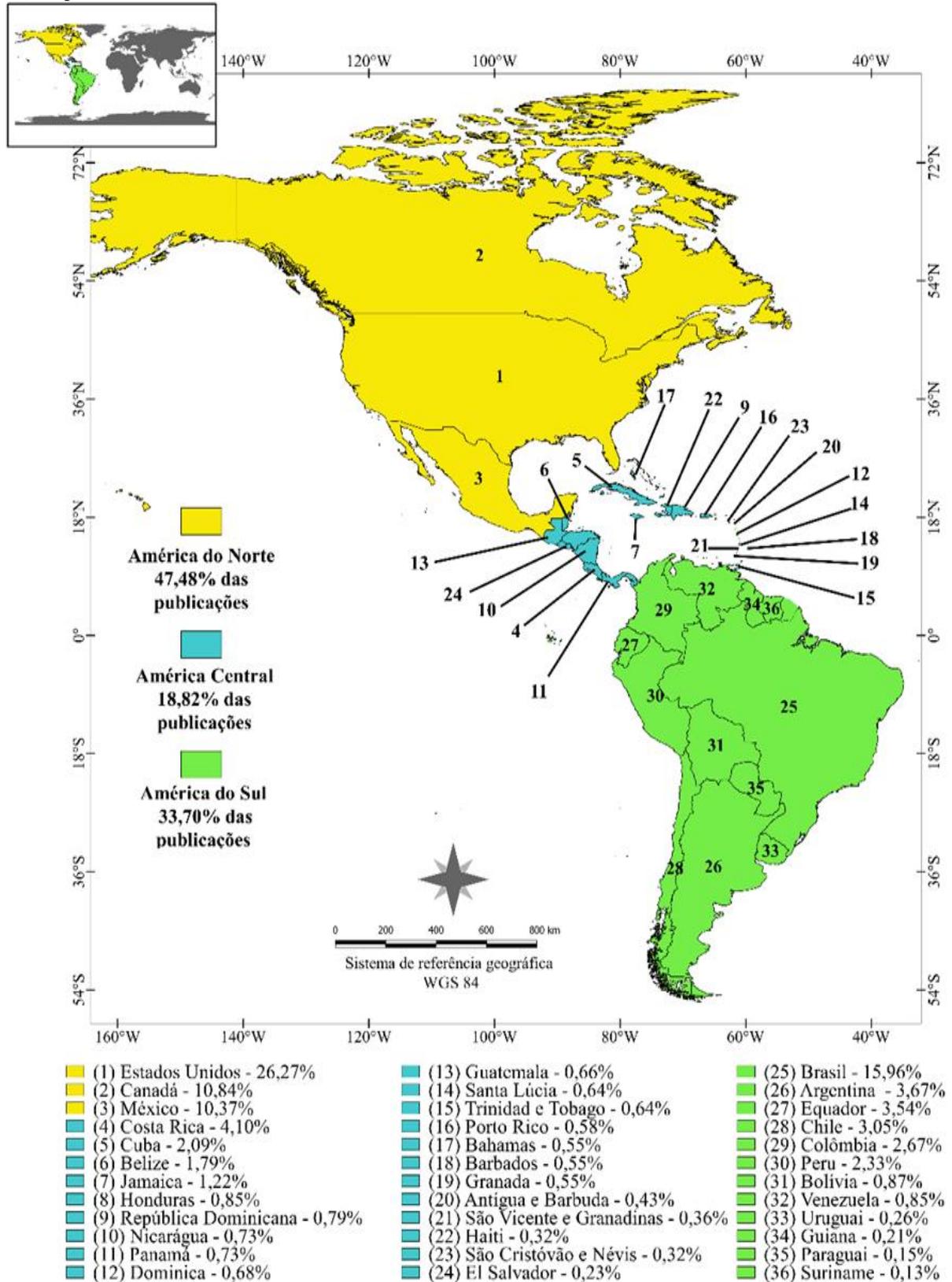
### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Um total de 10.596 trabalhos foi importado das bases de dados. Devido à abrangência que os termos utilizados possuíam, 4.096 estavam repetidos e foram excluídos, pois em um mesmo artigo foram encontrados mais de uma das palavras-chave, como, por exemplo, ecoturismo e turismo de natureza, usadas para o refinamento da pesquisa. Portanto, 6.500 artigos foram analisados e dos quais, 4.137 atenderam aos objetivos do trabalho.

#### **3.1. TENDÊNCIAS ESPACIAIS DAS PUBLICAÇÕES**

Identificou-se que os trabalhos foram realizados em 36 países do continente Americano (Norte, Central e Sul) (Figura 1). A América do Norte foi a região com o maior número de publicações (N= 2.225; 47,5%), com destaque para os Estados Unidos (N= 1.231; 26,3%); seguida da América do Sul (N= 1.573; 33,7%), com destaque para o Brasil (N=748; 16%); e América Central (N= 882; 18,8%) com a Costa Rica com maior contribuição de publicação (N=192; 4,1%) (Figura 1).

Figura 1 - Frequência de países alvos de estudos sobre turismo alternativo dentre as Américas (Norte, Central e Sul) no período de 1973 a 2017.



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Nos Estados Unidos existem centros de pesquisas e grandes Universidades (*Texas A&M University, University of Florida, Arizona State University, University of Illinois Purdue University e Cornell University*) difusoras de conhecimento que mantêm redes de colaboração para realização de estudos sobre o turismo (GÜZELLER; ÇELIKER, 2018; ZHANG *et al.*, 2015). Pode-se inferir também que este *ranking* é proveniente da demanda turística deste país, por ser um dos principais emissores (87,7 milhões em 2017) de turistas do mundo e ao mesmo tempo são responsáveis pela alta demanda de seu fluxo de turistas internos e apresentam um alto preparo para o receptivo de turistas internacionais, com 77 milhões de visitantes internacionais em 2017 (PIMENTEL; BIFANO, 2017).

No Brasil existem cerca de 57 Centros de Pesquisa em instituições de ensino que são especializadas em estudos com turismo (PIMENTEL; BIFANO, 2017) e a demanda internacional no Brasil, no ano de 2018, atingiu o seu maior registro com 1,035 milhões de chegadas (BRASIL, 2018).

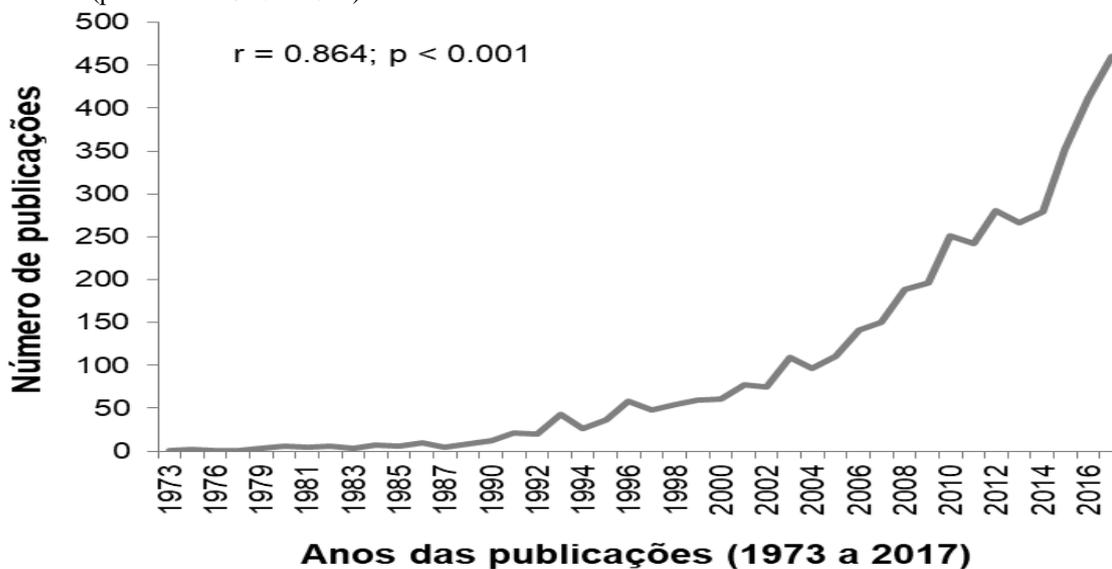
A Costa Rica a partir de 1980 reestruturou sua economia predominantemente agrícola para uma economia de manufatura e serviços, de modo que o ecoturismo passou a ser o segmento responsável pelo alto desempenho, com visitação dos seus atrativos naturais e empreendimentos locais e indígenas (GUNTER, 2018). As chegadas internacionais na Costa Rica atingiram quase três milhões em 2017, este aumento tem sido progressivo desde 2014, com taxa de crescimento de 17% ao ano, e seus principais países emissores são vindos da América do Norte, da própria América Central e da América do Sul (ICT, 2017).

Alguns países como El Salvador e Haiti apresentam problemas com conflitos políticos, uma forte insegurança muitas vezes ligada a grupos de narcotraficantes e instabilidades climáticas, esses fatores são negativos para que os países se tornem atrativos ao fluxo internacional de turistas (PIERI, 2014).

### 3.2. TENDÊNCIAS TEMPORAIS DAS PUBLICAÇÕES

Existe uma correlação forte positiva entre o número de trabalhos e ano de publicação ( $r = 0,864$ ;  $p < 0,001$ ), o que indica um crescimento significativo de publicações ao longo dos anos, com a primeira publicação encontrada em 1973 ( $n = 1$ ), com um acréscimo em 1993 ( $n = 43$ ; 1%), apresentando picos maiores em 2003 ( $n = 104$ ; 3%) e a partir daí as publicações se quadruplicaram em 2016 ( $N = 410$ ; 10%) e 2017 ( $n = 456$ ; 11%) (Figura 2).

Figura 2 - Correlação entre o número e o ano de publicação dos trabalhos sobre turismo alternativo no continente Americano (período de 1973 a 2017).



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O turismo foi institucionalizado como curso acadêmico no Brasil a partir de 1970, mas as primeiras discussões surgiram a partir de 1960 nos países europeus, como na Espanha consequentemente sua produção científica era reduzida em termos de dissertações e teses e principalmente em termos de publicações, esse período também foi importante para as discussões sobre a área, com a realização dos primeiros eventos científicos que discutiam questões sobre a realidade turística brasileira, o mercado de trabalho e as necessidades do setor (HALLAL; MULLER, 2014).

Na década de 1970 começam a emergir e a se intensificar visões quanto ao “turismo diferente” (turismo alternativo), em contraposição ao modelo predatório (turismo de massa), quando surgem projetos turísticos com características alternativas em várias partes do mundo, que envolviam operações de pequena escala, com ênfase nos recursos da própria localidade (PIRES, 2017). Trigo (2005) afirma que a partir desses marcos, na década de 1980 é possível encontrar uma produção científica mais robusta, geradas no ambiente universitário e em outras instituições de pesquisas atuantes das ciências sociais, verificados com o aumento das publicações encontradas na pesquisa.

Na década de 1990 (especificamente em 1993) observou-se um pico de publicações, sendo possível associar este aumento a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, quando os meios científicos em geral despertaram para a abordagem do turismo alternativo como tema, principalmente pelo Ecoturismo, pois as

primeiras abordagens sobre o assunto estavam mais relacionadas aos seus sinônimos como Turismo Ecológico e de Natureza (TRIGO, 2005).

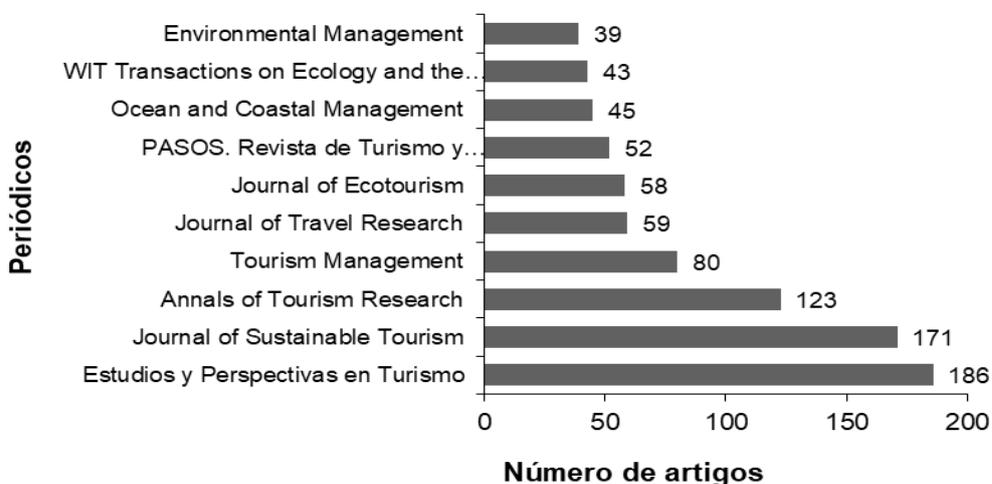
O número expressivo de publicações em 2003 pode ser associado ao ano anterior, quando a Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES) declarou um momento fundamental na atenção ao turismo relacionado à natureza, e proclamando 2002 como o Ano Internacional do Ecoturismo. Nesse ano aconteceu a Cúpula Mundial do Ecoturismo que resultou na Declaração de Quebec, pela qual o tema ecoturismo ganhou ascensão internacional, pois acenava para o crescimento das atividades de ecoturismo implementadas à luz do desenvolvimento sustentável (QUINTANA, 2017).

A maior tendência das pesquisas na área do turismo alternativo foi nos anos de 2016 e 2017. Em 2016, a OMT registrou que este foi o sétimo ano seguido de crescimento do segmento após a crise financeira global de 2009 (BRASIL, 2017). Em 2017 foi proclamado pela UNESCO o Ano Internacional do Turismo sustentável, que em números responde por cerca de 10% da atividade econômica mundial (UNESCO, 2017).

### 3.3. PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

Foi encontrada alta diversidade de periódicos que publicaram artigos sobre o turismo alternativo no continente Americano (N=1.203; H'= 4.653). Os periódicos com maior número de publicações foram *Estudios y Perspectivas en Turismo* (N=186; 15%), *Journal of Sustainable Tourism* (N=171; 14%) e *Annals of Tourism Research* (N=123; 10%) (Figura 3).

Figura 3 - Periódicos científicos com maior número de publicações sobre turismo alternativo no continente Americano (período de 1973 a 2017).



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A revista que mais publicou sobre o turismo alternativo foi *Estudios y Perspectivas en Turismo*. É uma publicação que analisa o turismo na perspectiva das Ciências Sociais e constitui um fórum interdisciplinar para a expansão das fronteiras do conhecimento. O lançamento da *Estudios y Perspectivas en Turismo* pelo Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos (CIET) ocorreu no início da década de 1990 como uma Revista de Turismo da América Latina e no ano seguinte mudou seu nome para o atual. Desde 2007 faz parte do Núcleo Básico de Revistas Científicas da Argentina (CIET, 2015), sendo uma revista de acesso aberto e seus volumes digitalizados estão disponíveis em [www.estudiosenturismo.com.ar](http://www.estudiosenturismo.com.ar).

A Revista *Estudios y Perspectivas en Turismo* recebe submissões de artigos referentes a diversos temas do fenômeno turístico, como temas ambientais, administrativos, econômicos, sociológicos, geográficos, antropológicos e psicológicos (CIET, 2015), desta forma, tem como objetivo encontrar o equilíbrio entre teoria e prática, bem como construir um campo sólido de conhecimento no campo do turismo com base na contribuição de diferentes ciências e disciplinas. Ele está interessado nas contribuições que podem ser feitas por especialistas vindos do campo do turismo, bem como aqueles que vêm da antropologia, ciência política, ecologia, economia, geografia, psicologia e sociologia (CIET, 2015).

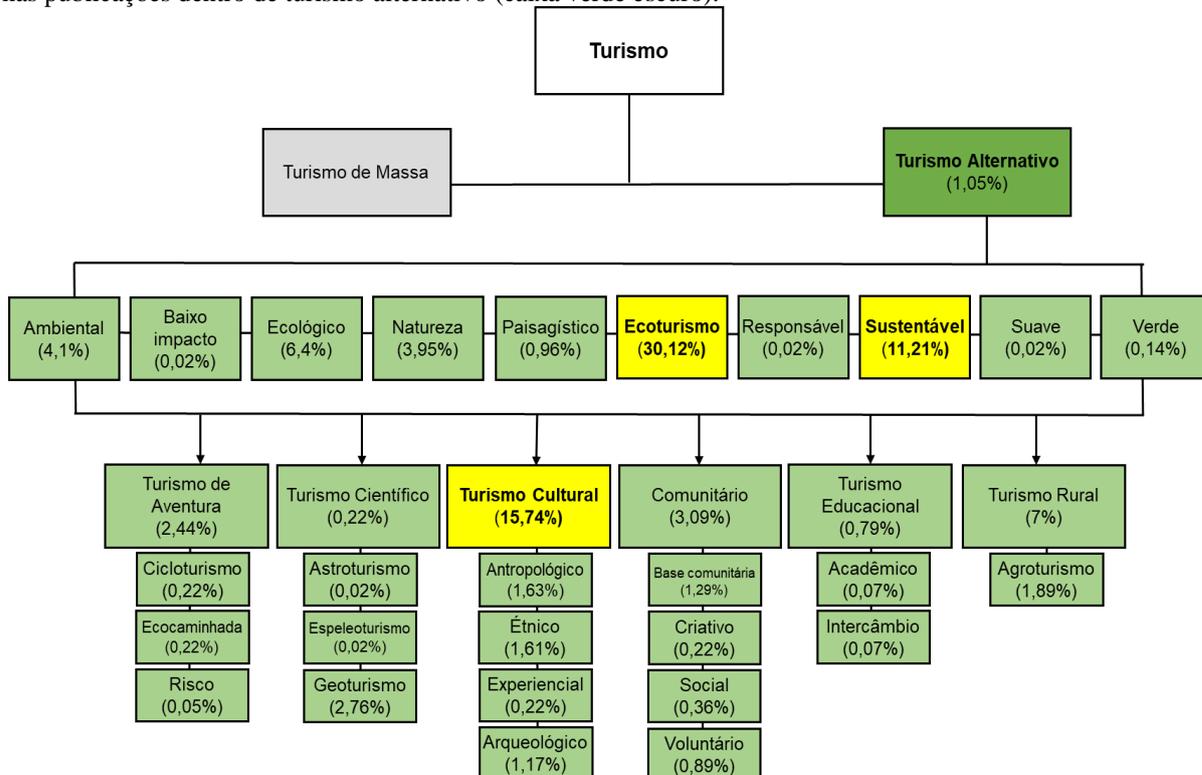
O periódico *Journal of Sustainable Tourism* em 2018 possuía fator de impacto de 3.400 e oferece pesquisas teóricas, conceituais e empíricas que exploram aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos, organizacionais e ambientais dos grandes temas de turismo relacionados ao desenvolvimento sustentável (TAYLOR; FRANCIS, 2018). O *Annals of Tourism Research*, com fator de impacto de 5.493 no ano de 2018, é uma revista de ciências sociais focada nas perspectivas acadêmicas do turismo (ELSEVIER, 2018).

Estas características influenciaram nos resultados das pesquisas, pois, a primeira revista com maior número de publicações relacionadas ao turismo alternativo tem uma abrangência regional e está indexada na base de dados *Scielo* e a pesquisa se dedicou a análise do continente Americano, enquanto que as duas outras revistas apesar de terem uma abrangência mundial, seus maiores números de publicações apontam para o continente Europeu, Asiático e Oceania, indexados nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science* (ZHANG *et al.* 2015).

### 3.4. SEGMENTOS DO TURISMO ALTERNATIVO

Foram identificados 34 segmentos relacionados ao turismo alternativo nos trabalhos estudados (Figura 4). O maior número de publicações foi do segmento Ecoturismo (N=1.257; 30,1%), seguido de Turismo Cultural (N=657; 15,7%), Turismo Sustentável (N=468; 11,2%), Turismo Rural (N=292; 7%) e Turismo Ecológico (N=267; 6,4%) (Figura 4).

Figura 4 - Porcentagens dos principais segmentos do turismo alternativo encontrados nas publicações do continente Americano (período de 1973 a 2017). Caixas amarelas representam os três termos mais encontrados nas publicações dentro de turismo alternativo (caixa verde escuro).



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

As publicações abordaram em sua maioria a segmentação “ecoturismo” por ele ter se destacado no contexto de alternativa ao turismo de massa, incorporando em sua concepção todos os princípios do turismo alternativo e adquiriu identificação própria, firmando-se como uma das mais importantes opções do turismo alternativo (PIRES, 2017).

O ecoturismo se consolida somente a partir da década de 1990, porém seu conceito foi cunhado em 1983 por Ceballos-Lascuráin que o preceitua como viagens ambientalmente responsáveis às áreas naturais sem distúrbios, promovendo a conservação, reduz impacto e contribui socioeconomicamente com as populações locais, o conceito foi adotado pelo Programa de Ecoturismo da IUCN e outras organizações como WWF e CI e assim disseminado (PIRES, 2017).

O Ecoturismo é um segmento que se destaca por utilizar, sustentavelmente, o patrimônio natural e cultural, através do incentivo a conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente ou Educação Ambiental, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 2008).

O turismo cultural é abrangente e segundo o Ministério do Turismo é uma atividade que se baseia na utilização dos recursos culturais como arte, história, costumes, eventos culturais de um território, valoriza e promove os bens materiais e imateriais da cultura e se orienta para sua preservação e fomento no território brasileiro (BRASIL, 2006).

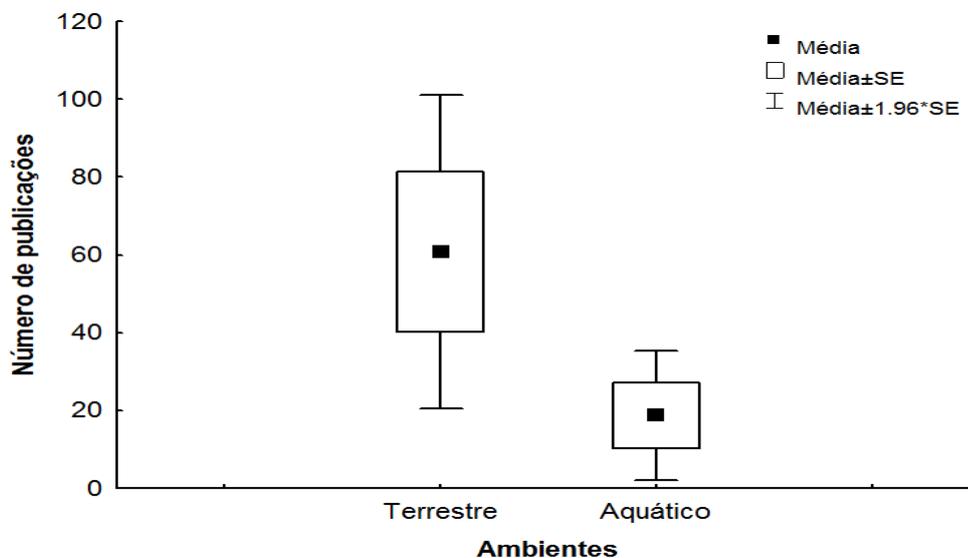
O terceiro conceito mais encontrado foi turismo sustentável, geralmente equiparado ao ecoturismo, ambos propõem um modelo de turismo planejado no sentido de assegurar sua longevidade, integra as comunidades locais e busca a gestão sustentada dos recursos naturais e culturais, para que estes estejam disponíveis no futuro (PIRES, 2017).

As segmentações turísticas paisagístico, de base comunitária, criativo, social, voluntário, intercâmbio, experiencial, astroturismo, espeleoturismo e geoturismo, não constavam na tabela de palavras-chaves a serem pesquisadas nas bases de dados, porém, foram identificadas sob o “guarda-chuva” do turismo alternativo, que, segundo Dias (2003) o turismo alternativo tem como característica principal o contato com a natureza e valorização da cultura local, características estas encontradas nos segmentos supracitados.

### **3.5. AMBIENTES DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS**

Existe diferença significativa entre o número de trabalhos desenvolvidos em ambientes terrestres e aquáticos ( $T= 1,887$ ; G.L.= 102;  $p=0,050$ ) (Figura 5). Dentre os trabalhos que citaram os ambientes estudados, registrou-se em média 42 trabalhos a mais para ambientes terrestres do que para ambientes aquáticos (Figura 5).

Figura 5 - Ambientes de realização dos estudos com turismo alternativo no continente Americano no período de 1973 a 2017.



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Os trabalhos em sua maioria foram desenvolvidos no meio terrestre e abrangem as áreas de florestas, as comunidades rurais, quilombolas e indígenas, os sítios arqueológicos, os geossítios, as trilhas ecológicas, as matas remanescentes das zonas urbanas, as pousadas, os hotéis fazenda e os estudos com a fauna e flora terrestres. No turismo alternativo se observa uma variedade de atividades caracterizadas pela relação com a natureza, sejam com a fauna, a flora, as formações rochosas, as paisagens e os espetáculos naturais extraordinários (BRASIL, 2010).

Os turistas podem percorrer uma trilha para conhecer a flora de determinada região e por sorte conseguir observar os animais que estão pelo caminho, podem também conhecer as comunidades anfitriãs e interagir com as atividades cotidianas ou eventos tradicionais, como forma de valorização do ambiente cultural e dar oportunidade de geração de renda extra às iniciativas sociais comunitárias (BRASIL, 2010).

Nestes ambientes os estudos de capacidade de carga são importantes para o planejamento e gestão de áreas naturais. Desse modo é possível definir indicadores e o manejo de áreas onde ocorrerá a visitação, para um melhor uso do solo e a mitigação dos impactos negativos nos recursos naturais, bem como em relação à perda da qualidade da experiência do turista, haja vista que é necessário o monitoramento contínuo, pois as condições se modificam (LEÃO, 2018).

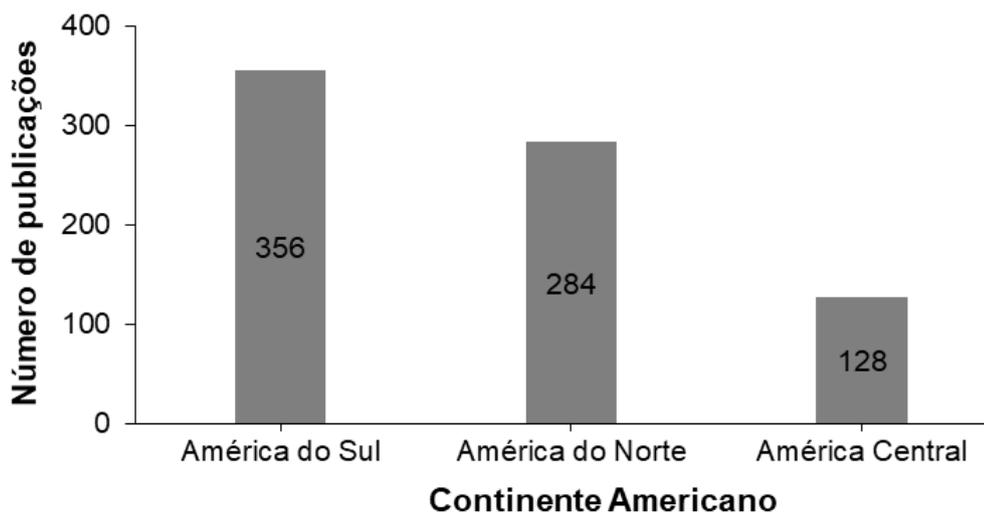
No ambiente aquático as áreas de estudos foram em recifes de coral, zonas úmidas, arquipélagos, lagos, rios, oceano, litoral, trilhas marinhas, quedas d'água, cataratas,

manguezais, áreas protegidas marinhas e fauna marinha. De acordo com este estudo observou-se uma menor expressividade de trabalhos nesta área, apesar de o ambiente aquático ser um dos ecossistemas que mais sofre impactos causados pela ação antrópica, por se constituir no destino final de vários produtos (AKAISHI, 2003).

### 3.6. TRABALHOS REALIZADOS EM ÁREAS PROTEGIDAS

Do total de publicações 19% (N=768) foram realizadas em áreas protegidas, distribuídas em 27 países do continente Americano. A América do Sul foi a região com maior número de trabalhos desenvolvidos em áreas protegidas (N=356; 46%), seguida pela América do Norte (N=284; 37%) e América Central (N=128; 17%) (Figura 6).

Figura 6 - Número de publicações sobre turismo alternativo (período de 1973 a 2017) em Áreas Protegidas por Américas (Sul, Norte e Central).



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

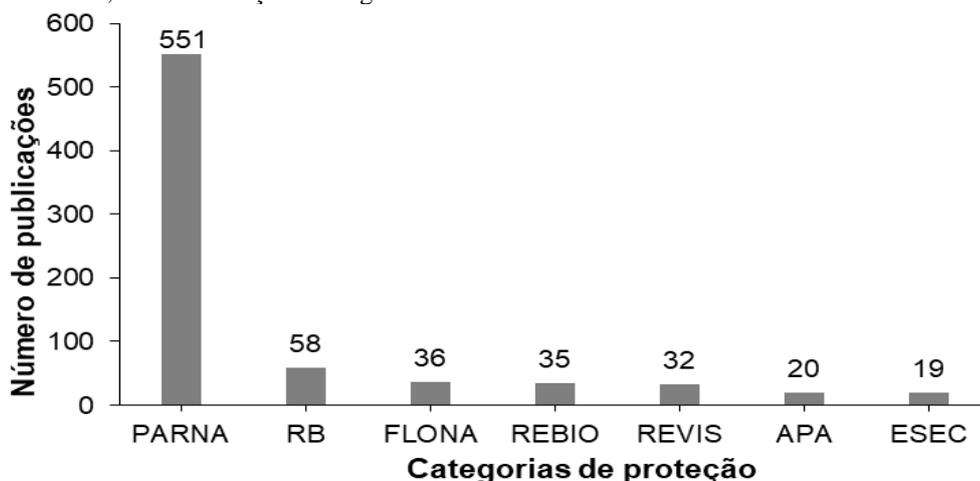
A maior quantidade de trabalhos realizados em áreas protegidas foi identificada na América do Sul e segundo o relatório da IUCN é a cobertura mais ampla alcançada em nível regional, onde 4,85 milhões de km<sup>2</sup> (24%) de terra estão protegidos. Metade (2,47 milhões de km<sup>2</sup>) de toda a área protegida da região fica no Brasil, tornando-a a maior rede nacional de áreas protegidas terrestres do mundo (IUCN, 2016).

Geralmente o turismo alternativo se desenvolve em áreas remotas ou regiões protegidas que apresentam expressiva beleza cênica, interesse ecológico e importância cultural, essas áreas são criadas para a contenção da perda em grande escala de ecossistemas naturais em vez de desenvolvê-las para outros fins como agricultura, exploração madeireira e pecuária. Desta forma as florestas e os animais representam maior valor econômico se

mantidos em pé e vivos, conservados para observação turística do que se exploradas de forma predatória (WEARING; NEIL, 2014).

Parque Nacional é a categoria de área protegida com maior número de publicações (N=551; 72%), seguido da Reserva da Biosfera (N=58; 8%) e Floresta Nacional (N=36; 5%) (Figura 7).

Figura 7 - Número de publicações sobre turismo alternativo (período de 1973 a 2017) em Áreas Protegidas por categoria de Unidade de Conservação segundo o SNUC. PARNA= Parque Nacional; RB= Reserva da Biosfera; FLONA= Floresta Nacional; REBIO= Reserva Biológica; REVIS= Refúgio da Vida Silvestre; APA= Área de Proteção Ambiental; ESEC= Estação Ecológica.



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O Parque Nacional é o mais popular e antigo entre as categorias de Unidades de Conservação de Proteção Integral (categoria II pela IUCN) e têm como dever preservar ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, realização de atividades educacionais e de interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico (BRASIL, 2000). Por sua ampla distribuição e por permitirem a visitação pública, são as Unidades de Conservação que propiciam a maior variedade de experiências e importante interação entre o visitante e a natureza (MARETTI *et al.*, 2012).

Além dos países das Américas, a figura do Parque Nacional existe também no continente Africano, Europeu e Oceania e dentre as atividades permitidas estão precipuamente o turismo e a pesquisa científica. Além disso, no caso do Reino Unido pessoas podem residir em seus parques, assim como na Austrália em que os povos aborígenes estão assentados e em alguns casos é possível a exploração econômica de petróleo, madeira e mineração com autorização dos órgãos competentes (SPINOLA, 2013).

O Brasil optou pelo modelo norte-americano de gerir seus Parques Nacionais e trouxe através do SNUC o veto de permanência das populações tradicionais em suas áreas, a

justificativa parte do princípio de que não há equilíbrio entre os interesses antrópicos e proteção do meio ambiente (SPINOLA, 2013). Assim o turismo alternativo é o aliado mais viável de manutenção destas áreas.

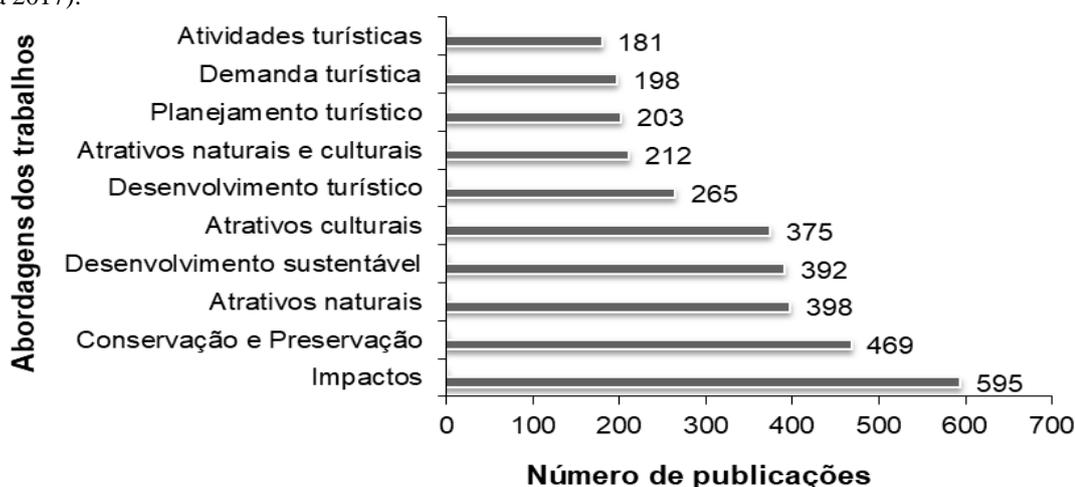
No Brasil, em 2015 a visitação de UCs chegou a mais de 8 milhões de turistas, um aumento de 9,6% (765 mil visitas) em relação ao ano anterior (7,3 milhões) sendo que o Parque Nacional da Tijuca, no estado do Rio de Janeiro e Parque Nacional de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, foram responsáveis por mais de 1 milhão de visitas cada (SOUZA *et al.*, 2017).

A gestão destas áreas é um grande desafio, pois as UCs Federais estão distribuídas em todos os estados brasileiros do território terrestre e do bioma marinho costeiro que conservam uma rica biodiversidade com patrimônios naturais, históricos e culturais, além de serem espaços de onde também dependem muitos brasileiros que moram dentro ou no entorno delas (SOUZA *et al.*, 2017).

### 3.7. ASSUNTOS MAIS ABORDADOS

Os trabalhos abordaram diversos assuntos (N=49) e os que mais frequentes foram sobre impactos do turismo (N=595; 14,4%), conservação e preservação (N=469; 11,3%) e atrativos naturais (N=398; 9,6%) (Figura 8).

Figura 8 - Principais abordagens das publicações sobre turismo alternativo no continente Americano (período de 1973 a 2017).



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Para a OMT (2003) os impactos do turismo resultam das diferenças sociais, econômicas e culturais entre a população residente e os turistas e da exposição aos meios de

comunicação social. O turismo impacta todos os setores da economia, pois, quando um turista gasta com os equipamentos turísticos está contribuindo para beneficiar outras atividades comerciais e, sobretudo, a maior contribuição é o desenvolvimento da economia local.

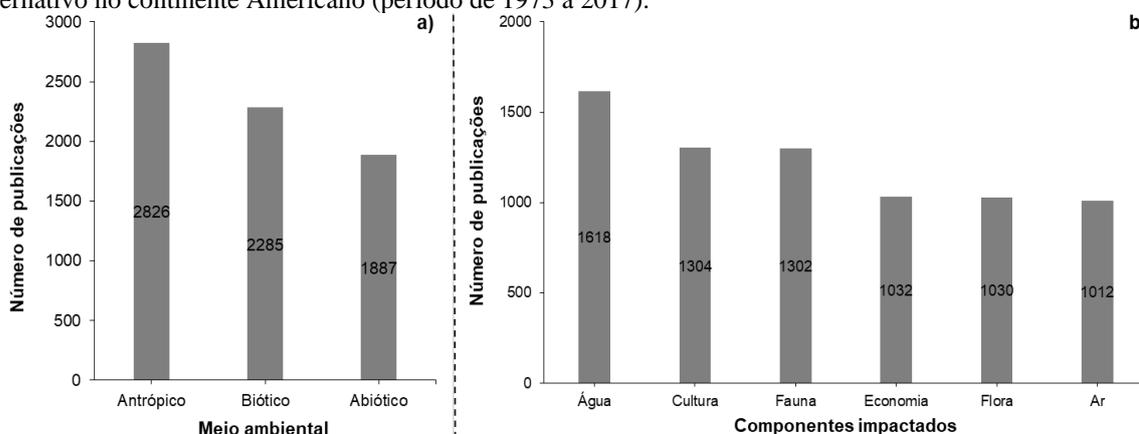
O turismo já teve o rótulo de ser uma “indústria limpa”, porém, causa impactos no meio natural e na cultura das comunidades e povos (BARTHOLO JUNIOR et al., 2005). Os impactos do turismo começaram a ser investigados na segunda metade da década de 1970, por consequência do auge do turismo de massas e pelas consequências da atividade, que apontou para a possibilidade de que seu crescimento se tornaria insustentável em relação ao meio ambiente (DIAS, 2005).

Trata-se ainda de uma atividade que durante todo o ano, mundialmente mobiliza milhões de pessoas, e conseqüentemente, gera grandes impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais nas comunidades receptoras. A participação e o envolvimento de setores sociais são essenciais, pois fortalece a identidade local e com um bom planejamento pode-se converter em ferramenta para se alcançar a sustentabilidade (BRASIL, 2007).

### 3.8. MEIO AMBIENTAL E COMPONENTE IMPACTADO

O meio ambiental mais estudado foi o antrópico (N=2.826; 40%), seguido do biótico (N=2.285; 33%) e abiótico (N=1.887; 27%) (Figura 9a) Dentre os meios ambientais, o componente mais relacionado a impactos foi a água (N=1.618; 17%), seguido de cultura (N=1.304; 14%) e fauna (N=1.302; 14%) (Figura 9b).

Figura 9 - a) Meios Ambientais estudados e b) componente impactado segundo as publicações sobre turismo alternativo no continente Americano (período de 1973 a 2017).



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

De forma geral os aspectos que influenciam a qualidade do meio ambiente estão inter-relacionados, como as questões éticas, políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas, culturais e ecológicas (BRASIL, 2007).

O meio antrópico aparece principalmente através da componente cultura. Os estudos relacionados a impactos culturais geralmente levam mais tempo para aparecer e são menos tangíveis, como se referem a mudanças qualitativas podem ser sutis e difíceis de mensurar (LAGE; MILONE, 2009). A cultura é o vetor que torna possível conhecer as particularidades de uma determinada região ou localidade e de um dado momento histórico sendo também possível atuar na preservação da identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística (MARUJO, 2014).

O meio biótico e o abiótico fazem parte dos ambientes naturais que proporcionam diversas formas de recreação e lazer, contemplação de paisagens, observação de animais em vida livre, seus abrigos, ninhos e locais de descanso e alimentação.

No meio biótico a componente fauna foi o mais pesquisado. No turismo alternativo voltado para a natureza, se encontram várias atividades, dentre as quais, a observação de animais, os safáris fotográficos e os estudos científicos. O ambiente natural constitui a base principal de incremento e sustentabilidade da atividade (DIAS, 2005).

Muitos parques e santuários de vida selvagem têm sido criados para proteger espécies carismáticas que são importantes como símbolos nacionais e como atrações turísticas, como é o caso do Santuário Comunitário dos Babuínos em Belize, que foi criado com o intuito de concentrar esforços para a conservação da vida silvestre daquele país (SONAGLIO, 2006). Outro exemplo é Projeto TAMAR (Tartarugas Marinhas), que tem como compromisso a pesquisa, a conservação e o manejo de cinco espécies de tartarugas marinhas que ocorrem no Brasil e está presente em nove estados com potencial turístico entre eles em Fernando de Noronha (LIMA et al., 2018)

Do meio abiótico, o componente água apresentou-se como mais impactado dentre os outros componentes, pois os ambientes aquáticos compõem uma das principais opções de lazer de turistas (DIAS; GRAMADO, 2014). Esta preferência é evidenciada pelos estudos que investigaram a fauna e flora aquática e as percepções de impactos em zonas costeiras (CARVALHO, 2010; FERREIRA, 2010; SPALDING et al., 2017).

Os ecossistemas aquáticos são essenciais para preservação da biodiversidade fluvial marinha e para a sobrevivência humana. O planeta terra e o corpo humano constituem-se de mais de 70% de água, porém apenas 1% dessa água doce está disponível para o consumo

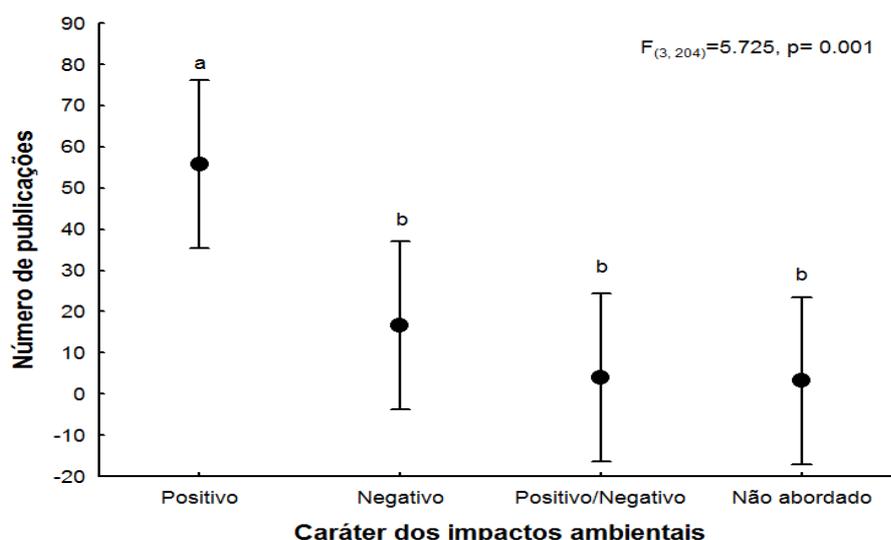
humanos encontrados em lagos, calotas polares, rios e reservatórios subterrâneos, por isso é importante seu uso racional e preservação desses ecossistemas, inclusive para o lazer (BRASIL, 2018).

Desta forma o turismo alternativo é uma das formas de conscientização e conservação dos recursos hídricos, pois a água é o principal atrativo de vários dos destinos turísticos das Américas, como por exemplo, as Cataratas do Niágara, que fica entre Estados Unidos e Canadá; o rio Celeste, localizado na Costa Rica; a Rede de Reservas dos Recifes da Barreira, de Belize; as ilhas Galápagos no Equador; e no Brasil, as cataratas do Iguaçu, Arquipélago de Fernando de Noronha, o pantanal e a Amazônia, os dois últimos reconhecidos pela UNESCO como patrimônio natural da humanidade, tamanha é a importância de cada bioma para a biosfera (BRASIL, 2018).

### 3.9. CARÁTER DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

Existe diferença significativa entre o caráter dos impactos ambientais abordados nas publicações sobre turismo alternativo no continente americano ( $F_{(3, 119)} = 2.985$ ;  $p = 0.034$ ) (Figura 10). Em média 49 trabalhos abordam impactos positivos a mais do que negativos (Tukey  $p = 0,037$ ), 52 a mais do que positivo/negativo (Tukey  $p = 0,002$ ) e 53 a mais do que não abordado (Tukey  $p = 0,001$ ) (Figura 10).

Figura 10 - Caráter dos impactos ambientais abordados nas publicações sobre turismo alternativo no continente americano (período de 1973 a 2017).



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O desenvolvimento da atividade turística provoca impactos ambientais positivos e/ou negativos, envolvendo o ambiente natural, o ambiente transformado e o ambiente sociocultural (FANDÉ; PEREIRA, 2015). Os impactos positivos do turismo registrados foram: geração de renda, emprego, desenvolvimento econômico, valorização e empoderamento feminino, conservação da herança cultural e áreas naturais, trocas culturais e renovação do orgulho cultural, aumento da qualidade e do conhecimento ambiental, envolvimento com o meio ambiente e melhoramento da infraestrutura e sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável (REZENDE; REZENDE, 2006).

Não foi observada diferença significativa entre os trabalhos que apontaram impactos negativos e positivos ao mesmo tempo, em relação aos trabalhos que não abordaram impactos, estes não apresentaram nenhum tipo de impacto, pois tratavam de conceituações e revisões do turismo.

Os impactos têm origem em um processo de mudança, consequência da interação do turista, da comunidade e do meio receptor, muitas vezes tipos parecidos de turismo provocam impactos diferentes que vai depender da natureza e da sociedade nas quais ocorrem (RUSCHMANN, 2003). Ainda segundo a autora, a avaliação dos impactos de toda ordem sobre o meio ambiente é difícil, por cinco razões: 1) o homem está vivendo e modificando a terra há milhares de anos, dificultando o estabelecimento de uma base para medir as modificações que não são só turísticas; 2) é impossível separar o papel do homem da natureza; 3) as complexas interações do turismo fazem com que o impacto total da atividade seja quase impossível de medir; 4) um espaço de tempo transcorrerá até que todos os impactos de uma atividade se tornem aparentes; e 5) difícil identificar as variáveis a considerar na indicação das mudanças provocadas pelo turismo e a atribuição de valores aos indicadores selecionados, pois a importância dos impactos varia em cada sistema estudado (RUSCHMANN, 2003; MATHIESON; WALL, 1988).

O turismo é dinâmico e seus impactos e consequências mudam constantemente. Então o seu monitoramento periódico se torna necessário no sentido de minimizar os impactos negativos, aperfeiçoar os positivos e enriquecer a experiência vivencial das pessoas que viajam e das pessoas que recebem esse turista (RUSCHMANN, 2003).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em todos os países do Continente americano foram identificados estudos com o turismo alternativo, os quais foram se multiplicando ao longo do tempo principalmente na

América do Norte que tem grandes centros de pesquisa, nota-se com essa produção que os países estão buscando meios de desenvolvimento através principalmente do ecoturismo, realizado em vários ambientes, inclusive em áreas protegidas.

A pesquisa observou que o turismo alternativo causa mais impactos positivos nestes ambientes do que impactos negativos, corroborando com o que a literatura preceitua sobre os princípios a serem seguidos para que o segmento se torne sustentável que também foi corroborado pela quantidade de trabalhos que abordaram a questão dos impactos.

Estudos com impactos ambientais são importantes para nortear as ações realizadas com fins de preservação do meio natural, quando é detectado que no ambiente poderá ou já está ocorrendo alterações é possível mitigá-los para que a longo prazo não se tornem irreversíveis.

Nos trabalhos foram encontradas experiências com turismo alternativo bem-sucedidas pelo Continente Americano, como a conservação de espécies, proteção à barreira de corais na América Central, países em que a prática predominante é o ecoturismo, então, é necessário a sistematização dos estudos básicos que envolvem a temática.

Por fim, estudos com o turismo alternativo apenas recentemente têm merecido atenção da comunidade científica, com notícias do primeiro trabalho abordando uma análise mais crítica no ano de 2001. Percebe-se então que esse campo de investigação ainda é carente de mais estudos, pois é importante investigar a produção científica para uma melhor compreensão e organização do conhecimento no turismo e identificar suas lacunas.

### **Alternative tourism and environmental impacts: an overview of the research efforts in the Americas in the period 1973 to 2017**

#### **ABSTRACT**

The objective of this work was to evaluate the scientific production of the studies published on alternative tourism from 1973 to 2017 in the American continent, through a scientometric analysis. The study was developed through search of works in ISI Web of Knowledge databases, Scopus Database and Scielo. 4,137 papers were tabulated. There is a strong positive correlation between the number of papers and year of publication ( $r = 0.864$ ,  $p < 0.001$ ). North America was the region with the highest number of publications ( $N = 2,225$ , 47,48%). It was found a high diversity of journals that publish works on alternative tourism in the American continent ( $H' = 4.653$ ), being *Estudios y Perspectivas en Turismo* ( $N = 186$ ; 15%) the periodical with the largest number of publications. The largest number of publications addresses the Ecotourism segment ( $N = 1,257$ , 30.12%). The largest number of studies was carried out in terrestrial environments ( $N = 3156$ , 76%). Of the total number of publications, only 19% ( $N = 768$ ) were conducted in protected areas. The main approaches of

the studies were impacts (N = 595, 14.4%). Among the environmental means, the anthropic environment was the most studied (N = 2,826, 40%). Change in water quality (17%) was the most studied impacted component. There is a significant difference between the character of the impacts addressed in the studies ( $F(3, 119) = 2,985, p = 0.034$ ). Even with so many subconceptions it is necessary to develop alternative tourism in order to respect what the essence of the segment prescribes, such as sustainable development, with involvement and appreciation of local communities and traditions, incorporating them into the economic sector and promoting environmental education.

**Keywords:** American continent, ecotourism, environmental changes, publications, spatial and temporal trends.

## REFERÊNCIAS

ANDREU-BOUSSUT, V.; SALIN, E. **Le tourisme dans les Amériques: territoires, expériences et nouveaux enjeux?** Disponível em: <<http://journals.openedition.org/ideas/4515>>. Acesso em: 01 de mar de 2019.

AKAISHI, F. M. **Aplicação de Biomarcadores de Contaminação Ambiental em Estudos de Laboratório e Monitoramento em Campo.** Dissertação (Mestrado em Biologia Celular) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

ALBERTON, A.; LOPES, V. J. Um estudo sobre a pesquisa em turismo no Brasil: análise de dois periódicos Qualis/Capes. Em: Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo, IV, 2007. **Anais do IV Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.** São Paulo: Editora Aleph. CD-ROM, 2007.

ALVES, M. T. R.; TERESA, F. B.; NABOUT, J. C. A global scientific literature on research on water quality indices: trends, biases and future directions. **Acta Limnologica Brasiliensia**, v.26, n.3, p. 245-253, 2014.

BARBOSA, F. T.; SOUZA, D. A. Frequência do uso adequado nos testes estatísticos nos artigos originais publicados na revista brasileira de anestesiologia entre janeiro de 2008 e dezembro de 2009. **Revista Brasileira de Anestesiologia**, v.60, n.5, p.528-536, 2010.

BARTHOLO JUNIOR, R; DELMARO, M; BADIN, L (Orgs). **Turismo e sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais.** Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Desembarques Internacionais 2018.** Disponível em: <<http://www.dadosfatos.turismo.gov.br/estat%C3%ADsticas-e-indicadores/desembarques-internacionais.html>>. Acesso em: 01 de mar de 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas.** Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa Turismo Sustentável e Infância, 2015.** Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/63-aco-es-e-programas/4818-programa-turismo-sustentavel-e-infancia.html>>. Acesso em: 01 de jul de 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Instrução Normativa nº 7, de 21 de dezembro de 2017. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Água e turismo sustentável 2018.** Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/11024-%C3%A1gua-e-turismo-sustent%C3%A1vel.html>>. Acesso em: 24 de ago de 2019

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 126 p.: il, 2007.

BRINGAS R., N. L.; GONZÁLEZ A., J. I. I. El turismo alternativo: una opción para el desarrollo local en dos comunidades indígenas de Baja California. **Economía, Sociedad y Territorio**, vol. IV, núm. 15, enero-junio, 2004, pp. 551-590, 2004.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 13ª ed. São Paulo: SENAC/SP, 2017.

BERTUZZO, G. M. P. Produção científica: um estudo cienciométrico do periódico Turismo em Análise. **Anais do Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – Semintur**, Caxias do Sul, RS, Brasil, 5, 2004.

BUFREM, L.; PRATES, Y. O Saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 9-25, maio/ago, 2005.

CARVALHO, S. M. S. A. Percepção do turismo por parte da comunidade local e dos turistas no município de Cajueiro da Praia-PI. **Turismo em Análise**, v.21, n.3, p. 470-493, 2010.

CENTRO DE INVESTIGACIONES Y ESTUDIOS TURÍSTICOS – CIET. (2015) Disponível em: <<http://www.estudiosenturismo.com.ar>>. Acesso em: 08 de nov de 2018.

CORIOLOANO, L. N.; SAMPAIO, C. A. C. Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução. In: BRASILEIRO, M. D. S.; MEDINA, J. C., & CORIOLOANO, L. N. (Orgs.). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

COSTA, C. M. M. **A evolução nas publicações sobre turismo de natureza nas revistas brasileiras de turismo: uma análise cienciométrica**. Brasília: Universidade de Brasília (Monografia), 2016.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, R. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DIAS, G. M.; GRANADO, D. C. Lazer e recreação associados aos ambientes aquáticos numa pequena cidade do interior paulista. **Colloquium Humanarum**, v.11, p. 678-686, 2014.

ELSEVIER. Disponível em: <<https://www.elsevier.com.br/>>. Acesso em: 12 de nov de 2018.

FACO, R. A. **Turismo, sustentabilidade e a gênese de um “ecoturismo”**: uma análise dos trabalhos do EcoUc/CONECOTUR. Sorocaba: Universidade Federal de São Carlos (Dissertação), 2013.

FANDÉ, M. B.; PEREIRA, V. F. G. C. Impactos ambientais do turismo: um estudo sobre a percepção de moradores e turistas no Município de Paraty-RJ. Universidade Severino Sombra, Vassouras, Brasil. Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM, **Santa**

**Maria Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental** – REGET e- ISSN 2236 1170 – V. 18 n.3 set – dez 2014, p.1170-1178, 2014.

FIGUEIREDO-FILHO, D. B.; SILVA JÚNIOR, J. A. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, v.18, n.1, p.115-146, 2009.

FERREIRA, P. F. M. **Diagnóstico dos impactos socioambientais urbanos em Itacaré (BA)**. Campinas, SP (Dissertação), 2010.

GUNTER, U. Contribution of international ecotourism to comprehensive economic development and convergence in the Central American and Caribbean region. **Applied Economics**, v.50, n.33, p. 3614-3629, 2018.

GÜZELLER, C. O.; ÇELIKER, N. Bibliometric Analysis of Tourism Research for the Period 2007-2016. **Advances in Hospitality and Tourism Research**, v.6, n.1, p.1-22, 2018.

HALLAL, D. R.; MULLER, D. A Embratur e os Cursos Superiores de Turismo no Brasil 1970-1976. **Revista Rosa dos Ventos**, v.6, n.2, p.164-179, abr-jun, 2014.

INSTITUTO COSTARICENSE DE TURISMO – ICT. **Anuário Estatístico 2017**. Disponível em: <<https://www.ict.go.cr/es/>> Acesso em: 12 de nov de 2018.

JAFARI, J.; AASER, D. Tourism as the subject of doctoral dissertations. **Annals of Tourism Research, Menomomie**, v.15, n.3, p.407-429, 1988.

LEÃO, V. A. **A importância do cálculo de capacidade de carga turística, 2018**. Disponível em: <<https://viajarverde.com.br/capacidade-de-carga-turistica/>>. Acesso em: 25 de ago de 2019.

LIMA, L.; NETO, L.; HOLANDA, L. Programa de Ecoturismo e Educação Ambiental do Projeto Tamar – Fernando de Noronha: Uma análise de 2013 a 2016. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 11, n. 1, 28 fev, 2018.

MATHIESON, A.; WALL, G. **Tourism – economic, physical and social impacts**. Longman, London, 1988.

MARETTI, C. C.; CATAPAN, M. I. S.; ABREU, M. J. P.; OLIVEIRA, J. E. D. Áreas protegidas: definições, tipos e conjuntos – reflexões conceituais e diretrizes para gestão. In: **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. WWF – Brasil/IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas. Organizadora: CASES, M. O. WWF – Brasil, Brasília, 2012.

MARUJO, N. A cultura, o turismo e o turista: que relação? **Revista de Investigación en turismo y desarrollo local**, vol. 7, nº 16, jun-jun, 2014.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Economia do Turismo**. 7 ed. 5 reimp. São Paulo: Atlas, 2009.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, n.27, v.2, p.134-140, 1998.

- MARÔCO, J. **Análise Estatística com o SPSS Statistic**. Portugal: Report Number, 2018.
- MENG, Z.; JUN, Y.; ZHENGZHENG, W. Reflections on the Connotations of Ecotourism. **Chinese Journal of Population Resources and Environment**, v.7, n.2, p.67-70, 2009.
- MOOGHALI, A.; ALIJANI R.; KARAMI, N.; KHASSEH, A. A. Scientometric Analysis of the Scientometric Literature. **Internacional Journal of information Science and Management**, v.9, n.1, p.19-31, 2011.
- NICACIO, G.; JUEN, L. Chironomids as indicators in freshwater ecosystems: na assessment of the literature. **Insect Conservation and Diversity**, v.8, p.393-403, 2015.
- OMT. Organização Mundial do Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman/OMT, 2003.
- OMT. Organização Mundial do Turismo. **Faits saillants OMT du tourisme, édition 2018**. OMT, Madrid, DOI: 10.18111/9789284419913.
- PANOSSO NETTO, A.; CALCIOLARI, G. F. M. Quantos são os livros teóricos de turismo publicados no Brasil? Uma análise da produção bibliográfica nacional (1990-2010). **Revista Turismo em Análise**, v.21, n.3, p.669-686, 2010.
- PANOSSO NETTO, A.; ANSARAH, M. G. R. **Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas**. Barueri/SP: Manole, 2009.
- PECHLANER, H., ZEHRER, A., MATZLER, K.; ABFALTERAL, D. A ranking of international Tourism and hospitality journals. **Journal of Travel Research**, v.42, n.4, p. 328-332, 2004.
- PEREIRA, I. R.; D'ABADIA, P. L.; PRADO, A. D. L.; MATOS, F. S.; NABOUT, J. C.; GONÇALVES, P. J.; ALMEIDA, L. M. Trends and gaps in the global scientific literature about *Jatropha curcas* L. (Euphorbiaceae), a tropical plant of economic importance. **Seminário de Ciências Agrárias**, v.39, n.1, p.7-18, 2018.
- PIERI, V. S. G. Fluxos Turísticos Internacionais: uma proposta metodológica de análise sobre os (novos) destinos. **Turismo em Análise, Vol. 25, n. 3, dezembro 2014**.
- PIMENTEL, T. D.; BIFANO, M. O. C. Centros de pesquisa em turismo no Mercosul: distribuição, ênfases e possíveis interações como fator de desenvolvimento. **VI Congreso Latinoamericano de Investigación Turística**. 1ª ed. EDUCO – Facultad de Turismo – Universidad Nacional del Comahue. Neuquén. CDD 338.479, 2014.
- PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo**. 2ª ed. São Paulo: Ed. SENAC: São Paulo, 2017.
- PUCCINI, L. R. S.; GIFFONI, M. G.; SILVA, L. F.; UTAGAWA, C. Y. Comparativo entre as bases de dados PubMed, Scielo e Google Acadêmico com o foco na temática 53 Educação Médica. **Cadernos UniFOA**, v.28, p.75-82, 2015.

QUINTANA, V. M. El turismo de naturaleza: un producto turístico sostenible. **ARBOR Ciencia, pensamiento y cultura**, v.193, n.785, p.1-14, 2017.

REJOWSKI, M. **Pesquisa acadêmica em turismo no Brasil (1975 a 1992): configuração e sistematização documental**. São Paulo. 2v. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1993.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 10ª ed. Coleção Turismo. Papirus: Campinas-SP, 2003.

REZENDE, C. F. & REZENDE, D. C. DE. Impactos do turismo: uma análise sob a ótica da população receptora. In: **Anais do X Colóquio Internacional sobre Poder Local**, Salvador, Bahia, 2006.

SHEN, Y. Where in the World? A Geographic Analysis of a Decade of Research in Tourism, Hospitality, and Leisure Journals. **Journal of Hospitality and Tourism Research**, v.42, n.2, p. 171-200, 2018.

SOUZA, T. V. S. B.; THAPA, B.; RODRIGUES, C. G. O.; IMORI, D. **Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira – Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2015: Sumário Executivo**. ICMBio, Brasília, 2017.

SHIMANO, Y.; SALLES, F. F.; JUEN, L. Study of the mayfly order Ephemeroptera (Insecta) in Brazil: a scientiometric review. **Revista Brasileira de Entomologia**, v.57, p.359-364, 2013.

SONAGLIO, K. E. **A transdisciplinaridade no processo de planejamento e gestão do ecoturismo em Unidade de Conservação**. Tese (Doutorado), Programa de pós-graduação de Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SPALDING, M.; BURKE, L.; WOOD, S. A.; ASHPOLE, J.; HUTCHISON, J.; ERMGASSEN, P. Mapping the global value and distribution of coral reef Tourism. **Marine Policy**, v.82, p.104-113, 2017.

SPINOLA, C. A. Parques Nacionais, conservação da natureza e inserção social: uma realidade possível em quatro exemplos de cogestão. **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, Vol. 15 n 1, p. 71–83, jan-abr, 2013.

TAYLOR, F. **Journal of Sustainable Tourism**. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/toc/rsus20/current>>. Acesso em: 08 de nov de 2018.

TRIGO, L. G. G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

UNESCO. **A UNESCO e o Ano Internacional do Turismo Sustentável**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/prizes-and-celebrations/2017-international-year-of-sustainable-tourism>>. Acesso: 30 de jan de 2019.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento, **Ci. Inf., Brasília**, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio-ago, 2002.

ZHANG, S.; LYU, P.; YAN, Y. Global geographical and scientometric analysis of tourism-themed research. **Scientometrics**, v.105, n.1, p.385-401, 2015.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo, impactos, potencialidades e possibilidades**. 2ª ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2014.

**Turismo alternativo e impactos ambientais: percepção dos moradores da Reserva  
Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil<sup>1</sup>**

**Heloise Michelle Nunes Medeiros<sup>2</sup>**

**Quêzia Leandro de Moura Guerreiro<sup>3</sup>**

**José Max Barbosa de Oliveira Junior<sup>2,3</sup>**

**RESUMO**

O turismo alternativo (TA) prima pela conservação, pela apreciação do meio ambiente e das culturas receptoras com um mínimo impacto principalmente no uso de áreas de preservação. Nesse contexto, o presente trabalho teve como objetivo identificar, considerando a percepção dos moradores da Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. A verificação dos impactos ambientais foi efetuada por meio da aplicação de questionários, com perguntas abertas e fechadas com 122 moradores de três comunidades da RESEX. A maioria (91,8%) dos informantes não sabe explicar o conceito de turismo alternativo, no entanto, para 87,7% deles, este turismo não gera impactos negativos. Renda (53%) é a expressão mais frequente utilizada pelos moradores da RESEX para demonstrarem o que o turismo alternativo traz de impactos positivos. Para maioria dos entrevistados os turistas não influenciam na mudança de costumes locais (74,6%), bem como, não identificam violência (94,3%) relacionada ao turismo. Por fim, 89,3% dos moradores afirmam que os turistas não poluem os ambientes. A pesquisa realizada nesta importante Unidade de Conservação merece a atenção de gestores, técnicos e pesquisadores acadêmicos, podendo dessa forma, fornecer subsídios a programas de gestão, no sentido de proporcionar um conjunto de bases reais para análise, interpretação e planejamento de espaços turísticos.

**Palavras-chave:** Amazônia; Ecoturismo; Impactos ambientais; Unidade de Conservação; Percepção ambiental.

---

1 Trabalho apresentado à Universidade Federal do Oeste do Pará para obtenção do título de Mestra em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida.

2 Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Pará, Brasil. E-mail: heloise\_medeiros@hotmail.com

3 Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Pará, Brasil.

## 1. INTRODUÇÃO

O turismo alternativo abrange subcategorias como o ecoturismo, o turismo ecológico, de natureza, educativo, científico e o rural (FENNEL, 2002; NEIMAN, 2010; PIRES, 2017). Esta subdivisão foi promovida de acordo com as motivações que levam as pessoas a se deslocarem em busca das atividades recreativas no campo, interesses culturais ou realização de pesquisas científicas e até mesmo as práticas de esportes radicais (NEIMAN *et al.*, 2010). O turismo alternativo se realiza por meio do ecoturismo e aproximadamente mais 30 outras segmentações que possuem relação direta com o mesmo por terem características, finalidades e motivações em comum, como a promoção da conservação ambiental e da educação ambiental, bem como a garantia de benefícios às comunidades receptoras (NEIMAN *et al.*, 2010).

O ecoturismo é um segmento “que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (BRASIL, 2008). Wearing e Neil (2001) complementam mencionando que se trata de uma atividade interpretativa, de impacto mínimo, que prima pela conservação e a apreciação do meio ambiente e das culturas receptoras; sendo um ramo especializado do turismo que promove viagens aos ambientes naturais, de modo que o ecoturista seja motivado a satisfazer sua necessidade por educação, tenha contato com a natureza com consciência ambiental, social e cultural sobre a área.

O crescente aumento do interesse no ecoturismo não pode ser explicado como um simples ramo da recreação e lazer, pelo contrário, esta tendência reflete uma mudança no modo como os seres humanos estão percebendo o ambiente, a natureza, o turismo e suas inter-relações (CHAFE; HONEY, 2005). Além de ser um fenômeno complexo e multidisciplinar, suas características devem ser levadas em conta a fim de que seja uma atividade bem-sucedida, principalmente em ambientes naturais (LINDBERG; HAWKINS, 1995). Este segmento é muito realizado em territórios especialmente protegidos como as Unidades de Conservação.

As áreas protegidas foram criadas diante da expansão urbana e Revolução Industrial, ocorridas na metade do século XX e são importantes áreas escolhidas no sentido de preservação e conservação de espécies da fauna, flora e ecossistemas (CASES, 2012), além de serem relevantes no âmbito cultural, econômico e social (AGUIAR *et al.*, 2013; COSTA; FURTADO, 2015).

Apesar das áreas protegidas já existirem no Brasil desde 1937, somente em 18 de julho de 2000 foi promulgada a Lei nº 9.985 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (PECCATIELLO, 2011), regulamentando o Art. 225 da Constituição Federal de 1988. O SNUC constituiu-se em um importante instrumento para a busca pela conservação e/ou preservação do ambiente (COSTA; FURTADO, 2015). O artigo sétimo da referida lei divide as unidades de conservação em dois grupos, as Unidades de Proteção Integral com cinco categorias e as Unidades de Uso Sustentável com sete categorias.

Uma das categorias do segundo grupo está a Reserva Extrativista (RESEX) que é “uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte (...)” e seu objetivo é a proteção dos meios de vida e a cultura das populações residentes, a partir do uso sustentável (BRASIL, 2000, pág. 12). A visitação pública é permitida desde que prevista no Plano de Manejo, bem como é consentido à pesquisa científica com prévia autorização do órgão responsável pela administração da RESEX, e respeitar as condições e restrições estabelecidas pelas normas previstas em regulamento (BRASIL, 2000).

Nesse sentido, o ecoturismo visa à melhoria da qualidade de vida das populações residentes nessas unidades de conservação, além de garantir o atendimento aos princípios do desenvolvimento sustentável, da educação ambiental e da minimização de impactos. Ademais, trata-se de um efetivo meio de atração de melhorias às localidades com grande potencial natural e um importante instrumento para a conservação ambiental (COSTA; FURTADO, 2015; FREIRE; ALMEIDA, 2018). Na Amazônia, maior reserva biológica do mundo (LEME; NEVES, 2017), essa prática pode ser uma das melhores alternativas para o desenvolvimento sustentável.

O ecoturismo mesmo com todo planejamento ainda causa impactos negativos que devem ser gerenciados (DIAS, 2003). Pereira *et al.* (2019) informam que o ecoturismo pode trazer impactos negativos e identificam ainda que na região do agreste paraibano, no Parque Estadual Mata do Pau-Ferro, onde a prática do ecoturismo é dominante foi observado que nas trilhas interpretativas existe a presença de garrafas pets, embalagens plásticas deixadas pelos turistas, árvores cortadas, árvores tombadas e a ausência de sinalização adequada nas trilhas, demonstrando falta de planejamento e fiscalização por parte dos gestores da unidade de conservação.

Os impactos negativos e/ou positivos que virão da atividade ecoturística estão relacionados, num primeiro momento, aos danos potenciais ao ambiente natural e à comunidade e, por outro lado, se bem gerido, pressupõe benefícios socioeconômicos e ambientais esperados desde o nível local ao nacional, tais como diversificação da economia regional, empregos locais, não emigração para as cidades, infraestruturas de transporte, comunicações e saneamento, aumento de alternativas de arrecadação para as Unidades de Conservação, mitigação dos impactos sobre o patrimônio natural, cultural e no plano estético paisagístico e melhoria nos equipamentos das áreas protegidas (LEUNG *et al.*, 2018).

Carvalho (2010) menciona que a comunidade receptora deve receber assistência técnica para o gerenciamento desses impactos, como também aceitar que a atividade turística seja desenvolvida. Para isso é importante identificar como os moradores das comunidades receptoras percebem os impactos gerados pelo ecoturismo.

A percepção ambiental é construída a partir de variáveis como o meio social, a história de vida, o nível de escolaridade, as crenças religiosas e a atividade econômica através da interação entre os seres humanos, e destes com a natureza (RUOSO, 2012), ou seja, cada indivíduo define seu modo de relação com a sociedade que também pode refletir um entendimento coletivo (OLIVEIRA, 2006).

A compreensão da percepção é apontada como elemento importante para o planejamento de diversas atividades que venham impactar a vida dos indivíduos (MILAGRES *et al.*, 2010). A percepção local sobre as atividades turísticas é necessária para compreender como está organizada, e como está a inserção dos moradores na atividade (CARVALHO, 2010).

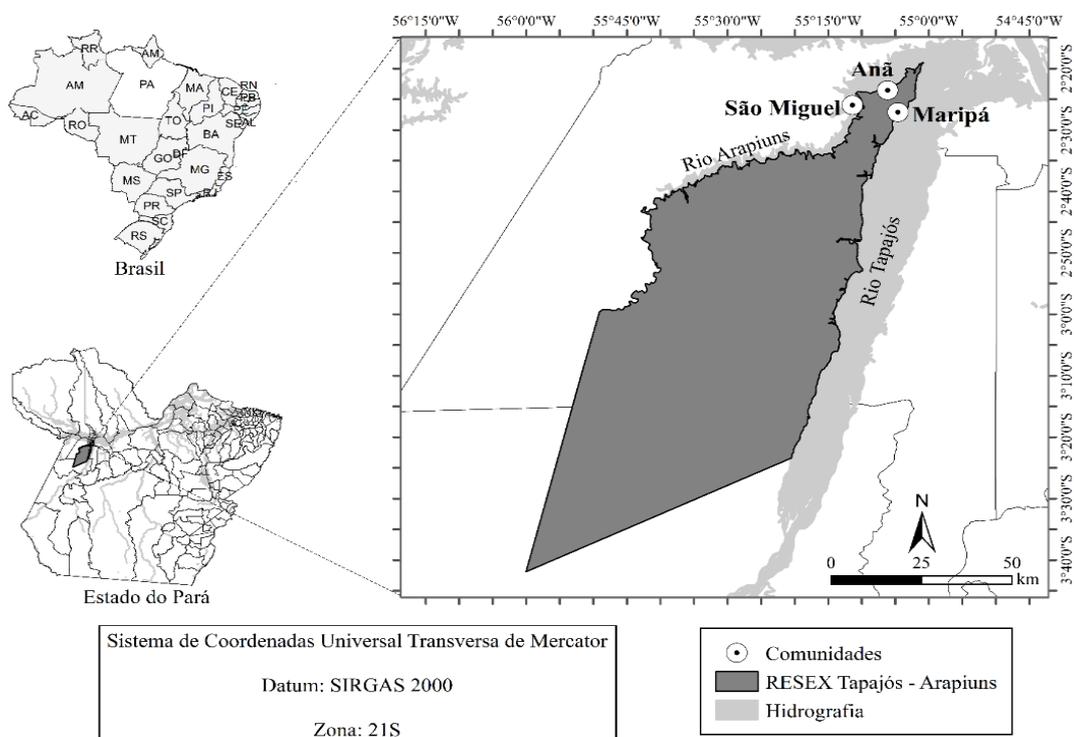
No caso da RESEX Tapajós-Arapiuns, importante UC da região Norte do Brasil, originada para combater os desmatamentos na Amazônia, o turismo está se desenvolvendo e conhecer como os moradores visualizam os impactos ambientais pode subsidiar políticas públicas futuras. Nesse contexto, o presente trabalho teve como objetivo identificar, considerando a percepção dos moradores, os possíveis impactos ambientais decorrentes do turismo alternativo em comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns.

## 2. MATERIAL E MÉTODOS

### 2.1. ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi desenvolvido em três comunidades (Anã, Maripá e São Miguel) situadas na RESEX Tapajós-Arapiuns, que possui aproximadamente 647.610 ha de extensão territorial, dos quais 66% pertencem ao município de Santarém e 34% ao município de Aveiro, ambos situados no Estado do Pará, Brasil (Figura 1). A Oeste possui seus limites marcados pelos rios Arapiuns, Maró e Mentai e pelas glebas Mamuru e Nova Olinda e pelo Projeto de Assentamento Agroextrativista Lago Grande e a Leste pelo rio Tapajós (BRASIL, 1998).

Figura 1 - Localização das comunidades estudadas na RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.



Fonte: SIRGAS (2000)

#### 2.1.1. Caracterização ambiental

Segundo a classificação climática descrita pelo método de Köppen, a região de Santarém enquadra-se no grupo “Am”, caracterizada por uma estação seca moderada, e índice pluviométrico anual elevado (MARTORANO *et al.*, 1993). As precipitações anuais variam entre 1.900 a 2.100 mm, com frequência de dias com ocorrência de chuva ao longo do ano em

torno de 126 a 150 dias, esta região apresenta dois períodos distintos, o chuvoso (de dezembro a maio); e seco (de julho a novembro) (INMET, 2010). As altas temperaturas apresentam a média anual variável entre 25 °C a 28 °C, com alta umidade relativa do ar, em que a média é de 86%, característico das florestas tropicais (TSUKAMOTO FILHO *et al.*, 2007).

A RESEX Tapajós-Arapiuns abrange 13 bacias hidrográficas principais, que totalizam uma área de 6.760,6 km<sup>2</sup>, nas quais se destacam os rios Tapajós, Arapiuns, Maró, Aruã, Inhambú e São Pedro. A dinâmica dos rios no período de cheias e vazantes é influenciada pela época da estação chuvosa (MORAES *et al.*, 2004; ICMBIO, 2014). As águas dos rios Tapajós e Arapiuns têm uma tonalidade clara, geralmente mais na época da estiagem (ICMBIO, 2014). O acesso é principalmente por via fluvial, que pode ser a partir do porto de Santarém, de Aveiro e do Distrito de Alter do Chão.

As bacias e coberturas sedimentares da RESEX Tapajós-Arapiuns são predominantemente fanerozóicas, a qual está na era do Paleozóico, compreendida aproximadamente entre 542 milhões e 245 milhões de anos atrás (MARKOV; KOROTAYEV, 2007). Em algumas regiões, principalmente no encontro dos rios Tapajós e Arapiuns, foram encontrados depósitos sedimentares quaternários, que é a última divisão do tempo geológico e se divide entre o Pleitocênio e Holoceno, e teve início há 2 milhões de anos (MOURA, 2001).

Os tipos de solos identificados na RESEX Tapajós-Arapiuns são os Argissolos Amarelos, localizados na porção leste, os Argissolos Vermelho-Amarelos encontrados em uma pequena porção na parte mais ao sul, os Latossolos Amarelos que abrangem a maior parte da unidade de conservação, e o Neossolo Flúvico Distrófico que ocupa toda a drenagem do Rio Inhambú (EMBRAPA, 2013). Quanto ao relevo, a altimetria na reserva varia entre as altitudes de 2 m a 216 m, sendo as menores (2 a 51 m) encontradas na porção leste das margens do Rio Tapajós e área noroeste, já as maiores altitudes (153 a 261 m) estão na região centro-leste e da unidade de conservação (BRASIL, 1975).

A tipologia vegetal predominante na RESEX Tapajós-Arapiuns é a Floresta Ombrófila Densa, que ocorre em 88% (591.420,00 ha) da área. Esta fitofisionomia é caracterizada por árvores de grande porte, presença de lianas lenhosas (cipós e trepadeiras) e epífitas (plantas que se fixam sobre outras plantas ou superfícies, como as bromélias) em abundância (PSA, 2014). Foram registradas a ocorrência das espécies *Bagassa guianensis* Aubl., *Bertholletia excelsa* Bonpl., *Dipteryx odorata* (Aubl.) Willd., *Hevea brasiliensis* (Willd. ex A. Juss.) Müll. Arg; outra tipologia vegetal são as Savanas, que ocupam menos de 1% (620 ha), e ocorrem

algumas vezes com feição de campos rupestres. Existem ainda igapós e vegetação secundária em 3% da área (21.649 ha) (ICMBIO, 2014).

### 2.1.2. Caracterização socioeconômica

Na RESEX Tapajós-Arapiuns residem aproximadamente 4.581 famílias que totalizam 27.027 moradores e ocupam os “aglomerados urbanos” denominados vilas ou comunidades. Ao todo são 74 comunidades que se dividem entre as calhas dos rios Arapiuns (25) e Tapajós (49) (ICMBIO, 2014). O processo de formação dessas vilas se deu a partir da resistência dos cabanos na região de Ecuipiranga, estrategicamente localizada entre o Arapiuns, o Tapajós e o Amazonas, porém, a mesma, foi tomada pelo império ocasionando a fuga dos moradores para a Vila de Pinhel (região sul da RESEX Tapajós-Arapiuns, município de Aveiro) (PSA, 2014).

As práticas sociais são representadas pelas comemorações do dia de santos padroeiros das comunidades e de cultos evangélicos, também são realizadas festas com danças tradicionais como o marabaixo, o sairé e o gambá, a organização de shows locais e os torneios esportivos, principalmente futebol (ICMBIO, 2014).

Medeiros e Avishar (2014) registraram o sistema de trocas de “pagar visitas”, realizados pelos times de futebol e seus torcedores entre comunidades distintas, nos finais de semana um time sai de sua comunidade de origem para jogar futebol em outra comunidade, por consequência, o time anfitrião tem a obrigação de levar seu time na comunidade que os visitou.

Em 2014, a RESEX Tapajós-Arapiuns possuía sete postos de saúde, 18 telefones públicos, 64 escolas, 67 geradores de energia, 69 sedes comunitárias, 69 igrejas (católicas e evangélicas) e 69 campos de futebol, e instalações para recepção de turistas (ICMBIO, 2014). Partes dessas estruturas funcionam de forma precária, pois não há uma manutenção das mesmas. A RESEX Tapajós-Arapiuns tem aproximadamente 45 associações comunitárias ou intercomunitárias, e estas estão vinculadas a TAPAJOARA (Associação das Organizações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns) fundada em julho de 1999, considerada uma associação geral que as representa social e politicamente (ICMBIO, 2014).

Das atividades econômicas que geram renda para os comunitários estão à agricultura, a criação de animais de pequeno e grande porte, a caça, a pesca, o artesanato, o turismo e o extrativismo madeireiro e não madeireiro, algumas destas ocupações são sazonais e se complementam no decorrer do ano (ICMBIO, 2014).

### 2.1.3. Descrição das comunidades amostradas

Foram selecionadas para a pesquisa as comunidades de Anã, de Maripá e de São Miguel, pois conforme o ICMBIO e TAPAJOARA estas são as que mais recebem turistas. No quadro 1 é apresentado uma descrição geral das referidas comunidades conforme ICMBIO (2014).

Quadro 1 - Caracterização das comunidades Anã, Maripá e São Miguel localizados na RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.

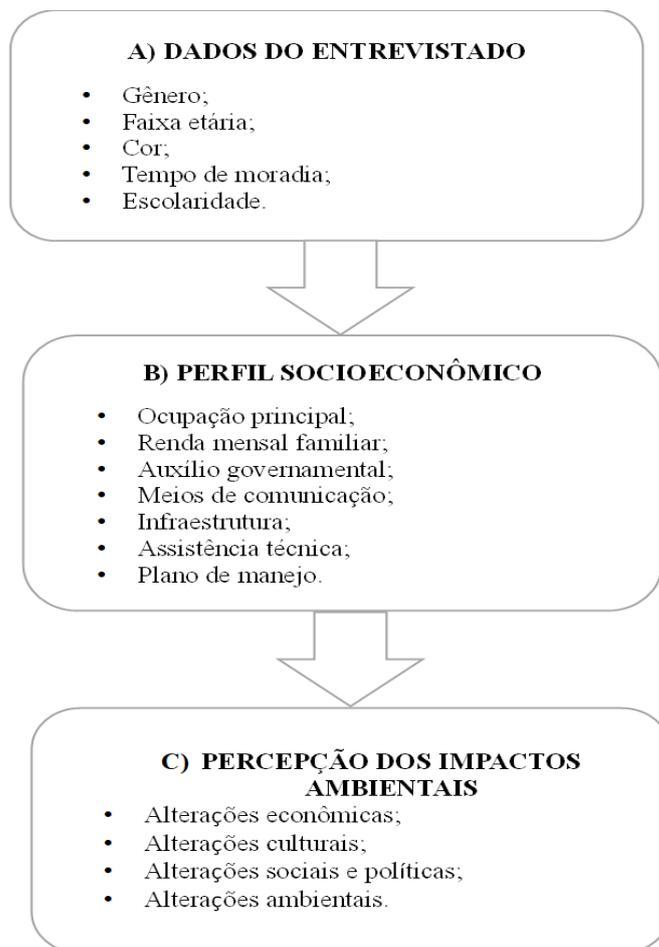
<b>Comunidades</b>	<b>Total de famílias</b>	<b>Localização (Rio)</b>	<b>Associação</b>	<b>Principais fontes de economia</b>
Anã	96	Arapiuns	APROANÃ <sup>1</sup>	Agricultura familiar, extrativismo, comércio e turismo.
Maripá	75	Tapajós	ASCOPRAM <sup>2</sup>	Agricultura familiar, extrativismo e turismo.
São Miguel	80	Arapiuns	ASCOVISM <sup>3</sup>	Agricultura familiar, extrativismo, comércio e turismo.

Fonte: Adaptado de ICMBIO (2014); PSA (2014). Legenda: <sup>1</sup>APROANÃ (Associação de Produtores Rurais da Comunidade de Anã); <sup>2</sup>ASCOPRAM (Associação Comunitária de Produtores da Comunidade de Maripá); <sup>3</sup>ASCOVISM (Associação Comunitária da Vila de São Miguel).

## 2.2. COLETA DE DADOS

A pesquisa é de cunho qualitativo e quantitativo e os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com os moradores utilizando um roteiro de questões previamente formuladas com perguntas abertas e fechadas (Apêndice I). As abertas o entrevistador faz perguntas em que o entrevistado oferece suas próprias respostas e podem proporcionar novas ideias e assuntos além do âmbito inicial da entrevista, já as questões fechadas dispõem de respostas à sua escolha (múltipla escolha) (VEAL, 2011; GIL, 2014). O roteiro das entrevistas foi dividido em três grupos de perguntas (Figura 2):

Figura 2 - Grupos de perguntas utilizadas para entrevistas com moradores de três comunidades da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.



Fonte: Elaboração própria (2019)

Inicialmente foi estabelecido contatos com as lideranças de cada comunidade, com intuito de criar estratégias que facilitassem o acesso e o diálogo junto aos extrativistas.

A partir deste momento foi realizado um pré-teste no mês de fevereiro de 2019 para verificar as falhas no instrumento, a clareza das perguntas, o tempo de resposta e o interesse dos respondentes pelo tema abordado, como também para nortear o dimensionamento da amostra, conforme orientação de Oliveira (2008), sendo que os respondentes desta fase não foram ouvidos novamente. Essa etapa resultou na inserção de duas novas perguntas e em pequenas correções e/ou melhorias antes da entrevista definitiva, bem como layout do questionário utilizado.

O método de amostragem utilizada nesta pesquisa foi o de bola de neve (*Snowball Sampling*) o qual Vinuto (2014) descreve como uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência, não sendo possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa. Este mesmo método também foi utilizado nos trabalhos de

Veiga e Gondim (2001), Baldin e Munhoz (2011) e Martins (2011). Este método de seleção de informantes é útil quando a comunidade é pequena e o conhecimento não está distribuído de forma homogênea na comunidade, sendo mais interessante para o pesquisador identificar informantes potenciais de forma não aleatória (SILVANO *et al.*, 2008). As pessoas foram indicadas e efetivamente selecionadas se atendessem aos seguintes critérios:

- a) Maior de 18 anos;
- b) residir nas comunidades há, pelo menos, um ano, pois já pôde verificar a dinâmica do turismo nessas comunidades;
- c) ter contato com os turistas através da recepção dos mesmos em suas casas ou hospedagens, da realização de vendas em geral, prestar serviços como guias de turismo nas comunidades.
- d) assinar o Termo de Conhecimento Livre Esclarecido (TCLE).

As entrevistas foram realizadas na própria residência ou local de trabalho dos informantes, respeitando assim sua conveniência e aceitação. De acordo com Ludke e André (2013) esse respeito garante um clima de confiança, para que o informante fique mais à vontade para se expressar. Em cada comunidade um morador foi destacado para ser o guia e o mesmo realizava a apresentação dos pesquisadores.

### 2.3. ANÁLISE DOS DADOS

Os dados obtidos nas entrevistas foram tabulados e analisados por intermédio de procedimentos de estatística descritiva, através do cálculo das frequências relativas das respostas dadas. Utilizando-se o programa *Microsoft Excel*, permitindo ilustração através da conversão em tabelas e gráficos, em seguida foram incorporados ao *Microsoft Word* para análise e discussão dos resultados.

Os dados obtidos foram analisados através de análises de frequência simples com intuito de verificar o perfil socioeconômico dos respondentes nas comunidades, bem como os impactos percebidos pelos informantes, os quais os resultados foram expressos em tabelas para demonstrar o gênero, a faixa etária, o tempo de moradia, a cor e a escolaridade, as alterações na economia, as alterações culturais, sociais, políticas e nos ambientes naturais.

Uma análise de similitude foi realizada para demonstrar as expressões mais frequentes utilizadas pelos moradores para desmonstrarem o que o turismo alternativo traz de impactos positivos para as comunidades. Para essa demonstração foi utilizado o software IRAMUTEQ (*Interface de R pour lês Analyses Multidimensionnelles de Texte set de Questionnaires*).

Como um método informatizado para análise de textos, o IRAMUTEQ utiliza como base a estrutura do software R para realização dos cálculos e linguagem de programação Python.

Para avaliar a distinção entre as respostas dos entrevistados, as respostas foram resumidas em uma Análise de Componentes Principais (PCA). Para determinar quais componentes principais devem ser retidos para análise, foi usada a aleatoriedade obtida pelo modelo Broken-stick (JACKSON, 1993). Essa análise foi realizada pelas rotinas do programa R (R DEVELOPMENT CORE TEAM, 2011), utilizando os pacotes vegan e MASS.

## **2.4. PRINCÍPIOS ÉTICOS**

Por se tratar de um estudo envolvendo seres humanos, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) do Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES) do município de Santarém, Pará, Brasil e aprovada pelo Parecer nº 2.954.087, de 10 de outubro de 2018 (Anexo II), respeitando assim o que é pautado nas Resoluções 466 de 2012 e 510 de 2016, do Conselho Nacional de Saúde.

Tendo em vista que as comunidades estudadas estão inseridas em uma unidade de conservação federal, também foi solicitada autorização para a realização da pesquisa junto ao Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBio), conforme a Instrução Normativa do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio), nº 03/2014. Desta forma, o órgão citado emitiu a Autorização nº 63418-1 no dia 26 de junho de 2018 (Anexo III).

Os dados coletados nas entrevistas foram codificados para garantir o anonimato, assim como, solicitado à assinatura do Termo de Consentimento de Livre Esclarecido (TCLE) (Apêndice II), que foi disponibilizado em duas vias, ficando uma com o informante da pesquisa e a outra com o pesquisador.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **3.1. DESCRIÇÃO GERAL E PERFIL SOCIOECONÔMICO**

No total, foram entrevistados 122 extrativistas, dos quais 35 residem na comunidade de Anã, 46 em Maripá e 41 em São Miguel. O gênero de maior representatividade foi o feminino (69,7%; N=85) (Tabela 1). Di Ciommo (2007), em estudo com pescadores da RESEX marinha Ponta do Corumbau, estado da Bahia, demonstrou que as mulheres estão

assumindo cargos importantes nas comunidades, como coordenadoras de núcleos. Silva e Braga (2016) observaram na comunidade de Surucuá, na RESEX Tapajós-Arapiuns, estado do Pará, que o papel das mulheres é muito importante, pois elas participam intensamente na produção da farinha, na criação de animais de pequeno porte, além disso, realizam as atividades domésticas com o auxílio de filhas, noras e netas.

A faixa etária predominante foi a categoria adultos (75,4%; N=92) (Tabela 1). Barros (2015) ao pesquisar o perfil socioeconômico da RESEX de Alto Juruá, estado do Acre, registrou que a maioria dos moradores está na mesma faixa de idade e são potencialmente ativos para a execução das atividades produtivas.

A cor mais declarada foi a parda (86,1%; N=105) (Tabela 1), assim como Santos e Silva (2013) em sua pesquisa com trabalhadores no mercado de trabalho em Rio Branco, estado do Acre, também identificou a cor parda (67,73%) como predominante, o que condiz com a autodeclaração da maioria da população residente na região Norte do país (IBGE, 2010).

Tabela 1 - Perfil socioeconômico de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.

Dados dos entrevistados	Comunidades da RESEX						Total	
	Anã		Maripá		São Miguel		N.	%
	N.	%	N.	%	N.	%		
<b>Gênero</b>								
Feminino	18	51,4	36	78,3	31	75,6	<b>85</b>	<b>69,7</b>
Masculino	17	48,6	10	21,7	10	24,4	<b>37</b>	<b>30,3</b>
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>
<b>Faixa etária (em anos)</b>								
Jovens (até 19)	-	-	1	2,2	1	2,4	<b>2</b>	<b>1,6</b>
Adultos (de 20 a 59)	29	82,9	35	76,1	28	68,3	<b>92</b>	<b>75,4</b>
Idosos (> de 60)	6	17,1	10	21,7	12	29,3	<b>28</b>	<b>23</b>
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>
<b>Cor/raça</b>								
Pardo	30	85,7	42	91,3	33	80,5	<b>105</b>	<b>86,1</b>
Indígena	4	11,4	3	6,5	6	14,6	<b>13</b>	<b>10,7</b>
Branco	1	2,9	-	-	2	4,9	<b>3</b>	<b>2,5</b>
Negro	-	-	1	2,2	-	-	<b>1</b>	<b>0,8</b>
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>
<b>Tempo de moradia (em anos)</b>								
Até 10	5	14,3	2	4,3	4	9,8	<b>11</b>	<b>9,0</b>
De 11 a 20	3	8,6	-	-	5	12,2	<b>8</b>	<b>6,6</b>
De 21 a 30	9	25,7	5	10,9	3	7,3	<b>17</b>	<b>13,9</b>
De 31 a 40	6	17,1	3	6,5	8	19,5	<b>17</b>	<b>13,9</b>
De 41 +	12	34,3	36	78,3	21	51,2	<b>69</b>	<b>56,6</b>
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>

<b>Escolaridade</b>								
Sem escolaridade	2	5,7	1	2,2	4	9,8	7	5,7
Fund. Incompleto	13	37,1	21	45,7	20	48,8	54	44,3
Fund. Completo	-	-	9	19,6	-	-	9	7,4
Médio incompleto	3	8,6	2	4,3	6	14,6	11	9,0
Médio completo	16	45,7	9	19,6	7	17,1	32	26,2
Superior incompleto	-	-	2	4,3	-	-	2	1,6
Superior completo	1	2,9	2	4,3	4	9,8	7	5,7
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A maioria dos entrevistados reside na área há mais de 41 anos (56,6%; N=69) (Tabela 1). Apesar da RESEX Tapajós-Arapiuns ter sido criada há 21 anos, as comunidades possuem idades variando de 20 a 300 anos, e foram originadas de aldeias indígenas, principalmente das etnias *Mayatapu*, *Tupinambá* e *Kumaruaara*, do processo de colonização dos jesuítas, do movimento Cabano, do ciclo da borracha, e ainda, mais recente, como resposta aos incentivos governamentais para expansão agropecuária e ocupação na região (ESCADA, 2013).

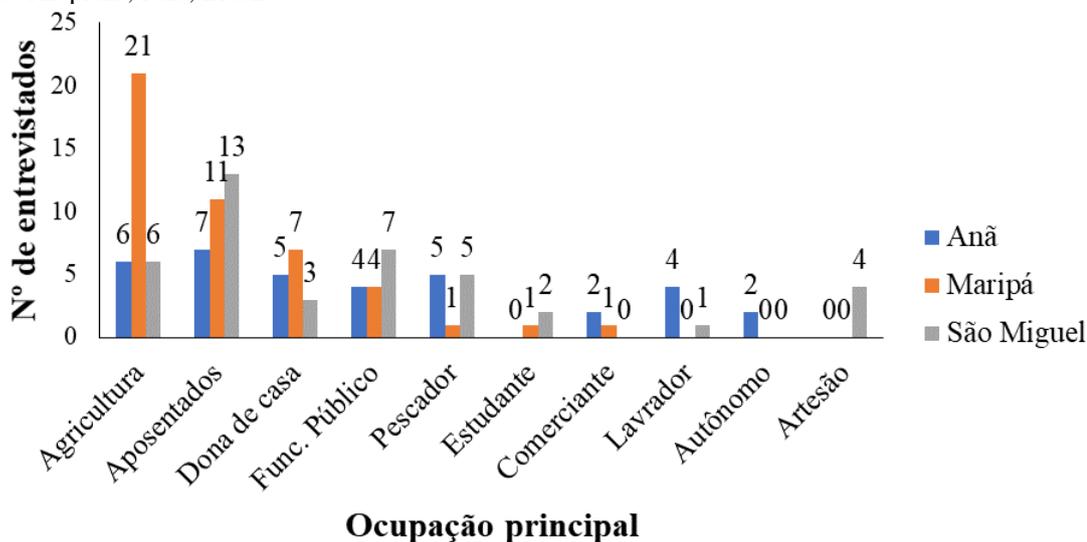
Quanto ao grau de escolaridade, 44,3% dos entrevistados não concluíram o Ensino Fundamental (Tabela 1). O baixo grau de instrução pode estar relacionado a falta de escolas em algumas comunidades rurais na RESEX ou pela distância que o estudante teria que percorrer até a escola mais próxima. Este perfil também foi identificado no estudo de Costa e Sobrinho (2015) realizado na Floresta Estadual do Amapá em que 53% dos entrevistados não chegaram a concluir o Ensino Fundamental. Os trabalhos de Guerreiro (2017) na Floresta Nacional do Tapajós, no estado do Pará e de Silva *et al.* (2016) na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus, localizada em Manaus, estado do Amazonas, corroboram com essa realidade educacional da região Norte do Brasil.

Hoffmann e Ney (2004) afirmam que a atividade agrícola, por ser menos sofisticada, demanda mão-de-obra menos qualificada e que a diferença de escolaridade entre os ocupados no setor primário em relação aos ocupados nos setores secundário e terciário é resultado de uma grande desigualdade de oportunidade educacional desfavorável aos agricultores. Esse fato, também pode estar associado ao difícil acesso ao ensino básico há tempos atrás, além da falta de incentivo por parte dos familiares dos moradores que tinham as atividades do dia-a-dia como mais importante do que os estudos, o que levou ao abandono das escolas (ANJOS *et al.*, 2004; ALVES *et al.*, 2015).

No total geral a principal ocupação dos entrevistados apresentou que 27%; N=33 trabalham na agricultura, 25,4%; N=31 são aposentados e 12,3%; N=15 são donas de casa.

Em Maripá a ocupação principal dos informantes é a agricultura (46%; N=21) seguida de aposentados (24%; N=11), em Anã e São Miguel foi o contrário (Figura 3).

Figura 3 - Principais ocupações de moradores com experiência em turismo de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

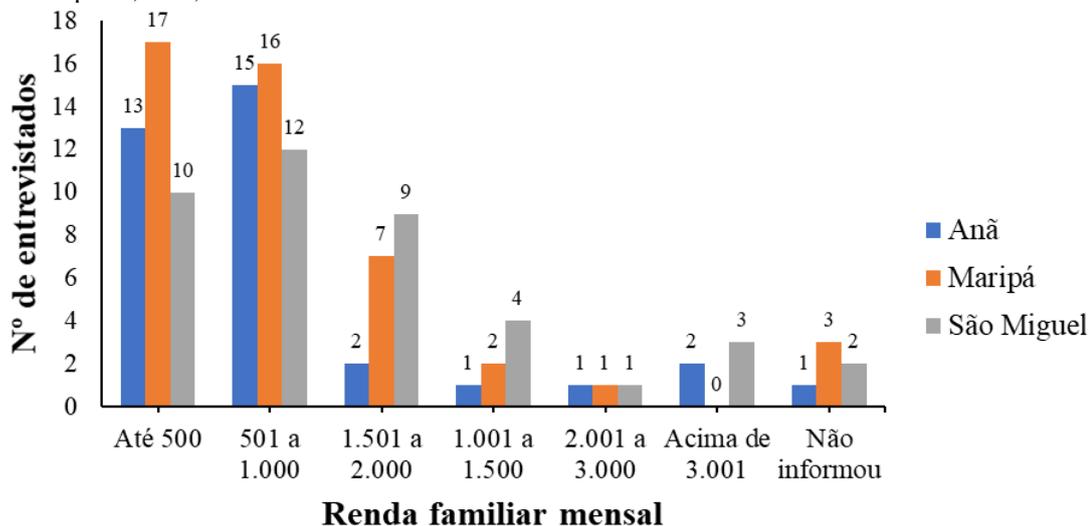
O estudo de Barros *et al.* (2015) apontou que na RESEX do Alto Juruá 100% dos extrativistas entrevistados tinham como atividade principal a agricultura, assim como na pesquisa de Silva *et al.* (2013) com 40 extrativistas de castanha-do-brasil em municípios paraenses e Leite *et al.* (2011) na RESEX do Rio Iriri no Pará, onde a atividade produtiva mais relevante é a agricultura.

As aposentadorias rurais estão entre as principais fontes de renda informadas (Figura 3), isso é devido a 25% dos entrevistados representarem a categoria adultos com mais de 55 anos de idade. De acordo com eles, a aposentadoria gera um certo grau de dependência dos familiares em relação aos aposentados e que também ajuda a elevar a renda mensal da residência.

A renda mensal aproximada das famílias de Anã e São Miguel varia de R\$501,00 a R\$1.000,00; já em Maripá as famílias ganham até R\$500,00 (Figura 4). Essa variação também foi constatada no trabalho de Vasconcelos *et al.* (2017) realizado na comunidade Laranjal em Santarém, estado do Pará, onde a renda das famílias estava entre R\$145,00 a R\$ 3.500,00, sendo que neste estudo, os maiores salários eram de aposentados da área urbana que decidiram mudar para esta comunidade rural. A região Norte como um todo apresenta uma renda familiar baixa e isso pode estar relacionado conforme Salvato *et al.* (2010) com a concentração de pessoas com baixo nível de escolaridade (capital humano) e poucas

ferramentas (capital físico), o que fazem com que suas rendas sejam pequenas, portanto, necessitando-se de uma política de educação e qualificação profissional e programas de acesso ao crédito.

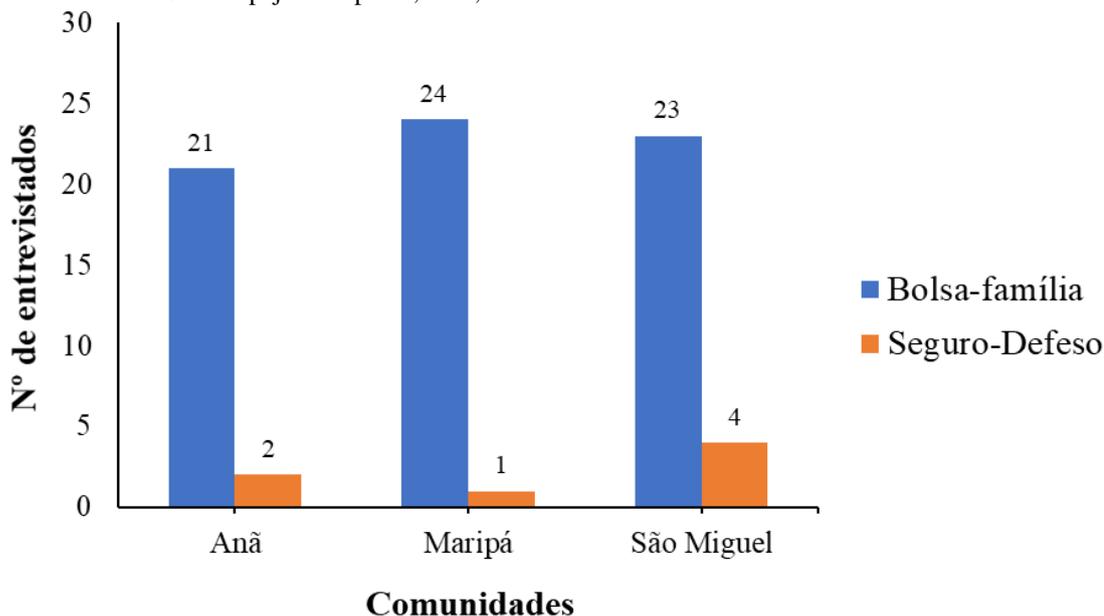
Figura 4 - Renda familiar mensal de moradores com experiência em turismo de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Parte das famílias, ou seja, 56% têm suas rendas complementadas com políticas públicas de assistência social, principalmente pelo programa de transferência condicionada de renda Bolsa Família (Figura 5). Situação que também ocorre entre as comunidades de Marapanim, estado do Pará, onde o programa Bolsa Família beneficia 46,4% dos informantes da pesquisa (ALVES *et al.*, 2015). Este é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil, criado em outubro de 2003 e tem como eixos principais o complemento da renda, o acesso a direitos e articulação com outras ações, a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza (SANTOS; MAGALHÃES, 2012). Na região amazônica os programas assistenciais compõem a fonte de renda familiar mais importante, juntamente com o benefício da aposentadoria, tanto em instância federal, quanto estadual (GUEDES *et al.* 2009).

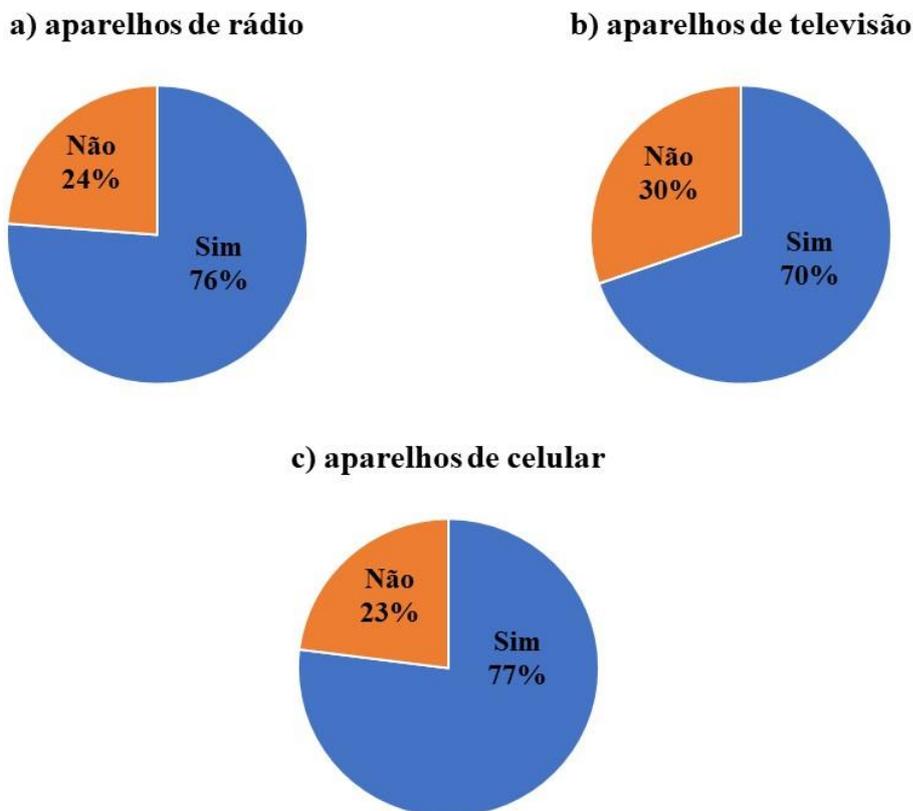
Figura 5 - Recebimento de auxílios governamentais por moradores com experiência em turismo de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A maioria dos entrevistados possui aparelhos de rádio (76%), de televisão (70%) e aparelhos celulares (77%) como principais meios de comunicação (Figura 6). A maioria da população não tem acesso à internet em suas residências, sendo que em Maripá, por ficar mais próximo do distrito de Alter do Chão o sinal chega melhor, nas outras comunidades o sinal é captado em alguns lugares, mas de forma precária. Nas comunidades existem telefones públicos instalados que em sua maioria estão sem manutenção, e também rádios comunitários (Figura 7).

Figura 6 - Meios de comunicação de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. a) aparelhos de rádio; b) aparelhos de televisão; c) aparelhos de celular.



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Na região amazônica, o rádio teve um papel muito importante na integração entre as capitais e as distantes localidades do interior, que na primeira metade do século XX eram ligadas somente por via fluvial, e a comunicação entre as comunidades se dava pelo “regatão”, uma espécie de comércio que funcionava dentro de barcos que abastecia as comunidades com mercadorias (FERREIRA, 2005). Ainda segundo Ferreira (2005) os jornais impressos se concentravam mais nas zonas urbanas, a área rural permanecia num grande isolamento que era quebrado pelas ondas do rádio, que por ser versátil chegavam até os vilarejos mais distantes, na beira do rio, nos garimpos, nos seringais, nas fazendas, nas roças, dentro das canoas, dos barcos, dos navios, dos caminhões tipo pau-de-arara.

Os meios de comunicação são importantes para a promoção do desenvolvimento das comunidades por desempenharem várias funções, dentre elas: manter a população informada sobre seus direitos e obrigações; defender e fortalecer os valores básicos da democracia social e do desenvolvimento sustentável; educar e capacitar a população, aumentando seus conhecimentos e vocabulários; promover a identificação coletiva dos problemas comunitários e sua articulação; catalisar a reflexão comunitária sobre a realidade de seus problemas do

Estado e do mercado; enriquecer e fortalecer a cultura, tanto local, quanto nacional respeitando todas as diversidades (PEREIRA; OLIVEIRA, 2018).

A comunicação é um dos instrumentos utilizados pelos segmentos do turismo que possibilita associar os espaços físicos a uma expectativa de lazer e sentimentos. A transformação dos espaços é planejada para provocar no viajante, sensações pré-programadas e essa expectativa é construída e mantida por práticas ligadas à adoção de estratégias de comunicação (MAIA et al., 2010).

Figura 7 - Aspectos de dois meios de comunicação em comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. a) rádio comunitária na comunidade de Maripá e b) telefone público na comunidade de Maripá.



Fonte: Medeiros (2019)

### 3.1.1. Infraestrutura das comunidades

As comunidades de Anã e São Miguel possuem posto de saúde, em Maripá o Agente Comunitário de Saúde é responsável por prestar assistência nesta área. As três comunidades possuem escolas de Ensino Fundamental e somente Anã e São Miguel têm escolas de Ensino Médio (Figuras 8 e 9). Segundo Dal'Asta *et al.* (2014) os postos de saúde são instalados em comunidades com mais de 350 habitantes e o Ensino Médio em comunidades com população superior a 150 pessoas.

Os estudantes de Maripá dão prosseguimento aos seus estudos em Anã, fazendo o deslocamento por via terrestre em transporte fornecido pela Prefeitura, não raro foi relatado problemas com o transporte por falta de manutenção, impossibilitando a traslado dos alunos. A alimentação escolar (merenda) é fornecida somente ao Ensino Fundamental, segundo Santos (2007), a ausência de lanche é uma das causas da evasão escolar.

Figura 8 - Infraestruturas em duas comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. a) posto de saúde na comunidade de São Miguel e b) escola de ensino Fundamental na comunidade de Maripá.



Fonte: Medeiros (2019)

Figura 9 - Infraestruturas em comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. a) escola de Ensino Fundamental e Médio na comunidade de Anã e b) escola de ensino Fundamental e Médio na comunidade de São Miguel.



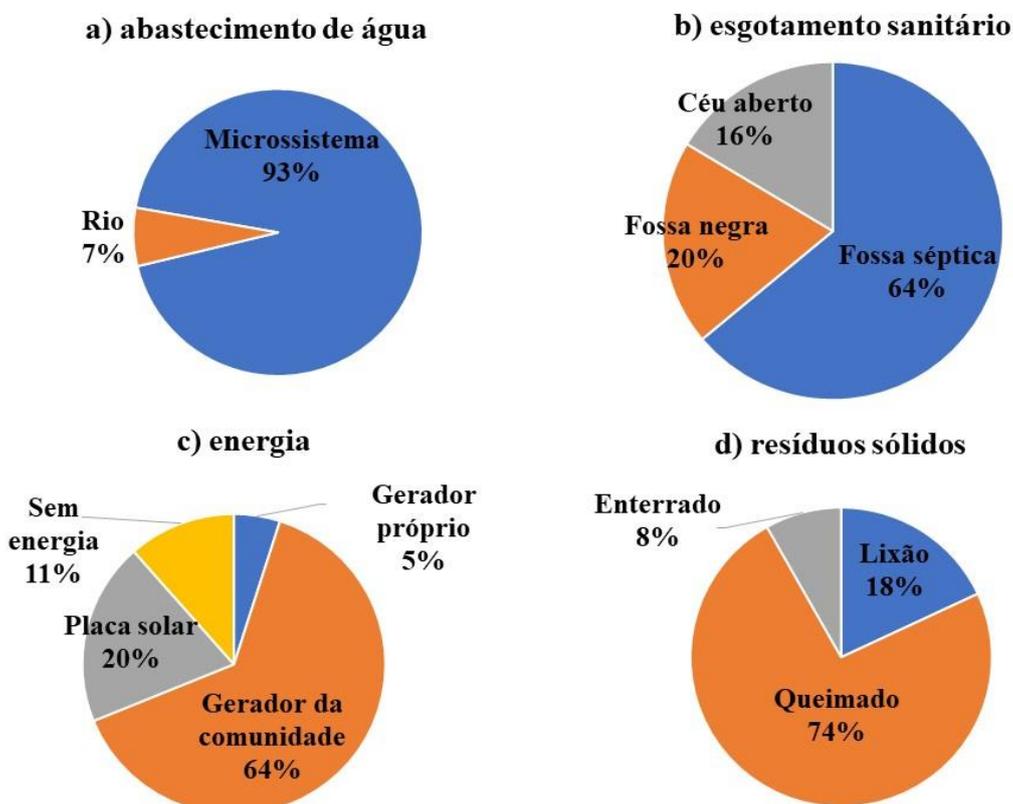
Fonte: a) INPE (2012); b) Medeiros (2019)

Nos estudos realizados por Escada *et al.*, (2013) foi verificada esta limitação de serviços nas comunidades do Baixo Tapajós, fazendo com que a população tenha que se deslocar para outras comunidades e/ou cidades para ter acesso a estes serviços básicos. Corroborando com o referido estudo o Plano de Manejo da RESEX Tapajós-Arapiuns informa que os postos de saúde se encontram em sua maioria nas comunidades da margem do rio Tapajós, nem todas as comunidades possuem escolas e os estudantes deslocam-se até a comunidade mais próxima para estudar, a maioria das escolas é de nível Fundamental e a energia não funciona pelo dia todo por causa dos custos elevados de manutenção dos grupos geradores (ICMBIO, 2014).

As comunidades realizam o projeto para alfabetização de adultos e também existe o resgate da língua indígena em algumas comunidades, principalmente na educação infantil e ensino Fundamental (ESCADA *et al.*, 2013). Souza (2006) salienta que a escola deve ser presente no dia-a-dia do estudante ribeirinho, procurando valorizar o saber local associado ao saber formal. Para isso, é necessário fazer mudanças, no que diz respeito ao currículo oficial, de modo que aprender não seja uma obrigação ou dever a cumprir, mas como possibilidade de novas oportunidades.

De forma geral em todas as comunidades existe abastecimento de água por meio de microssistemas (sendo a energia elétrica originada de gerador elétrico), mas no caso de São Miguel algumas famílias que ficam mais afastadas não são beneficiadas por este serviço, sendo necessário que os moradores colem água diretamente do rio (Figuras 10 e 11). Dos entrevistados 64% possuem fossa séptica e recebem energia proveniente do gerador comunitário (Figura 10) e somente em Maripá foi identificada uma forma alternativa de energia (Figuras 10 e 11) que são as placas solares doadas por uma ONG à comunidade. Quanto à disposição dos resíduos sólidos, 74% dos informantes realizam a queima (Figura 10).

Figura 10 - Porcentagem de respostas de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil sobre infraestrutura das comunidades. a) Microssistema; b) Esgotamento sanitário; c) Energia; d) resíduos sólidos.



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O Instituto Trata Brasil desde 2007 publica anualmente o *ranking* do saneamento dos 100 maiores municípios do Brasil em termos de população (com mais de 300 mil habitantes), sendo que em 2018 o município de Santarém ficou na colocação 97ª, sendo considerado o quarto pior em termos de saneamento (OLIVEIRA *et al.*, 2018). A Política Estadual de Saneamento Básico do Pará não apresenta considerações sobre o saneamento básico para as áreas rurais, ainda que em seu art. 24, incisos I e III, a Lei aborde a universalização e a execução de obras e ações em áreas rurais, ela não aponta mecanismos específicos para o saneamento destas áreas (GALVÃO JUNIOR, 2018).

A ausência de saneamento compromete a qualidade de vida da população, favorece surtos de diarreia e verminoses das quais são as doenças mais citadas com maior frequência pelos municípios, seguidas da ocorrência de endemias ou epidemias de dengue, assim como a zika e a chikungunya, transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*, que se reproduz em água parada, e também a oferta irregular de água, faz com que as pessoas tenham que fazer estoques em reservatórios, e quando mal cobertos, servem de local de reprodução dos mosquitos (BRASIL, 2018).

Segundo o Instituto Trata Brasil (2018) em cidades que há falta de coleta, tratamento de esgoto ou falta de água tratada o turismo não se desenvolve, pois a contaminação do meio ambiente compromete, ou até anula, o potencial turístico de uma região, sendo que o Brasil arrecadaria cerca de 7 bilhões de reais em turismo se os serviços de saneamento básico fossem universalizados. Exemplo disso são países como Chile, Cuba e Argentina que têm melhor desempenho na área do saneamento e apresentam fluxos internacionais de turistas maiores.

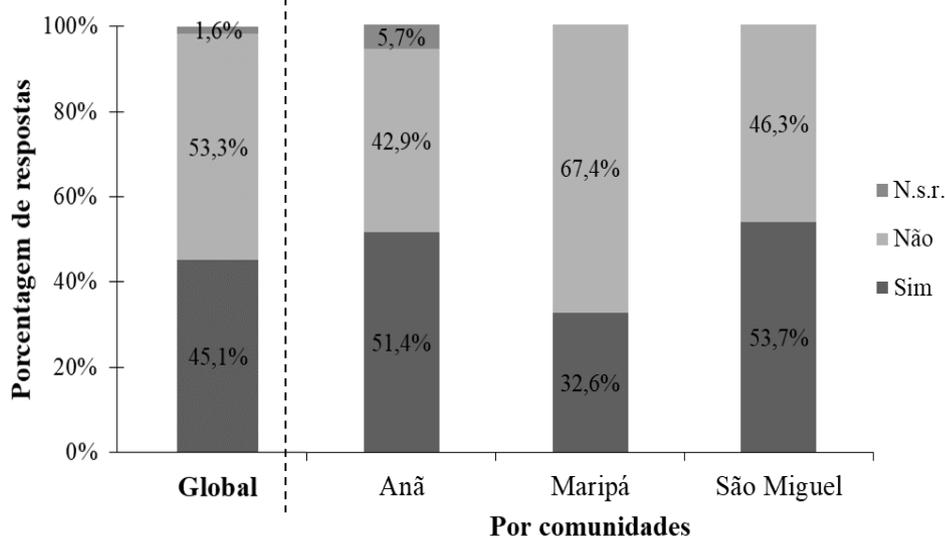
Figura 11 - Infraestruturas em comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. a) microssistema na comunidade de São Miguel e b) placa solar na comunidade de Maripá.



Fonte: Medeiros (2019)

Na percepção global dos informantes (53,3%; N= 65) não recebem assistência técnica nas comunidades. Na percepção por comunidades, em Anã (51,4%; N=18) e São Miguel (53,7%; N=22) os informantes observam o recebimento de assistência técnica de órgãos do governo e ONGs; já em Maripá 67,4% dos entrevistados não percebem a presença destas instituições (Figura 12).

Figura 12 - Porcentagem global e por comunidades de respostas de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil sobre recebimento de assistência técnica.

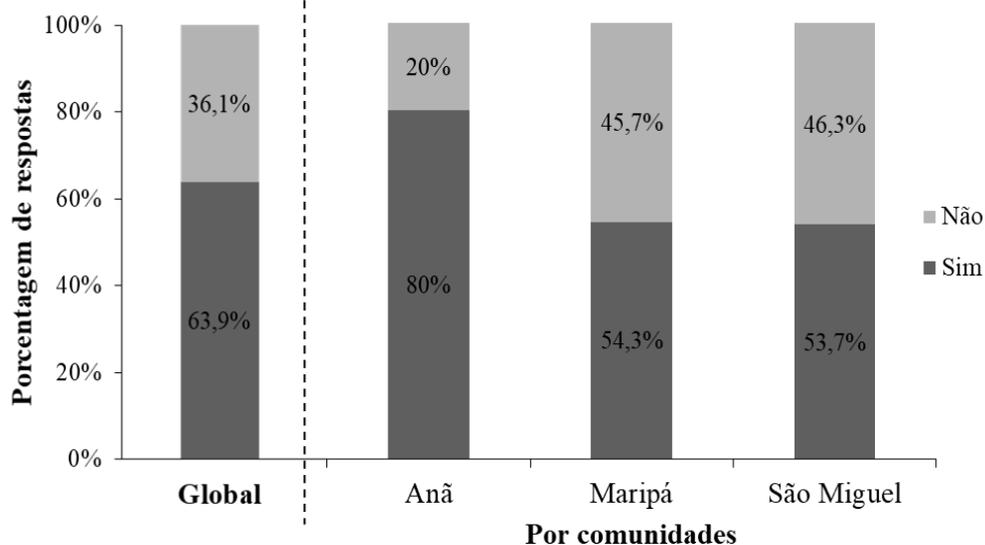


Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Freitas (2015) apontou em sua pesquisa a ausência de assistência técnica para os moradores da RESEX do Alto Juruá, estado do Acre, e salientou a dificuldade das famílias em acessar programas sociais e de créditos. Os serviços de assistência técnica contribuem significativamente para o desenvolvimento da agricultura familiar e extrativismo, proporciona as comunidades melhores condições de vida, acesso às políticas públicas voltadas para o setor primário e a oportunidade de trabalhar com novas tecnologias que facilitam a atividade, e por outro lado, a falta de assistência pode comprometer a produção a curto, médio e longo prazos (BRASIL, 2012; FREITAS, 2015).

Na visão global dos informantes, 63,9% conhecem o Plano de Manejo da RESEX Tapajós-Arapiuns. Por comunidades, em Anã 80% responderam conhecer o referido documento, seguida de Maripá (54,3%; N=25) e São Miguel (61%; N=25), embora alguns tenham relatado saber poucos assuntos de seu conteúdo geral (Figura 13).

Figura 13 - Porcentagem global e por comunidades de respostas de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil sobre o conhecimento do Plano de Manejo da RESEX Tapajós-Arapiuns.



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Os Planos de Manejo são importantes documentos técnicos elaborados para a organização territorial e gestão das Unidades de Conservação. A Instrução Normativa (IN) nº 7 de 12/12/2017 estabeleceu diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de Planos de Manejo de UCs Federais, pois antes cada UC tinha suas próprias orientações, esta instrução também serve de referência para a elaboração de Planos de Manejo em UC estaduais e municipais (BRASIL, 2017; ORTH; DEBETIR, 2007). Porém 173 Unidades de Conservação Federais têm Plano de Manejo, o que equivale a 53% do total de UCs (MENEGASSI, 2017). Esta IN possui um capítulo que esclarece como serão as especificidades das UCs com as populações tradicionais, preza pelo reconhecimento, valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural e assegura a participação efetiva das comunidades tradicionais e grupos sociais relacionados à UC, valorizando o conhecimento tradicional e local e harmonizando interesses socioculturais e conservação da natureza (BRASIL, 2017).

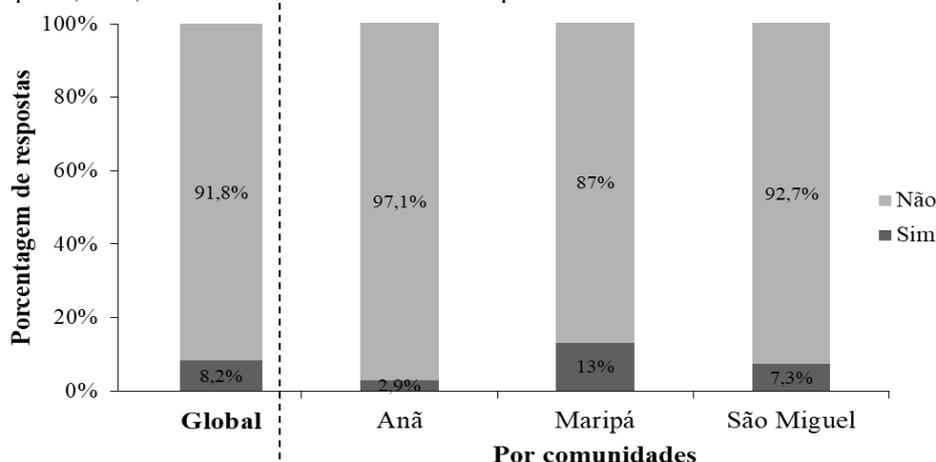
Nos Planos de Manejo estão previstas informações sobre a possibilidade de atividades turísticas, assim como preceitua o SNUC em seus objetivos, no artigo 4, inciso XII “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (BRASIL, 2000, pág. 10).

## 3.2. PERCEPÇÃO DO CONCEITO E IMPACTOS AMBIENTAIS DO TURISMO ALTERNATIVO

### 3.2.1. Percepção do conceito de turismo alternativo

Do total, 91,8% dos informantes não sabem explicar o conceito de turismo alternativo. Os informantes que mais souberam responder são da comunidade de Maripá (13%; N=6), seguido por São Miguel (7,3%; N=3) e Anã (2,9%; N=1) (Figura 14) em expressões como: “Agregar turistas e trazer empregos para todos” (Entrevistado 22, Maripá); “Turismo de preservação em pequenos grupos” (Entrevistado 31, Maripá); “Que tem várias opções de turismo” (Entrevistado 39 Maripá); “Várias alternativas de lazer” (Entrevistado; 40 Maripá); “Pessoas que contribuem com a comunidade” (Entrevistado 42, Maripá); “Quando os turistas vêm e a comunidade oferece coisas tradicionais, como a comida pra eles” (Entrevistado 43, Maripá); “Conhecer a natureza” (Entrevistado 15, São Miguel); “Parte financeira e ambiental” (Entrevistado 22, São Miguel); “Que não vem diariamente, ecoturismo, divulgação da comunidade” (Entrevistado 35, São Miguel); e “É o Turismo de Base Comunitária” (Entrevistado 35, Anã).

Figura 14 - Porcentagem global e por comunidades de respostas de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil sobre o conhecimento do que é turismo alternativo.



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O turismo alternativo fundamenta-se no tripé da sustentabilidade ecológica, econômica e sociocultural das localidades, ou seja, respeita as diferenças, a identidade, a autenticidade das comunidades de acolhimento e a conservação e preservação ambiental (BRITO, 2017). O turismo alternativo pressupõe que os organizadores ou receptores estão conscientes dos valores sociais, culturais e ambientais de um destino e por sua vez os turistas interagem com os comunitários participando de atividades recreativas de contato com a natureza e expressões

culturais locais (IBÁÑEZ; VILLALOBOS, 2012). Este tipo de turismo é composto por atividades e características do turismo cultural, do ecoturismo, do turismo de aventura, do turismo rural e do turismo comunitário com suas variantes.

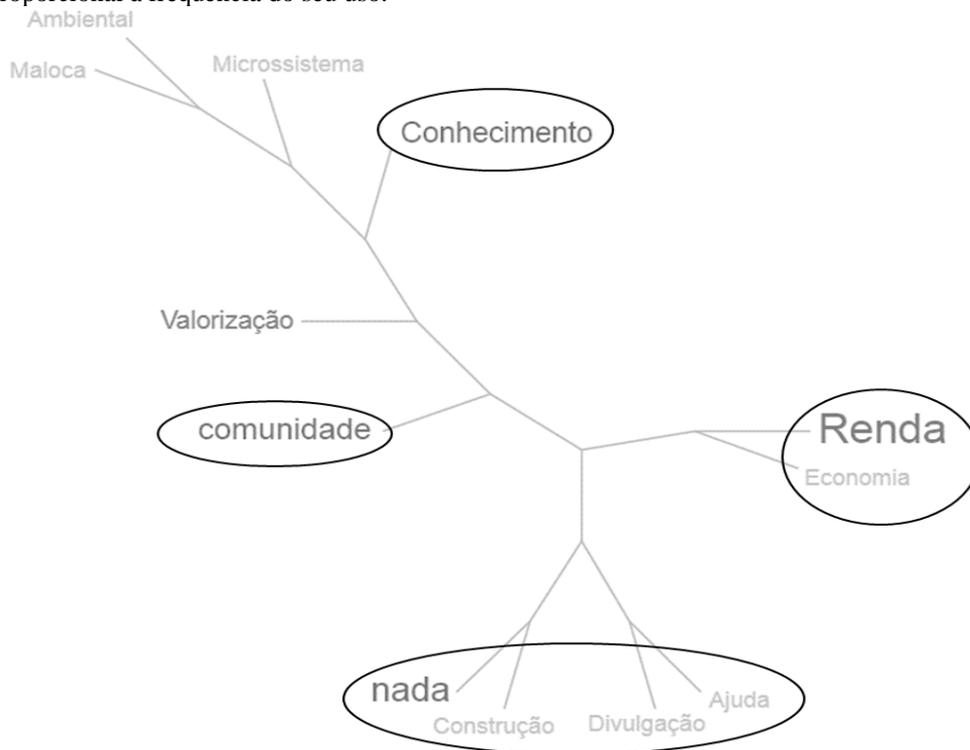
Como visto na Figura 12, quanto à assistência técnica, e como será visto na Tabela 4, quanto às capacitações voltados ao turismo nas comunidades, pouco mais da metade dos entrevistados relatam o recebimento, talvez se justifique o não conhecimento da maioria dos entrevistados sobre o que é turismo alternativo, sendo que os moradores relataram praticar nas comunidades o turismo de base comunitária que é um dos tipos de turismo alternativos que existem.

Em recente estudo realizado por Assis e Peixoto (2019), na comunidade de Anã os autores concluíram que o turismo praticado na vila não é o de base comunitária, visto que os comunitários não têm autonomia na gestão da atividade turística em seu território, sendo que Anã é referência para as outras comunidades. Para ser considerado turismo de base comunitária a atividade deve preencher critérios como ter o apoio e participação da população local, o máximo dos benefícios econômicos deve ser absorvido pelas populações locais e deve proteger a identidade cultural e o meio-ambiente (RUSSEL, 2000). Diferentemente do que acontece na RDS Mamirauá, onde existe um plano que até 2022 haja transferência total da gestão da Pousada Uacari, para os comunitários, para isso, estão acontecendo capacitações desde 2013 (PERALTA *et al.*, 2016).

### 3.2.2. Descrição geral da percepção do caráter dos impactos ambientais

A árvore de palavras demonstrou que a renda (53%), a organização das comunidades (7%) e o conhecimento (5%) são as expressões mais frequentes utilizadas pelos moradores da RESEX Tapajós-Arapiuns para desmonstrarem o que o turismo traz de impactos positivos para as comunidades (Figura 15).

Figura 15 - Análise de similitude das 12 expressões mais frequentes utilizadas para demonstrar o que o turismo trouxe de impactos positivos para as comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. O tamanho de uma palavra é proporcional à frequência do seu uso.



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

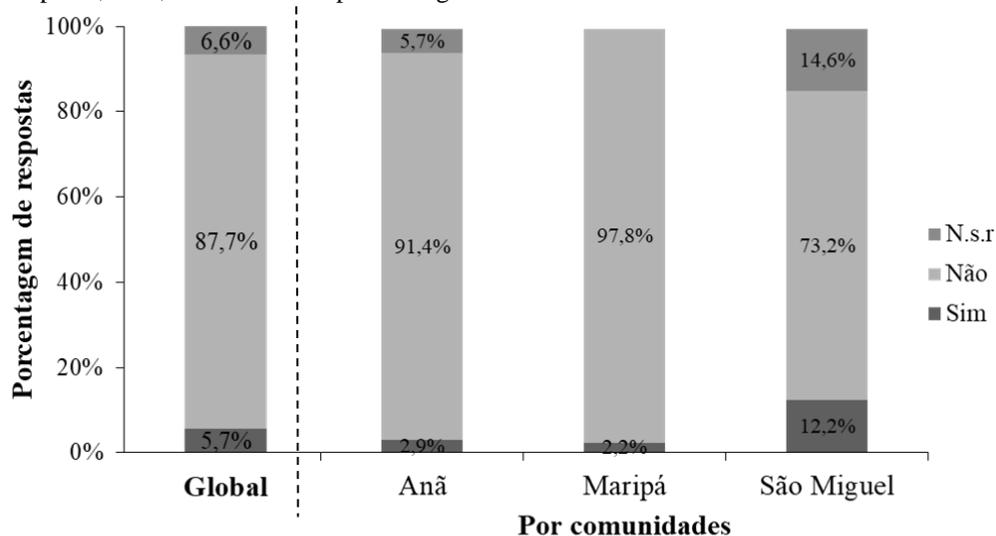
Os impactos econômicos do turismo são frequentemente observados em curto prazo, a renda geralmente é apontada como o primeiro benefício às áreas receptoras de turismo de mais fácil observação e mensuração (LICKORISH; JENKINS, 2000). Leung *et al.* (2014) consideram que os turistas gastam uma quantidade considerável de dinheiro nas áreas protegidas e nos atrativos oferecidos como com os custos de entrar na área, a hospedagem, a contratação de guias para caminhadas ou a compra de alimentos, bebidas e artesanato. Assim como foi visto no trabalho de Oliveira e Vasquez (2018) em Ubatuba, estado de São Paulo, em que 60% dos entrevistados percebem mais impactos econômicos positivos do que negativos e na pesquisa de Mendoza Ontiveros e González Sosa (2014) que predominou a percepção positiva no Centro Integralmente Planeado Loreto, na Baixa Califórnia Sul, no México em que 64,6% dos entrevistados acreditam que a economia local é favorecida pelo turismo.

Já os impactos sociais e culturais levam um pouco mais de tempo para ocorrerem e como são mudanças qualitativas, são sutis e mais difíceis de mensurar (LICKORISH; JENKINS, 2000), desta forma a outra característica apontada pelos comunitários foi o conhecimento adquirido por meio do turismo. Trata-se de uma forma de intercâmbio cultural,

um dos impactos sociais positivos descritos pela literatura, que ajuda a preservar o ambiente e a cultura das localidades (LICKORISH & JENKINS, 2000; OMT, 2001; BENI, 2017).

Para 87,7% (N= 107) dos entrevistados não existem problemas (impactos negativos) na RESEX Tapajós-Arapiuns causados pela visita de turistas, apenas 5,7% (N= 7) observam impactos negativos como poluição nos rios, conflitos comunitários e com os turistas (Figura 16), porém, quando perguntado aos moradores sobre o conceito de impacto ambiental a maioria (78%) respondeu não ter conhecimento.

Figura 16 - Número global e por comunidades de respostas de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil sobre impactos negativos.



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

No trabalho de Stori (2005) resultado semelhante foi encontrado na RESEX Ponta do Corumbau, estado da Bahia, em que duas comunidades pesquisadas, Corumbau (90%) e Cumuruxatiba (55%) os moradores relataram não perceber que o turismo ocasiona impactos negativos em suas comunidades, assim como, na pesquisa de Oliveira (2006) quando perguntado aos moradores de Ilhéus, estado da Bahia, se o turismo causava prejuízos ambientais na cidade, 63% dos informantes acreditavam que não ocasionavam impactos negativos.

Para Sánchez (2013) o impacto ambiental é “a alteração da qualidade ambiental que resulta da modificação de processos naturais ou sociais provocada por ação humana”, que pode ser de caráter negativo ou positivo, ou seja, o resíduo que foi deixado no rio ou praias das comunidades pode resultar em impactos negativos, como a morte de peixes, a atração de animais como os urubus (*Coragyps atratus*) ou a poluição visual.

Talvez a falta de conhecimento do que é impacto ambiental justifique essa percepção, pois, segundo Gursoy (2002) quanto maior o nível de valores ecológicos dos residentes, menores são os benefícios do desenvolvimento do turismo percebidos. No caso deste estudo na Resex Tapajós-Arapiuns, mostra-se o contrário, o nível de valorização ecológica é menor por isso a maioria não observa os impactos negativos. Outros fatores também podem influenciar se o resultado dos impactos será positivo ou negativo em uma localidade específica como a força e a coerência da sociedade e da cultura locais, o tipo de turismo, o grau de desenvolvimento social e econômico da população local em relação aos turistas e o apoio por parte do setor público para administrar o turismo de modo a minimizar seus custos ambientais (PIRES, 2004).

Ao contrário do que se observa no turismo de massa em que os moradores percebem os impactos ambientais negativos como mostra o trabalho de Oliveira *et al.* (2018) na Praia de Ponta de Pedras, município de Santarém (Pará), em que foram encontrados vários tipos de resíduos sólidos nas praias e seu mal armazenamento, além da falta de esgotamento sanitário e no estudo de Alves e Granado (2015) nas praias do balneário municipal de Rosano, estado de São Paulo, com ocorrência de erosão nas margens, extração da cobertura vegetal e a presença de resíduos sólidos ao longo das praias.

### 3.2.3. Percepção dos impactos econômicos do turismo

Dos entrevistados, 82% têm conhecimento que é cobrada uma taxa de visitação dos turistas para acessar a RESEX Tapajós-Arapiuns, tal taxa contribui com a comunidade para manutenção das despesas locais e a prestação de contas é realizada na reunião comunitária mensal pela pessoa responsável pela arrecadação (Tabela 2). Na RDS Mamirauá, Estado do Amazonas, também é cobrado uma taxa aos turistas denominada “Taxa de Apoio Socioambiental” incluída na tarifa da Pousada Uacari, o valor é destinado ao financiamento de projetos comunitários e à vigilância ambiental da área (OZÓRIO *et al.* 2016).

Para 73% dos informantes o turismo não é a principal atividade econômica que contribui para a renda das famílias (Tabela 2). Como informado na Figura 3, a principal atividade econômica é a agricultura. Alguns comunitários relataram que trabalham com a recepção de turistas, de guias e cuidam da alimentação dos visitantes, bem como de suas hospedagens na pousada, em redários/malocas ou em suas próprias residências (Figura 17). As opções de emprego na atividade turística podem ser simples, com baixos salários e baixos requerimentos de habilidades, oferecendo pouca oportunidade para o avanço e treinamento

das pessoas locais e a sazonalidade do turismo enfraquecem o setor (SPENCELEY *et al.*, 2015).

Tabela 2 - Número absoluto (N) e porcentagem (%) de respostas de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil sobre percepção das alterações na economia ocasionadas pelo turismo alternativo. N.s.r.= não soube responder.

Perguntas	Comunidades da RESEX						Total	
	Anã		Maripá		São Miguel		N.	%
	N.	%	N.	%	N.	%		
Conhecimento sobre cobrança de taxa aos turistas?								
Sim	30	85,7	43	93,5	27	65,9	<b>100</b>	<b>82</b>
Não	5	14,3	3	6,5	14	34,1	<b>22</b>	<b>18</b>
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>
O turismo é a principal atividade que traz renda para a comunidade?								
Sim	10	28,6	4	8,7	16	39,0	<b>30</b>	<b>24,6</b>
Não	24	68,6	42	91,3	23	56,1	<b>89</b>	<b>73</b>
N.s.r.	1	2,9	-	-	2	4,9	<b>3</b>	<b>2,5</b>
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>
Cresceu o número de pessoas interessadas em trabalhar com o turismo na comunidade?								
Sim	25	71,4	15	32,6	29	70,7	<b>69</b>	<b>56,6</b>
Não	6	17,1	29	63	7	17,1	<b>42</b>	<b>34,4</b>
N.s.r.	4	11,4	2	4,3	5	12,2	<b>11</b>	<b>9</b>
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>
Os comerciantes aumentam os preços dos produtos por causa do turismo?								
Sim	-	-	5	10,9	4	9,8	<b>9</b>	<b>7,4</b>
Não	28	80	30	65,2	19	46,3	<b>77</b>	<b>63,1</b>
N.s.r.	7	20	11	23,9	18	43,9	<b>36</b>	<b>29,5</b>
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Quanto ao crescimento do interesse das pessoas em trabalhar na atividade turística, 56,6% responderam que sim (Tabela 2). Para Blanco (2004) as atividades não agrícolas assumem um papel relevante na composição da renda total das famílias rurais, podendo ser consideradas atividades estratégicas para o crescimento socioeconômico das comunidades.

O comércio local não aumenta (63,1%; N=77) o valor de suas mercadorias por causa das atividades turísticas nas comunidades (Tabela 2). Conforme Ignarra (2013), a demanda turística se concentra em períodos curtos de tempo e por vezes os turistas têm maior capacidade de gastos dos que os que não são turistas, existe uma tendência de elevação de preços de bens e serviços na região visitada, assim, alguns destes bens que são consumidos tanto pelos turistas, quanto pelos locais aumentam para os dois. Essa elevação de preços tem

um impacto positivo para os comerciantes e as pessoas que trabalham diretamente com o turismo, mas para uma parte da comunidade que não trabalha nem direta, nem indiretamente, torna-se um impacto negativo, pois o acesso à mercadoria se torna mais oneroso.

Figura 17 - Hospedagens destinadas aos turistas nas comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. a) Anã; b) Maripá e c) São Miguel.



Fonte: Medeiros (2019)

#### 3.2.4. Percepção dos impactos culturais do turismo

Para 64,8% dos entrevistados os turistas apresentam interesse em saber como é o dia-a-dia das comunidades interagindo com os locais (Tabela 3). Na visão dos informantes (74,6%; N=91), essa relação não influencia a mudança de costumes local, pelo contrário, eles se sentem mais valorizados e percebem a importância de manter suas tradições (Tabela 3 e Figura 18). Para (68%; N=83) dos informantes não houve aumento das opções de recreação turística nas comunidades (Tabela 3).

Tabela 3 - Número absoluto (N) e porcentagem (%) de respostas de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil sobre alterações culturais. N.s.r.= não soube responder.

Perguntas	Comunidades da RESEX						Total	
	Anã		Maripá		São Miguel		N.	%
	N.	%	N.	%	N.	%		
Existe interação entre turistas e locais?								
Sim	26	74,3	24	52,2	29	70,7	<b>79</b>	<b>64,8</b>
Não	8	22,9	15	32,6	10	24,4	<b>33</b>	<b>27,0</b>
N.s.r.	1	2,9	7	15,2	2	4,9	<b>10</b>	<b>8,2</b>
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>
Os moradores apresentam mudanças de costumes por causa do contato com os turistas?								
Sim	7	20,0	5	10,9	15	36,6	<b>27</b>	<b>22,1</b>
Não	27	77,1	41	89,1	23	56,1	<b>91</b>	<b>74,6</b>
N.s.r.	1	2,9	-	-	3	7,3	<b>4</b>	<b>3,3</b>
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>
O turismo traz mais opções de recreação para a comunidade?								
Sim	17	48,6	7	15,2	12	29,3	<b>36</b>	<b>29,5</b>

Não	17	48,6	39	84,8	27	65,9	<b>83</b>	<b>68</b>
N.s.r.	1	2,9	-	-	2	4,9	<b>3</b>	<b>2,5</b>
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Segundo Nuñez (1992) os anfitriões possuem mais probabilidades de tomarem emprestados determinados elementos culturais do que os turistas deles e à medida que uma comunidade vai se adaptando para satisfazer as necessidades dos turistas, ela tende a se converter em algo cada vez mais parecido à cultura dos visitantes, é o fenômeno chamado de “aculturação”. Tal fato não é percebido nas comunidades pesquisadas, sendo que alguns atribuíram a mudança de hábitos relacionados à influência da televisão, que Lage e Milone (2009) observam que o turismo é apenas um dos fatores, entre vários, responsáveis pela modificação do modo de vida das populações, pois a dependência cultural, a televisão, a *Internet*, a imprensa, a propaganda comercial e a própria globalização também contribuem para uma alteração nos meios físicos, ambientais, sociais e culturais de um destino turístico.

As opções de atividades culturais percebidas pelos moradores da RESEX Tapajós-Arapiuns refletiram o contrário do que foi registrado no trabalho de Silva (2006), em que 77% dos moradores percebem interferência do turismo na oferta de recreação na cidade de Ilhéus (Bahia). Os atrativos turísticos são responsáveis pela escolha do turista por determinado destino é o que atrai o fluxo turístico. As manifestações culturais como as artes cênicas, as músicas regionais, o artesanato, o folclore, a gastronomia típica, a literatura, as tradições, os usos e costumes e a participação da rotina das comunidades como do plantio ou colheita de produtos, cuidados com animais e preparo de refeições ou prato típico diferenciam o destino dos demais por terem seus atrativos uma identidade própria (SEBRAE, 2016).

Figura 18 - Hábitos culturais nas comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. a) casa de farinha em São Miguel; b) jogo de futebol em São Miguel e c) mulher pescadora em Anã.



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

### 3.2.5. Percepção dos impactos sociais e políticos do turismo

Quase a totalidade dos informantes não identifica violência (94,3%; N=115) e exploração sexual (99,2%; N=121) relacionada ao turismo nas comunidades (Tabela 4). Para (86,1%; N=105) dos informantes o governo não investe em melhorias na infraestrutura para incentivar o turismo (Tabela 4). Os entrevistados (66,4%; N=81) não percebem a presença do governo ou ONGs para a manutenção dos ambientes conservados e (51,6%; N=63) participaram de capacitações voltadas para o turismo (Tabela 4).

Tabela 4 - Número absoluto (N) e porcentagem (%) de respostas de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil sobre alterações sociais e políticas. N.s.r.= não soube responder.

Perguntas	Comunidades da RESEX						Total	
	Anã		Maripá		São Miguel		N.	%
	N.	%	N.	%	N.	%		
Percebe se existe violência na comunidade por causa do turismo?								
Sim	2	5,7	1	2,2	3	7,3	6	4,9
Não	33	94,3	45	97,8	37	90,2	115	94,3
N.s.r.	-	-	-	-	1	2,4	1	0,8
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>
Percebe se existe exploração sexual na comunidade por causa do turismo?								
Não	35	100	46	100	40	98	121	99,2
N.s.r.	-	-	-	-	1	2	1	0,8
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>
O governo passou a investir mais na comunidade por causa do turismo?								
Sim	3	8,6	2	4,3	4	9,8	9	7,4
Não	29	82,9	42	91,3	34	82,9	105	86,1
N.s.r.	3	8,6	2	4,3	3	7,3	8	6,6
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>
Percebe intervenções do governo ou ONGs para que o meio ambiente da comunidade se mantenha conservado?								
Sim	21	60	10	21,7	7	17,1	38	31,1
Não	13	37,1	35	76,1	33	80,5	81	66,4
N.s.r.	1	2,9	1	2,2	1	2,4	3	2,5
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>
Foi realizada alguma capacitação oferecida pelo governo ou ONGs direcionadas ao turismo?								
Sim	24	68,6	21	45,7	18	43,9	63	51,6
Não	7	20,0	23	50,0	19	46,3	49	40,2
N.s.r.	4	11,4	2	4,3	4	9,8	10	8,2
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Ao contrário do que foi observado nas comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, em Belém, capital do estado do Pará, foi relatada a existência de exploração sexual infanto-juvenil para o turismo, bem como o turismo sexual com adultos (CRUZ, 2009). O Ministério do turismo não tem dados de quantos turistas vem ao Brasil motivado pelo turismo sexual, mas, vem atuando no enfrentamento a exploração sexual através do Programa Turismo Sustentável e Infância lançado em 2015, que promove inclusão social através da capacitação profissional, formação de multiplicadores, seminários e campanhas e, além disso, foi instituída a Portaria Interministerial nº 182, de 13 de dezembro de 2018 que trata do Código de Conduta destinado à proteção e ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes de adesão voluntária dos prestadores de serviços turísticos (BRASIL, 2015; 2018).

A existência de políticas de turismo é extremamente importante para controlar a atividade e aumentar seus benefícios (BENI, 2017). Porém, a existência da mesma não significa que todos os problemas do turismo em uma localidade serão resolvidos, mas eles podem ser estruturalmente identificados e mitigados para servir aos interesses da comunidade e proporcionar benefícios através de um processo articulado na tomada de decisão (HALL, 2004). A ausência de políticas públicas pode intensificar os impactos negativos nas comunidades.

Para que as comunidades possam perceber benefícios socioeconômicos, a comunidade deve ser acessível e ter infraestrutura adequada para sustentar o nível de turismo desejado e o crescimento da população local. Água doce, sistemas de esgoto e gerenciamento de resíduos são fundamentais, em conjunto com a manutenção e modernização de estradas, a promoção de meios de transportes sustentáveis de e para a área protegida e a construção de redes de comunicação, como telefones fixos, torres de telefonia celular e acesso à Internet (SPENCELEY, 2008). Isto facilitaria as conexões necessárias entre os turistas, a comunidade local, a área protegida e o mundo exterior.

### 3.2.6. Percepção dos impactos do turismo nos ambientes naturais

Dos entrevistados, 89,3% não verificam que os turistas poluem os ambientes com resíduos sólidos e para 85,2% as embarcações que transportam os visitantes também não deixam resíduos nas praias ou rios assim como não é percebido pela maioria a poluição visual (91,8%; N=112) e poluição sonora (95,1%; N=116) nas comunidades pesquisadas (Tabela 5). Os resultados vão de encontro a outros estudos em que o acúmulo de lixo, poluição visual e

sonora ocasionados pelas atividades turísticas fora evidenciado (HOEFFEL *et al.*, 2008; FANDÉ; PEREIRA, 2014; SOARES *et al.*, 2014; PAIVA, 2019).

Nas praias que aparecem na RESEX Tapajós-Arapiuns, durante o verão amazônico, não há instalação de bares e/ou restaurantes (Figura 19) para atendimento aos turistas, aqueles que visitam as comunidades são formados por pequenos grupos acompanhados a todo o momento por comunitários, o que dificulta a ocorrência de impactos ambientais negativos. O acesso à reserva dá-se somente por via fluvial, o que torna a viagem mais distante, acredita-se que essa dificuldade impossibilite mais visitas desordenadas às praias e interior das comunidades.

Tabela 5 - Porcentagem de respostas de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil sobre alterações nos ambientes naturais. N.s.r.= não soube responder.

Perguntas	Comunidades da RESEX						Total	
	Anã		Maripá		São Miguel		N.	%
	N.	%	N.	%	N.	%		
Os turistas deixam resíduos nos rios ou trilhas?								
Sim	1	2,9	1	2,2	2	4,9	4	3,3
Não	32	91,4	42	91,3	35	85,4	109	89,3
N.s.r.	2	5,7	3	6,5	4	9,8	9	7,4
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>
Percebe se as embarcações de turistas deixam algum tipo de resíduo nas praias ou rio?								
Sim	-	-	1	2,2	9	22,0	10	8,2
Não	33	94,3	43	93,5	28	68,3	104	85,2
N.s.r.	2	5,7	2	4,3	4	9,8	8	6,6
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>
Os turistas provocam poluição visual nos ambientes visitados?								
Sim	3	8,6	2	4,3	1	2,4	6	4,9
Não	32	91,4	44	95,7	36	87,8	112	91,8
N.s.r.	-	-	-	-	4	9,8	4	3
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>
Os turistas provocam poluição sonora nos ambientes?								
Não	35	100	44	95,7	37	90,2	116	95,1
N.s.r.	-	-	2	4,3	4	9,8	6	4,9
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>
Percebe alguma mudança na paisagem por causa do turismo na comunidade?								
Sim	6	17,1	5	10,9	7	17,1	18	14,8
Não	27	77,1	40	87	30	73,2	97	79,5
N.s.r.	2	5,7	1	2,2	4	9,8	7	5,7
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>
Percebe se os turistas retiram algum animal ou planta da comunidade?								
Sim	-	-	2	4,3	2	4,9	4	3,3

Não	33	94,3	41	89,1	32	78	<b>106</b>	<b>86,9</b>
N.s.r.	2	5,7	3	6,5	7	17,1	<b>12</b>	<b>9,8</b>
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

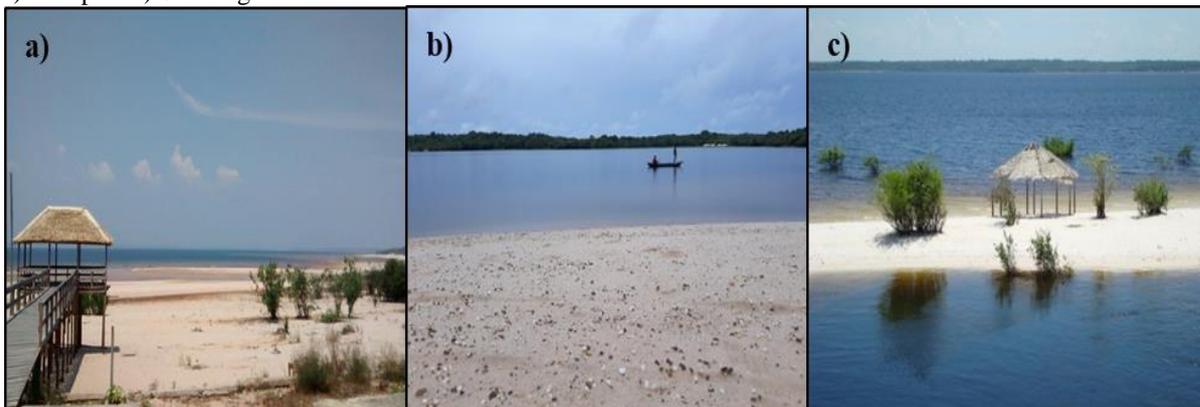
Nas comunidades pesquisadas, 79,5% dos entrevistados não percebem mudanças na paisagem ocasionadas pelo turismo (Tabela 5). Kiyotani (2012) observa que quanto mais frágil a paisagem, mais fácil será a descaracterização por meio de ações na área, ou também, quanto mais atrativa e visível a paisagem for, maior será seu grau de fragilidade, afinal estará propensa a atrair mais atividades e visitantes para si.

Quanto à retirada de animais e/ou plantas da floresta, 86,9% dos entrevistados informaram que os turistas não realizam esta prática (Tabela 5), sendo que os comunitários sabem que tal atividade não é permitida e pode configurar a biopirataria, a qual foi registrada por Cordeiro e Körössy (2018) no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, estado de Pernambuco, onde foi observada a retirada de espécies de invertebrados que inclusive já foram encontradas à venda em sites de conchiliologia na *internet*.

O ecoturista geralmente se importa com a singularidade e autenticidade da experiência vivenciada, com o estado de conservação do ambiente e tem o desejo de contribuir para a sua conservação (BRASIL, 2008). Eles geralmente visitam lugares remotos com pouca ou nenhuma infraestrutura turística, estão preocupados em impactar minimamente o ambiente e adotam medidas preventivas ao longo de sua viagem (WARING; NEIL, 2014).

Para Hall (2001) o comportamento ambiental dos residentes deve ir ao sentido das práticas de conservação, isto é, devem se tornar objetivo gerencial da comunidade, neste sentido atividades como mutirões de limpeza e projetos de educação ambiental são realizados pelas escolas. O processo de educação ambiental é permanente, os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros (UNESCO, 1987).

Figura 19 - Praias que se formam no verão nas comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. a) Anã; b) Maripá e c) São Miguel.

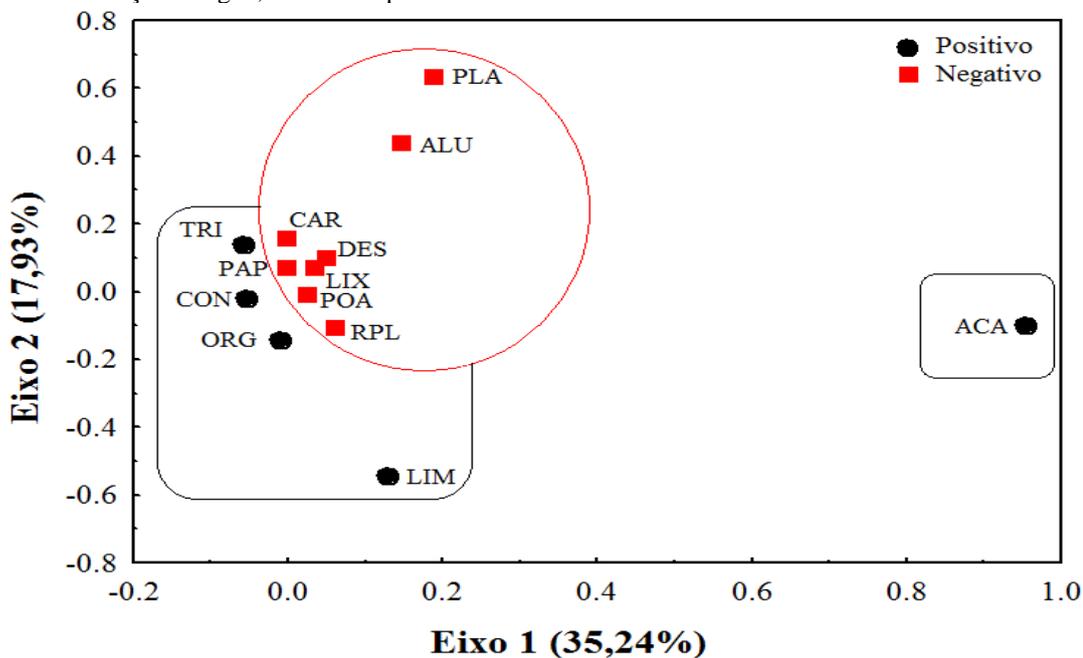


Fonte: a) INPE (2012); b) Larissa Maia (2018); c) <https://mapio.net/pic/p-12999580/>

### 3.2.6.1. Percepção dos impactos ambientais positivos e negativos do turismo nas comunidades

A associação dos dois eixos do PCA representou 53,13% da variação nas respostas. Apenas o primeiro eixo foi analisado, visto que o segundo eixo não apresentou um valor observado maior do que o estimado pelo procedimento Broken-stick. O primeiro eixo explicou 35,24% dos resultados. Nesta análise, as respostas foram claramente separadas por caráter dos impactos (positivos e negativos). (Figura 20). É importante notar aqui que as respostas que mais contribuíram para a formação do primeiro eixo estão intimamente relacionadas à construção de acampamentos (ACA) (Figura 20).

Figura 20 - Ordenação (através da Análise de Componentes Principais-PCA) das respostas dos entrevistados com relação ao caráter dos impactos ambientais gerados pelo turismo alternativo em três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil. TRI= Trilhas; PAP= Papel; CON= Conservação; ORG= Organização; LIM= Limpeza; ACA= Acampamentos; PLA= Plantas; ALU= Alumínio; CAR= Carvão; DES= Dejetos; LIX= Lixo; POA= Poluição da água; RPL= Rio poluído.



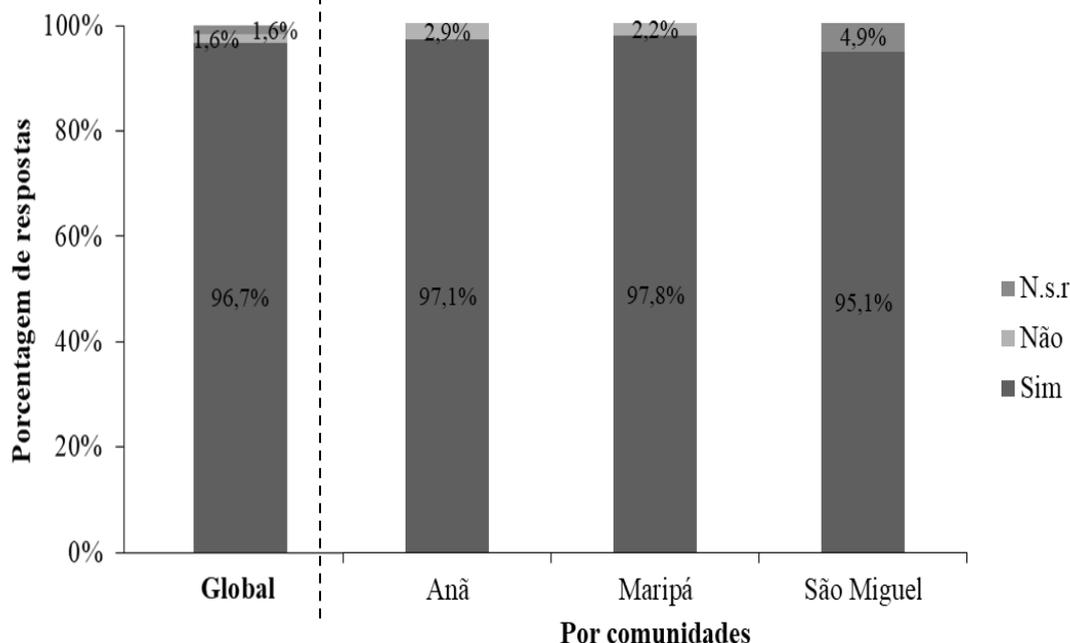
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Os moradores demonstraram conhecimento sobre a distinção entre os impactos ambientais positivos e negativos, portanto, essa percepção ajuda no planejamento do turismo por parte da comunidade, principalmente nas áreas naturais que necessitam de preservação permanente para garantir a sobrevivência das espécies.

### 3.2.7. Percepção da aceitação do turismo nas comunidades

Na visão geral dos entrevistados (96,7%; N=118) e por comunidades Maripá (97,8%; N=45), seguida de Anã (97,1%; N=34) e São Miguel (95,1%; N=39) querem que haja o desenvolvimento do turismo em suas comunidades principalmente para que incremente suas rendas e mantenham os ambientes preservados (Figura 21).

Figura 21 - Porcentagem global e por comunidades de respostas de moradores de três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil sobre o desejo de desenvolvimento do turismo na comunidade.



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

É fundamental que haja aceitação por parte dos residentes locais do desenvolvimento da atividade turística, pois isto influencia diretamente no tratamento dado aos visitantes (CARVALHO, 2010). Quanto mais a comunidade vai se sentindo envolvida, torna-se mais motivada em participar do processo de desenvolvimento do turismo, o que pode aumentar o senso de responsabilidade e de fiscalizador das atividades que envolvem seus patrimônios natural, histórico e cultural, os residentes discutem o que querem e o que podem fazer para contribuir para o desenvolvimento local (MAGALHÃES, 2002). Eusébio e Carneiro (2010) defendem que a interação poderá contribuir para o aumento da satisfação dos visitantes e dos residentes, cooperando, desta forma, para o desenvolvimento dos destinos turísticos.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa observou que nas três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns os moradores percebem mais impactos positivos do que negativos ocasionados pelo turismo alternativo, principalmente relacionados a renda e interações culturais entre autóctones e turistas.

Cabe um destaque entre os impactos negativos a respeito das alterações políticas, que na visão dos moradores há pouca atuação por parte do governo na promoção de infraestrutura

local para a melhoria da qualidade de vida dos residentes, e conseqüentemente proporcionar maior conforto na recepção dos visitantes.

Além disso observou-se que dentre os segmentos do turismo alternativo praticado nas comunidades se destaca o turismo de base comunitária que é o recomendado, entre outras formas, para implementar em Unidades de Conservação, proporcionando Educação Ambiental aos visitantes.

As comunidades estudadas têm um difícil acesso, este, portanto é um dos fatores que vem despertando o interesse dos turistas para conhecer essas áreas na Amazônia brasileira, com suas populações tradicionais, seus costumes e as suas belezas naturais.

Sugere-se que as lideranças envolvidas com o turismo nestas localidades experienciem exemplos bem-sucedidos de turismo alternativo proporcionado através de intercâmbios com outras Unidades de Conservação e pensar de que forma adaptar para a realidade local a gestão turística das comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns.

E por último é possível observar que é necessário aumentar a abrangência das políticas públicas quanto aos investimentos em infraestrutura e fomento de assistência técnica para os comunitários, a fim de que eles mesmos adquiram autonomia em longo prazo para gerir seus empreendimentos de turismo sustentável.

### **Alternative tourism and environmental impacts: perception of residents of the Tapajós-Arapiuns Extractive Reserve, Pará, Brazil**

#### **ABSTRACT**

Alternative tourism (AT) excels in conservation, appreciation of the environment and recipient crops with minimal impact especially on the use of preservation areas. In this context, the present work aimed to identify, considering the perception of the residents of the Tapajós-Arapiuns Extractive Reserve (RESEX), Pará, Brazil. Verification of environmental impacts was done by applying questionnaires, with open and closed questions with 122 residents of three RESEX communities. Most informants (91.8%) cannot explain the concept of alternative tourism, however, for 87.7% of them, this tourism does not generate negative impacts. Income (53%) is the most frequent expression used by RESEX residents to demonstrate what alternative tourism brings with positive impacts. For most respondents, tourists do not influence the change in local customs (74.6%), nor do they identify tourism-related violence (94.3%). Finally, 89.3% of residents say that tourists do not pollute the environments. The research carried out in this important Conservation Unit deserves the attention of managers, technicians and academic researchers, and can thus provide subsidies to management programs, in order to provide a set of real bases for analysis, interpretation and planning of tourist spaces.

**Keywords:** Amazon; Ecotourism; Environmental impacts; Conservation unit; Environmental perception.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, P. C. B.; MOREAU, A. M. S. S.; FONTES, E. O. Áreas Naturais Protegidas: um breve histórico do surgimento dos Parques Nacionais e das Reservas Extrativistas. **Revista Geográfica de América Central**, n 50, v. 46, p. 195-213, 2013.
- ALVES, G. L. M.; GRANADO, D. C. Turismo e impactos ambientais no balneário municipal de Rosana – SP. **Colloquium Humanarum**, v. 12, n. Especial, 2015.
- ALVES, R. J. M.; PONTES, A. N.; GUTJAHR, A. L. N. Caracterização socioeconômica de comunidades rurais amazônicas do estado do Pará, Brasil. Observatório de la economia latino-americana. **Revista Eumednet**: jul, 2015.
- ANJOS, F. S.; NIEDERLE, P. A.; CALDAS, N. V. Pluriatividade e pesca artesanal: o caso da Colônia Z-3 em Pelotas, RS. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 10, n. 3, p. 9-42, 2004.
- ASSIS, G. C.; PEIXOTO, R. C. D. O turismo é uma dádiva? Uma “etnografia das trocas” e a oferta da experiência “chamada” Turismo de Base Comunitária em Anã/Santarém/Pará. **Revista Brasileira de Turismo**, São Paulo, v.13, n.2, p. 140-160, 2019.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (Bola de Neve): Uma técnica metodológica para pesquisa em Educação Ambiental Comunitária. In: X EDUCERE e I SIRSSE, 2011, Curitiba. **Anais do Congresso Nacional de Educação**. Curitiba – PR: Champagnat – Editora PUCPR, v. 1. p. 329-341, 2011.
- BARROS, Q. S.; MARTINS, B. C., OLIVEIRA, É. K., FÉLIX, M. A. C. Perfil socioeconômico dos moradores da Reserva Extrativista do Alto Juruá-Acre. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, 2015.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 13ª ed. São Paulo: SENAC/SP, 2017.
- BLANCO, E. S. O turismo rural em áreas de agricultura familiar: a “novas ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 4, n. 3, p. 44-49, 2004.
- BRASIL, Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional da Produção Mineral: Projeto RADAM. Levantamento de recursos naturais. Vol. 7. In: **Tapajós: geologia, geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial da terra**. Rio de Janeiro, 1975.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil** – Brasília: MMA/SBF, 2011.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto s/n de 6 de novembro de 1998. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 6 de novembro de 1998.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa Turismo Sustentável e Infância**. Brasília: Ministério do Turismo, 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/acesso-a>

informacao/63-acoes-e-programas/4818-programa-turismo-sustentavel-e-infancia.html>. Acesso em: 01 de jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. Ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. Portaria Interministerial nº 182, de 13 de dezembro de 2018. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 de jul de 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE destaca a importância da extensão rural no Brasil, 2012**. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br>>. Acesso em: 19 de jul de 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Municípios Brasileiros: Saneamento básico: Aspectos gerais da gestão da política de saneamento básico: 2017**. Rio de Janeiro: IBGE/COPIS, 2018.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da RESEX Tapajós Arapiuns**. v. 1: Diagnóstico. Brasília: ICMBIO, 2014.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da RESEX Tapajós Arapiuns**. Vol. 3: Anexos. Brasília: 2014.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Instrução Normativa nº 7, de 21 de dezembro de 2017**. Brasília: DOU, 2017.

BRITO, B. R. O turismo e o viajante: contributos para a conceptualização do turismo alternativo e responsável. In: Congresso Português de Sociologia – Sociedade Portuguesa, 4. **Actas Passados Recentes, Futuros Próximos**. Coimbra, 2000. Disponível em: <[http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR462dea1a49422\\_1.PDF](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dea1a49422_1.PDF)>. Acesso em: 2 de agosto 2019.

CARVALHO, S. M. S. A Percepção do Turismo por Parte da Comunidade Local e dos Turistas no Município de Cajueiro da Praia-PI. **Revista Turismo em Análise**, v. 21, n. 3, 2010.

CASES, M. O. (Org.) **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. Realização: WWF-Brasil/IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas. WWF-Brasil, Brasília, 2012.

CHAFE, Z.; HONEY, M. Consumer Demand and Operator Support for Socially and Environmentally Responsible Tourism. Center on Ecotourism and Sustainable Development (CESD) **The International Ecotourism Society (TIES)**, 2005.

CORDEIRO, I; KÖRÖSSY, N. Quando as políticas públicas de turismo sustentável ignoram a dimensão social: reflexões a partir do estudo de caso de Fernando de Noronha (PE). **Caderno Virtual de Turismo** – Rio de Janeiro, v.18, n.3, p. 42-58, 2018.

COSTA, E. R.; SOBRINHO, M. V. Unidades de Conservação de Uso Sustentável e agricultura familiar na Amazônia: Conflitos e desafios na Floresta Estadual do Amapá. **Revista GeoAmazônia**, Belém, v. 03, n. 05, p. 97-116, 2015.

COSTA, F. W. D; FURTADO, M. L. S. Utilização das unidades da paisagem para a prática do ecoturismo na Reserva Extrativista Marinha de Cururupu (MA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.8, n.4, mai/ago 2015, pp.482-499.

CRUZ, C. F. **Redes de prevenção à exploração sexual de crianças no turismo: estudo de caso Belém**. Dissertação (Mestrado) Universidade de Brasília, Centro de excelência em Turismo, 2009.

DAL’ASTA A. P.; AMARAL, S.; MONTEIRO, A. M. V. O Rio e as cidades: uma análise exploratória de dependências e alcances das comunidades do Arapiuns (Pará-Brasil) e da formação do urbano na Amazônia. **Revista Espinhaço**, v.03, n.01, p 98-109, 2014.

DI CIOMMO. R. C. Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma Reserva Extrativista marinha. **Ambiente & Sociedade**. Campinas v. X, n. 1, p. 151-163, jan.-jun. 2007.

DIAS. R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Embrapa/CNPS, 2013.

ESCADA, M. I. S. et al. **Estrutura, serviços e conectividade das comunidades ribeirinhas do Arapiuns, PA**. Pesquisa de Campo Jun de 2012. Relatório Técnico de atividade de pesquisa do INPE. São José dos Campos: INPE, 2013.

EUSÉBIO, C.; CARNEIRO, M. J. A importância da percepção dos residentes dos impactos do turismo e da interação residente-visitante no desenvolvimento dos destinos turísticos. Universidade de Aveiro. In: **7º Workshop-APDR, XXXVI Reunión de Estudios Regionales-AECR**, Badajoz-Elvas, 2010.

FANDÉ, M. B.; PEREIRA, V. F. G. C. Impactos ambientais do turismo: um estudo sobre a percepção de moradores e turistas no Município de Paraty-RJ. Universidade Severino Sombra, Vassouras, Brasil. Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM, **Santa Maria Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental** – REGET e-ISSN 2236 1170 – V. 18 n.3 set – dez 2014, p.1170-1178, 2014.

FENNEL, D. A. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

FERREIRA, P. R. Após o regatão, o rádio e a televisão. In: **Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**, 3, 2005, Novo Hamburgo: Alcar, 2005. Disponível em:

<<http://paginas.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/3o-encontro-2005-1>>. Acesso em: 2 de junho de 2019.

FREIRE, P. M. O.; ALMEIDA, F. A. B. Ecoturismo, educação ambiental crítica e formação de sujeitos ecológicos: convergências e desafios. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.11, n.4, ago2018/jan. 2019, pp.561-587, 2018.

FREITAS, S. J.; AMARAL, V. S. DO; SILVA, D. C. C.; RODRIGUES, M. O Falido Modelo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável da Amazônia. In: VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais Santa Cruz do Sul**, Universidade de Santa Cruz do Sul, p. 1-18.

GALVÃO JÚNIOR, A. C. **Acesso a água nas regiões Norte e Nordeste do Brasil: desafios e perspectivas**. Instituto Trata Brasil, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. – 6ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2014.

GUEDES, G. R.; COSTA, S.; BRONDIZIO, E. Revisiting the Urban Hierarchy Approach in the Brazilian Amazon: A Multilevel Model Using Multivariate Fuzzy Cluster Methodology. **Population and Environment**, v. 30, p. 159–192, 2009.

GURSOY, D. et al. Resident Attitudes: A Structural Modeling Approach, **Annals of Tourism Research**, Vol. 29, n 1, pp 79-105, 2002.

HALL, C. M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. Contexto, São Paulo, 2004.

HOEFFEL, J. L.; FADINI A. A. B.; MACHADO, M. K.; J. C. REIS. Trajetórias do Jaguarú – unidades de conservação, percepção ambiental e turismo: um estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo. **Ambiente & Sociedade**. Campinas. v. XI, n. 1 p. 131-148 jan.-jun. 2008.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. Desigualdade, escolaridade e rendimentos na agricultura, indústria e serviços, de 1992 a 2002. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 51-79, jul – dez. 2004.

IBÁÑEZ, R.; VILLALOBOS, I. R. Tipologías y antecedentes de la atividade turística: turismo tradicional y turismo alternativo. In: IVANOVA, A.; IBÁÑEZ, R. (Org.) **Meio ambiente e política turística em México**. Tomo I: Ecología, biodiversidade y desarrollo turístico. Universidad Autónoma de Baja Califórnia Sur, 2012.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning. Rio de Janeiro: Editora SENAC Rio de Janeiro, 2013.

INMET. Instituto Nacional de Meteorologia. **Normas Climatológicas**. Disponível em: <[www.inmet.gov.br](http://www.inmet.gov.br)>. Acesso em: 10 de julho de 2019.

INSTITUTO TRATA BRASIL. Associação brasileira das concessionárias privadas de serviços públicos de água e esgoto. **Benefícios econômicos e sociais da expansão do**

**saneamento no Brasil**. São Paulo, 2018. Disponível em: <www.tratabrasil.org.br>. Acesso em: 20 de set de 2019.

JACKSON, D. A. Stopping rules in principal components analysis: a comparison of heuristical and statistical approaches. **Ecology**. Vol. 74, p. 2204-2214, 1993.

KIYOTANI, I. B. Paisagem: as modificações através do turismo de segundas residências nas praias de Jacumã, Carapibus e Tabatinga – Conde/PB, Brasil. Universidade Federal da Paraíba. In: **Anais do VII Seminário de Pesquisa do Mercosul: Turismo e paisagem relação complexa**, 2012.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Economia do Turismo**. 7 ed. 5 reimp. São Paulo: Atlas, 2009.

LEITE, N. R.; SILVA, E. M.; SILVA, F. A. M.; SOUZA, P. S.; SANTOS, N. N. F. Caracterização das atividades produtivas realizadas na Reserva Extrativista do Rio Iriri, Altamira-Pará. **Revista Cadernos de Agroecologia**. Vol. 6, n. 2, dezembro, 2011.

LEME, F. B. M.; NEVES, S. C. Dos ecos do turismo aos ecos da paisagem: análises das tendências do ecoturismo e a percepção de suas paisagens. **PASOS**, vol. 5, n 2, p 209-223, 2007.

LEUNG, Y.; SPENCELEY, A.; HVENEGAARD, G., BUCKLEY, R. **Tourism and Visitor Management in Protected Areas: Guidelines towards sustainability** (1<sup>a</sup> Ed.). Austrália: IUCN. 120 pp. 2018.

LICKORISH, J.; JENKINS, C. L. **Introdução ao turismo**. Editora Elsevier, Rio de Janeiro, 2000.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. (eds.). **Ecoturismo: um guia para o planejamento e gestão**. São Paulo, SENAC, 1995.

LÜDKE, M.; André, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2013.

MAIA, C. S. S.; SILVA, F. B. F.; CASADO, L. V.; ANDRADE, M. B. S. de; CARRATORE, L. R. D. A Comunicação no Desenvolvimento Turístico: a transformação do espaço rural em produto turístico. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. In: **XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Campina Grande – PB – 10 a 12 de Junho 2010**.

MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MARKOV, A. V.; KOROTAYEV A. V. Phanerozoic marine biodiversity follows a hyperbolic trend. **Palaeoworld**. v.164, p. 311–318. 2007.

MARTINS, D. P. A percepção como método para trabalhos em educação ambiental: o caso de uma comunidade de Porto Alegre – RS. IBEAS – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais. In: **II Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**, 2011.

MARTORANO, L. G.; PEREIRA, L. C.; NECHET, D. Tipologia climática do Estado do Pará – Adaptação do método Köppen. **Bol. de Geog. Teor.** Vol. 23, p.45-46, 1993.

MEDEIROS, T. H.; AVISHAR, L. A. A. C. Pagando visitas: trocas materiais e simbólicas em localidades nos Rios Tapajós e Arapiuns, Santarém-PA. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio). In: **VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo/III Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo/I Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo**, 2014.

MENDOZA ONTIVEROS, M. M; GONZÁLEZ SOSA, J. C. Impactos socioculturales del turismo en el Centro Integralmente Planeado Loreto, Baja California Sur, México. Percepción de los residentes locales. **Teoría y Praxis**, núm. 16, diciembre, 2014.

MENEGASSI, D. É hora de repensar o Plano de Manejo. In: **O eco**, 2017. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/reportagens/e-hora-de-repensar-o-plano-de-manejo/>>, Acesso em: 19 de julho 2019.

MILAGRES, V.; SOUZA, E.; SOUZA, L. Percepção ambiental no distrito de Taquaruçu, município de Palmas (TO): a relação dos moradores com as transformações da paisagem ao longo da história local. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 10, n. 1, p.1-14, 2010.

MORAES, B. C. de; COSTA, J. M. N. da; COSTA, A. C. L. da; COSTA, M. H. Variação espacial e temporal da precipitação no estado do Pará. **Acta Amazônica**. Vol. 35, n.2, 2005.

MOURA, J. R. S. In: Guerra, A. J. T. e Cunha, S. B. (Org.) **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. WWF. Amazon River and Flooded Forests, 2001.

NUÑES, T. Los estudios del turismo dentro de una perspectiva antropológica. In: SMITH, V. L. (Org.) **Anfitriones e invitados: antropología del turismo**. Madrid: Endymión, 1992.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Orgs.). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri – SP. Manole, 2010.

NEIMAN, Z.; SARACENI, R. F.; GEERDINK, S. Levantamento quali-quantitativo da produção científica sobre Ecoturismo no Brasil. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.3, n.3, 2010.

OLIVEIRA, E. S. Percepção dos autóctones em relação à economia, meio ambiente e ao turismo em Ilhéus – BA. In: SEMINTUR, 4., Caxias do Sul, RS. **Anais GT 10**. Caxias do Sul, RS: Universidade Caixas do Sul, CD-ROM. 2006.

OLIVEIRA, E. S. **Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local: o caso de Itacaré – Bahia**. Dissertação (mestrado) Ilhéus, BA: UESC, 2008.

OLIVEIRA, G.; SCAZUFCA, P.; PIRES, R. C. **Ranking do saneamento: Instituto Trata Brasil: 2018**. São Paulo: GO Associados, 2018. Disponível em: <

<http://www.tratabrasil.org.br/estudos/estudos-itb/itb/ranking-do-saneamento-2018>> Acesso: 18 de jul de 2019.

OLIVEIRA, J. C.; LEMOS, T. A.; CAMPOS, D. P. F.; COSTA, S. S. DA; GUERREIRO, Q. L DE M. Identificação de aspectos e impactos ambientais em turismo de praia e sol, no município de Santarém-Pa, Brasil. In: **I Congresso Sul-Americano de resíduos sólidos IBEAS** – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais, 2018.

OMT. **Introdução ao turismo**. Roca, São Paulo, 2001.

ORTH, D.; DEBETIR, E. (Orgs.) **Unidades de Conservação – Gestão e conflitos**. Florianópolis: Insular, 2007.

PAIVA, B.C.A. Impactos ambientais em Unidades de Conservação: Parque Nacional de Anavilhanas na visão dos profissionais envolvidos com a visitação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.12, n.1, fev-abr 2019, pp.67-77.

PECCATIELLO, A. F. O. Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 24, p. 71-82, jul./dez. 2011.

PERALTA, N.; VIEIRA, F. S.; OZORIO, R. Z. Gestão participativa da pousada Uacari: um processo em construção. In: OZORIO, R. Z.; Bezerra, N. P.; Vieira, F. S. (Org.). **Lições e reflexões sobre o turismo de base comunitária na Reserva Mamirauá**. Tefé, AM: IDSM, 2016.

PEREIRA, T. F.; CAMPOS, J. O.; PEREIRA, M. R. dos S.; LIMA, V. R. P. de. Ecoturismo e os impactos ambientais no Parque Estadual Mata do Pau-Ferro, Areia, Paraíba. **GeoTemas**, ISSN: 2236-255X – Pau dos Ferros, Brasil, v. 9, n. 1, p. 128-143, jan./abr. 2019.

PEREIRA, Z. T. C.; OLIVEIRA, D. C. de. **A importância da comunicação para a inclusão social no meio rural**. Universidade Federal do Paraná, 2018. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/54546>>. Acesso em: 18 de jul de 2019.

PIRES, E. V. Impactos sócio-culturais do turismo sobre as comunidades receptoras: uma análise conceitual. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 4, n. 3, p 14-18, 2004.

PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo**. 2ª ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2017.

PSA (Projeto Saúde e Alegria). **Coleção Prazer em Conhecer: comunidades da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns**. CEAPS, 2014.

R DEVELOPMENT CORE TEAM. **R: A language and environment for statistical computing**. R Foundation for Statistical Computing, 2011. Vienna, Austria. ISBN 3-900051-07-0, Available online: Disponível em: <<http://www.R-project.org/>>. Acesso em: 12 dez de 2018.

RUOSO, D. A percepção climática população urbana de Santa Cruz do Sul – RS. **RAEGA**, v. 25, p. 64-91, 2012.

- RUSSEL, P. Community-based tourism. **Travel & Tourism Analyst**, n. 5, p. 89-116, 2000.
- SALVATO, M. A.; FERREIRA, P. C. G.; DUARTE, A. J. M. O Impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda. **Estudos econômicos**, v.40, n.4, p.753-791, 2010.
- SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. 2. ed., São Paulo: Oficina de Textos, 2013.
- SANTOS, M. A. M. T. **A produção do sucesso na educação de jovens e adultos: o caso de uma escola pública em Brazlândia**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- SANTOS, C. R. B.; MAGALHÃES, R. Pobreza e Política Social: a implementação de programas complementares do Programa Bolsa Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n.5, p.1215-1224, 2012.
- SANTOS, J. C. F. dos; SILVA, R. G. da. Perfil socioeconômico do trabalhador no mercado de trabalho da Amazônia Sul-ocidental. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR**, v. 9, n. 2, p. 193-231, Taubaté, SP, Brasil mai-ago 2013.
- SEBRAE. **Cadernos de atrativos turísticos**. Sebrae: São Paulo, 2016.
- SILVA, A. A.; SANTOS, M. K. V.; GAMA, J. R. V.; NOCE, R.; LEÃO, S. Potencial do extrativismo da castanha-do-pará na geração de renda em comunidades do mesorregião Baixo Amazonas, Pará. **Floresta e Ambiente, Seropédica**, v. 20, n. 4, p. 500-509, 2013.
- SILVA, J. T.; BRAGA, T. M. P. Caracterização da Pesca na comunidade de Surucuá (RESEX Tapajós-Arapiuns). **Biota Amazônia**. Macapá, v. 6, n. 3, p. 55-62, 2016.
- SILVA, L. J. S.; MENEGHETTI, G. A.; EMÍDIO, K.; BRITO, V. F. S. de. Realidade socioeconômica das comunidades extrativistas da RDS Piagaçu-Purus: reflexões sobre os condicionantes da adoção de tecnologias como estratégia de desenvolvimento rural. In: Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, 4., 2016. **Anais... Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental**, 2016. p. 326.
- SILVANO, R. A. M.; SILVA, A. L.; CERONI, M.; BEGOSSI, A. Contributions of ethnobiology to the conservation of tropical rivers and streams. **Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems**. Edinburgh, 18: 241-260, 2008.
- SOARES, I. A.; MEDEIROS, C. S. C.; FILHO, A. S. Análise de paisagens turísticas da praia de Ponta Negra (Natal/RN) com a utilização de indicadores de qualidade visual: uma contribuição para o turismo sustentável. **HOLOS**, [S.l.], v. 1, p. 228-246, fev. 2014.
- SOUZA, J. C. R. de. **O Currículo da escola de várzea e o ensino de geografia no município de Parintins** – Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação/Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, 2006.
- SPENCELEY, A. (ed.). **Responsible Tourism: Critical Issues for Conservation and Development**. London: Earthscan, 2008.

SPENCELEY, A.; KOHL, J.; MCARTHUR, S.; MYLES, P.; NOTARIANNI, M.; PALECZNY, D.; PICKERING, C.; TURNER, K.; BHUTIA, P.; WORBOYS, G. L. Visitor management?. In: WORBOYS, G.; LOCKWOOD, M.; KOTHARI, A.; FEARY, S.; PULSFORD, I. (eds.). **Protected Area Governance and Management**, pp. 715–750. Canberra: Australian National University Press, 2015.

STORI, F. T. **Pescadores e turistas em uma área marinha protegida: uma contribuição ao planejamento da reserva extrativista marinha da ponta do Corumbau, Bahia-Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais, São Paulo, 2005.

TSUKAMOTO, F. A. T.; CAMPOS, M. N., VASCONCELOS, L. M. R.; MATOS, S. P. Diversidade florística de um parque zoobotânico no município de Santarém-Pará. In: **Anais do VIII Congresso de Ecologia do Brasil**; 2007.

UNESCO-UNEP. **International strategy for action in the field of environmental education and training for the 1990**. Paris: UNESCO e Nairobi. 1987.

VASCONCELOS, M. C.; VIEIRA, T. A.; CORRÊA, K. C. Qualidade de vida de moradores de uma comunidade rural de várzea em Santarém, Pará. *Interfaces – Revista de Extensão da UFMG*, v. 5, n. 1, p.148-156, jan./jun. 2017.

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. Tradução: Gleice Guerra, Mariana Aldrigui. **Série Turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.

VEIGA, L.; GONDIM, Sônia M. G. A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e não Marketing Político. **Opinião Pública**, Campinas, v. 7, n.1, p.1-15, 2001.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: Impactos, Potencialidades e Possibilidades**. Barueri: Manole, 2001.

#### 4. CONCLUSÕES GERAIS

O estudo cienciométrico apresentado no primeiro capítulo permitiu o conhecimento dos principais conceitos existentes relacionados ao turismo alternativo, como o ecoturismo, o turismo sustentável e o turismo cultural o que condiz com as características desse tipo de turismo, em que as comunidades e os ambientes naturais são os principais motivos que levam os turistas a visitar esses lugares.

Para alguns autores é inaceitável que o turismo alternativo ou ecoturismo possa ser equiparado a outros segmentos, porém, entende-se neste trabalho que se o turismo for praticado em ambientes naturais e com respeito e envolvimento das populações locais e ainda buscar sobre todos os aspectos planejar e minimizar seus impactos negativos ele pode sim ser considerado ecoturismo, turismo sustentável, turismo verde dentre outros.

Já o segundo capítulo com a pesquisa de campo se observou como os moradores percebem os impactos provocados pelo turismo na RESEX Tapajós-Arapiuns, pois, como visto, as Unidades de Conservação têm um grande potencial para o desenvolvimento do turismo alternativo sob todas as suas formas.

O principal resultado obtido foi que as comunidades apresentam poucas evidências de impactos negativos vindos do turismo alternativo, porém foi possível observar que os comunitários têm dificuldades para organizar o segmento, mas que desejam ver seu turismo se desenvolver, e os esforços para a melhoria da infraestrutura da RESEX partem de suas próprias lideranças comunitárias, da Associação TAPAJOARA, do ICMBio e de ONGs, sendo que seus moradores não identificam os órgãos municipais atuantes neste processo.

Ao relacionar os dois capítulos do trabalho identificamos que as pesquisas com turismo alternativo estão mais relacionadas a estudos com impactos e que os mesmos apresentam caráter positivo na maior parte dos estudos, assim como foi observado em campo em que os moradores observam que o turismo alternativo leva às comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns mais resultados benéficos, desta forma, os esforços em busca da sustentabilidade turística estão obtendo êxito e que estamos no caminho certo.

Conclui-se que as informações obtidas no estudo contribuíram para a sistematização dos trabalhos com turismo alternativo nos últimos 40 anos, como também, para auxiliar nas ações de gestão do ICMBio, para a reformulação do Plano de Manejo da RESEX e para as organizações não governamentais atuantes na área a fornecer subsídios para a criação de

políticas públicas por parte dos órgãos municipais e estaduais e para futuros projetos científicos e extensionistas na região.

## REFERÊNCIAS GERAIS

ALEXANDRE, A. F. A política que se apreende: avaliando o processo de implementação das Reservas Extrativistas no Brasil à luz do ideário da etnoconservação. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, nº 25 – agosto 2002.

ANTUNES, R. Desenvolvimento turístico: um olhar sobre as comunidades receptoras. In: RUSCHMANN, D. V. M.; SOLHA, K. T. **Planejamento Turístico**. Editora Manole, São Paulo, pp. 201-218, 2006.

ARAUJO, L.; CARVALHO, R. C. **O turismo de massa em debate: a importância de sua análise para o planejamento turístico do estado de Alagoas**. Brasil. n. May, 2016.

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 13ª ed. São Paulo: SENAC/SP, 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil** – Brasília: MMA/SBF, 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2ª ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Crescimento do turismo mundial pode chegar a 4% em 2019**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12306-crescimento-do-turismo-mundial-pode-chegar-a-4-em-2019.html>>. Acesso em: 11 de jun de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil** – Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D98897.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D98897.htm)>. Acesso em: 12 de ago de 2019.

BUARQUE, S. C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BUDOWSKI, G. El ecoturismo en el siglo XXI. In: **Seminário Internacional “ecoturismo: políticas locais para oportunidades globales**. Santiago Chile: CEPAL/Governo do Chile, 24 a 25 de maio de 2001.

CASES. M. O. (Org.). **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. WWF-Brasil/IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas. Brasília, 2012.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. **Tourism, Ecotourism and Protected Areas: The State of Nature-Based Tourism around the World and Guidelines for Its Development**. IUCN Publications, Cambridge, 301, 1996.

CÉSAR, P. A. B. *et al.* **Ecoturismo**. Ed. rev. e ampl. São Paulo: IPSIS, 2007.

COBRAMAB. **Comissão Brasileira para o Programa “Homem da Biosfera”**. Rede Brasileira de Reservas da Biosfera. Brasília, 2016.

COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro Comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COSTA, P. C. **Unidades de Conservação**. São Paulo: Aleph, 2002.

DE SOUZA, L. R. C.; MILANEZ, B. Conflitos Socioambientais e Áreas Protegidas no Brasil: algumas reflexões. **Revista de Geografia – PPGeo – UFJF**. Juiz de Fora, v.5, n.1, jan-jun, p 43-57, 2015.

DIAS, R. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. 1ª ed. 4. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

DUMITRU, T. The impact of tourism development on urban environment. **Studies in Business & Economics** 7(3): 160-164, 2012.

DUDLEY, N. (ed.). **Guidelines for applying protected area management categories**. Gland: IUCN, 2008.

FACO, R. A.; NEIMAN, Z. A natureza do ecoturismo: conceitos e segmentação. In: NEIMAN, Z.; RABINOVIC, A. (Orgs.). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, 2010.

FARIA, I. F. **Ecoturismo indígena: território, sustentabilidade, multiculturalismo**. São Paulo: Annablume, 2012.

FENNEL, D. A. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

FRATUCCI, A. C. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio de Janeiro, 2008.

GASTAL, S. A.; DALL'AGNOL, S. Turismo em laguna (SC): Impactos e atitude. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v.6, n.1, p. 16-31, 2012.

GONTIJO, B. M.; REGO, J. F. Por uma atitude turística pessoalizante. In: FARIA, I. F. (Org.). **Turismo: sustentabilidade e novas territorialidades**. Manaus: EDUA, 2001.

HALL, C. M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. Contexto, São Paulo, 2004.

IDS.M. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. **Programa de Turismo de Base Comunitária**, 2003. Disponível em: < <https://www.mamiraua.org.br/turismo-comunitario>>. Acesso em: 12 de ago de 2019.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning. Rio de Janeiro: Editora SENAC Rio de Janeiro, 2013.

IRVING, M. Refletindo sobre o ecoturismo em áreas protegidas – tendências no contexto brasileiro. In: IRVING, M.; AZEVEDO, J. **Turismo o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. (3a ed.). São Paulo: Aleph, 2009.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Economia do Turismo**. 7ª ed. 5 reimp. São Paulo: Atlas, 2009.

LEMONS, L. **Turismo: que negócio é esse? Uma análise da economia do turismo**. Papirus, São Paulo, 2001.

LICKORISH, L. J.; JENKINS, C. L. **Introdução ao turismo**. Editora Elsevier, Rio de Janeiro, 2000.

MARETTI, C. C.; CATAPAN, M. I. S.; DE ABREU, M. J. P.; DE OLIVEIRA, J. E. D. **Áreas protegidas: definições, tipos e conjuntos**. Reflexões conceituais e diretrizes para gestão.

MCM. Memorial Chico Mendes. Reservas Extrativistas. Disponível em: <<http://www.memorialchicomendes.org/reservas-extrativistas/>>. Acesso em: 12 de ago de 2019.

MIECZKOWSKI, Z. **Environmental issues of Tourism and recreation**. Lantarn, Maryland: University Press of America, 1995.

MOREIRA, J. C. **Geoturismo e interpretação ambiental**. 1ª ed. rev. atual. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

NEIMAN, Z. Natureza e cultura brasileiras: matérias-primas do ecoturismo. In: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2005.

NEIMAN, Z. RABINOVICI, A. (Orgs.). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri – SP. Manole, 2010.

NELSON, S. P. Uso público nas Unidades de Conservação. In: CASES, M. O. (Org.). **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. WWF-Brasil/IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas. Brasília, 2012.

OMT. **Introdução ao turismo**. Roca, São Paulo, 2001.

OMT. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Declaración de Quebec sobre el ecoturismo**. Québec: OMT/PNUMA, 2002.

OMT. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman/OMT, 2003.

ORGAZ AGÜERA, F.; CAÑERO MORALES, P. Ecoturismo en comunidades rurales: análisis de los impactos negativos para la población local. Un estudio de caso. **REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos** [en línea] 2016.

OXINALDE, M. Ecoturismo. **Nuevas formas de turismo en el espacio rural**. España: Bosch, 1994.

PANAZZOLO, F. B. Turismo de Massa: um breve retumbante histórico e sua importância não contexto atual. In: **III Seminário de Pesquisa em Turismo no Mercosul**, 2005.

PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo?** São Paulo: Brasiliense, 2010.

PETREVSKA, B. Economic impacts of tourism: The evidence of Macedonia. *Young Economists Journal/Revista Tinerilor Economisti*, v.9, n.18, p.174-181, 2012.

PETROCCHI, M. **Gestão de polos turísticos**. Futura, São Paulo, 2001.

PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo**. 2ª ed. São Paulo: Edit. SENAC São Paulo, 2017.

RIBEIRO, E. M; NASCIMENTO, E. P. **O futuro do ecoturismo: cenários para 2025**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2016.

REJOWSKI, M.; SOLHA, K. T. Turismo em um cenário de mudanças. In: REJOWSKI, M. (Org). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 10ª ed. Coleção Turismo. Papirus: Campinas, SP, 2003.

SILVEIRA, M. A. T. **Geografia Aplicada ao Turismo: fundamentos teóricos-práticos**. Curitiba. Ed. InterSaberes, 2014.

STEFANI, C.; OLIVEIRA, L. C. F. M. **Compreendendo o turismo: um panorama da atividade**. Curitiba: Intersaberes, 2015.

IUCN and UNEP-WCMC. **Protected Planet Report 2016: How protected areas contribute to achieving global targets for biodiversity**. Cambridge UK and Gland, Switzerland, 2016.

VANTI, N. A. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Revista Ciência da Informação**, v.31, n.2, p.152-162, 2002.

ZHANG, S.; LYU, P.; YAN, Y. Global geographical and scientometric analysis of tourism-themed research. **Scientometrics**, v.105, n.1, p.385-401, 2015.

WEARING, S., NEIL, J. **Ecoturismo, impactos, potencialidades e possibilidades**. 2ª ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2014.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I – Roteiro para coleta de dados dos moradores da RESEX Tapajós-Arapicums, Santarém/Aveiro, Pará, Brasil.

Pesquisador: _____		Questionário Nº: _____
Data: ____/____/2019.		
<b>GRUPO A: DADOS DO ENTREVISTADO</b>		
1. Comunidade: _____		
2. Nome: _____		
3. Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino		
4. Idade: _____		
5. Tempo de residência: _____		
6. Onde nasceu? _____		
7. Estado civil: ( ) Solteiro(a) ( ) Casado(a) ( ) União estável ( ) Divorciado(a) ( ) Viúvo(a)		
8. Quantas pessoas moram com o sr. (a)? _____		
9. O sr. (a) se considera: ( ) Branco(a) ( ) Negro(a) ( ) Pardo(a) ( ) Indígena		
10. Qual a sua escolaridade?		
( ) Sem escolaridade		
( ) Ensino fundamental incompleto		
( ) Ensino fundamental completo		
( ) Ensino médio incompleto		
( ) Ensino médio completo		
( ) Ensino Superior completo		
( ) Ensino Superior incompleto		
( ) Pós-graduação: _____		
<b>GRUPO B: DADOS SOCIOECONÔMICOS</b>		
11. O sr. (a) tem acesso à internet?	( ) Sim	( ) Não
12. O sr. (a) possui televisão em casa?	( ) Sim	( ) Não
13. O sr. (a) possui rádio?	( ) Sim	( ) Não
14. O sr. (a) possui celular?	( ) Sim	( ) Não
15. A comunidade tem posto de saúde?	( ) Sim	( ) Não
16. A comunidade tem escolas?	( ) Sim	( ) Não
17. Qual a sua principal ocupação atualmente? _____		

18. Qual a renda aproximada da família? \_\_\_\_\_

19. Quantas pessoas trabalham na casa ou contribuem com a renda da família? \_\_\_\_\_

20. A família recebe algum tipo de ajuda financeira do governo? ( ) Sim. ( ) Não

( ) Bolsa-família ( ) Seguro defeso ( ) Outros: \_\_\_\_\_

21. O sr. (a) pratica atividade de caça para sua alimentação? ( ) Não ( ) Sim.

Quais animais? \_\_\_\_\_

22. O sr. (a) apanha algum produto da floresta? ( ) Não ( ) Sim.

Qual(is)? \_\_\_\_\_

23. Vocês recebem alguma assistência técnica?

( ) Sim. Qual órgão? ( ) Não ( ) Não soube responder

24. O sr. (a) conhece o Plano de Manejo da RESEX? ( ) Sim ( ) Não

25. Como é feito o abastecimento de água da sua casa?

( ) Microsistema ( ) Poço/Nascente no domicílio ( ) Rio/igarapé/lago

( ) Outros: \_\_\_\_\_

26. O esgotamento sanitário?

( ) Fossa séptica ( ) Fossa negra ( ) Direto no rio/igarapé/lago ( ) Céu aberto

( ) Outros: \_\_\_\_\_

27. O que você faz com o lixo de sua casa?

( ) Lixão ( ) Queimado ( ) Enterrado ( ) Céu aberto

( ) Outros: \_\_\_\_\_

28. Tem energia na sua casa? ( ) Sim ( ) Não

( ) Rede de distribuição ( ) Gerador próprio ( ) Gerador da comunidade ( ) Placa solar

( ) Outros: \_\_\_\_\_

### **GRUPO C: PERCEPÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS DO TURISMO NA COMUNIDADE**

39. O sr. (a) sabe dizer se existe cobrança de taxa para o turista entrar na comunidade?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não soube responder

30. O sr. (a) sabe dizer em que período do ano os turistas costumam aparecer mais na comunidade?

( ) Chuvoso ( ) Verão (estiagem, seca) ( ) Não sabe responder

31. O sr. (a) sabe dizer a nacionalidade dos turistas que mais visitam a comunidade?

( ) Brasileiros ( ) Estrangeiros ( ) Não sabe responder

- 32.** O sr. (a) sabe se os turistas vêm para a comunidade geralmente:  
( ) Sozinhos ( ) Casal ( ) Família ( ) Grupos ( ) Não soube responder
- 33.** O sr. (a) tem conhecimento da faixa de idade dos grupos que vêm aqui?  
( ) Sim ( ) Não  
( ) Jovens ( ) Adultos ( ) Idosos ( ) Não soube responder
- 34.** O sr. (a) sabe se os turistas que aparecem na comunidade vêm geralmente por:  
( ) Conta própria ( ) Contratam agências ( ) Não soube responder
- 35.** O sr. (a) percebe se os turistas estão preocupados com a preservação/conservação do meio ambiente?  
( ) Sim ( ) Não ( ) Não soube responder
- 36.** O sr. (a) percebe se os turistas querem saber dos seus modos de vida dos comunitários?  
( ) Sim ( ) Não ( ) Não soube responder
- 37.** Quais os principais atrativos turísticos que chamam a atenção dos turistas na comunidade?  
\_\_\_\_\_
- 38.** Quais os produtos mais vendidos para os turistas na comunidade?  
( ) Artesanato ( ) Passeios em trilhas ( ) Passeios fluviais ( ) Comida&Bebida  
( ) Não soube responder  
( ) Outros: \_\_\_\_\_
- 39.** O sr. (a) considera que o valor dos produtos vendidos aos turistas são:  
( ) caros ( ) baratos ( ) justos ( ) não soube responder
- 40.** O sr. (a) sabe dizer se os turistas costumam reclamar dos preços dos produtos ou serviços que compram?  
( ) Sim ( ) Não ( ) não soube responder
- 41.** O sr. (a) saberia dizer o que é turismo alternativo? ( ) Sim ( ) Não
- 42.** O sr. (a) sabe dizer o que é um impacto ambiental? ( ) Sim ( ) Não
- 43.** Quais impactos positivos o sr. (a) percebe que o turismo traz para comunidade?  
\_\_\_\_\_
- 44.** O sr. (a) percebe impactos negativos causados pelo turismo na comunidade?  
( ) Sim. Quais? ( ) Não ( ) Não soube responder
- 45.** Os turistas causam poluição visual nos ambientes visitados?

Sim. Quais?       Não       Não soube responder

---

**46.** O sr. (a) percebe se os turistas retiram algum animal ou planta da comunidade?

Sim. Quais?       Não       Não soube responder

---

**47.** O sr. (a) percebe mudanças na paisagem por causa do turismo na comunidade?

Sim. Qual?       Não       Não soube responder

---

**48.** Os turistas provocam poluição sonora nos ambientes que visitam?

Sim. Qual?       Não       Não soube responder

---

**49.** O sr. (a) percebe se as embarcações deixam algum tipo de resíduo nas praias ou rios?

Sim. Qual?       Não       Não soube responder

---

**50.** O sr. (a) percebe se os turistas deixam algum tipo de resíduo nas praias, nos rios, nas trilhas, ou nas ruas da comunidade?

Sim. Qual?       Não       Não soube responder

---

**51.** Nos últimos anos o sr. (a) percebe se os moradores apresentaram mudanças de costumes/jeito de falar/jeito de vestir por causa do contato com os turistas?

Sim                       Não                       Não sabe responder

**52.** O turismo traz mais opções de recreação para a comunidade (culturais)?

Sim                       Não                       Não sabe responder

**53.** O sr. (a) percebe se existe violência na comunidade por causa do turismo?

Sim                       Não                       Não sabe responder

**54.** O sr. (a) percebe se existe exploração sexual na comunidade por causa do turismo?

Sim                       Não                       Não sabe responder

**55.** Hoje o turismo é a principal atividade que traz renda para a comunidade?

Sim                       Não                       Não sabe responder

**56.** O sr. (a) percebeu elevação de preços do comércio por causa do turismo?

Se sim, quais produtos?  Não (*passa para 58*)       Não sabe responder

---

**57.** Se os preços dos produtos aumentam por causa do turismo, o sr. (a) precisa se deslocar para outro local para fazer as compras do mês?

Sim.       Não                       não soube responder

**58.** O sr. (a) percebe se cresceu o número de pessoas que trabalham com o turismo na comunidade?

Sim                       Não                       Não sabe responder

**59.** O sr. (a) sabe para quem o artesanato produzido na comunidade é mais vendido?

Não há produção

Próprios turistas na comunidade

Para os próprios comunitários

Para atravessadores

Cooperativa \_\_\_\_\_

Associação \_\_\_\_\_

Não sabe responder

**60.** O sr. (a) percebe se por causa do turismo o governo (Municipal/Estadual/Federal) passou a investir mais na comunidade? (*Se não, passe para 62*)

Sim                       Não                       Não soube responder

**61.** Se sim, a melhoria foi em que setores?

Abastecimento de água     Transporte     Segurança     Saneamento

Comunicação     Saúde     Educação     Capacitação

Outros: \_\_\_\_\_

**62.** O sr. (a) acha que os comunitários se preocupam com a questão ambiental da comunidade?

Não     Sim     Não sabe responder

O que é feito geralmente? \_\_\_\_\_

**63.** O sr. (a) percebe alguma intervenção do governo (Municipal/Estadual/Federal) ou ONGs para que o meio ambiente da comunidade se mantenha conservado? (*Evitar impactos*)

Sim       Não       Não sabe responder

Qual(ais) órgão(s)? \_\_\_\_\_

Você saberia dizer o que já foi feito? \_\_\_\_\_

**64.** O sr. (a) tem conhecimento se a comunidade já teve alguma capacitação realizada pelo governo (Municipal/Estadual/Federal) ou ONGs para que o turismo seja desenvolvido na comunidade?

Sim       Não       Não sabe responder

Qual(ais) órgão(s)? \_\_\_\_\_

Qual capacitação? \_\_\_\_\_

**65.** O sr. (a) quer que aconteça o desenvolvimento do turismo na comunidade?

Sim                       Não

## **APÊNDICE II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).**

**TÍTULO:** Turismo alternativo e impactos ambientais: percepção de atores locais na RESEX Tapajós–Arapiuns, Pará, Brasil

### **SOBRE O QUE É A PESQUISA:**

A pesquisa que você está sendo convidado (a) a participar pretende verificar através da percepção local os principais impactos ambientais que o turismo alternativo traz para as comunidades da RESEX Tapajós–Arapiuns, em Santarém (PA). Para que a pesquisa seja realizada, será necessária a coleta de dados que serão obtidos por meio de um questionário onde contém as perguntas relacionadas aos impactos ambientais do turismo. Ao final desta pesquisa, espera-se que esta permita demonstrar as causas e de que forma acontecem os impactos para poder fornecer informações que sirvam de suporte para planejamento, administração e avaliação das ações em turismo nas comunidades.

A pesquisa será realizada da seguinte forma: serão coletados os dados da sua entrevista por meio do questionário com perguntas preestabelecidas. Os dados coletados serão analisados em seguida. Este questionário apresentará itens divididos em 3 grupos: Dados do entrevistado: que inclui perguntas gerais, a respeito de gênero, idade, local de origem, tempo de residência, na região, escolaridade; Perfil socioeconômico: diz respeito a ocupação principal e renda; e Percepção dos impactos ambientais: tratará dos impactos ambientais que os moradores percebem por receberem turistas nas comunidades.

Nossa pesquisa tem o objetivo de identificar os impactos ambientais trazidos pelo turismo às localidades e verificar quais as comunidades mais atingidas pelos impactos gerados pelo turismo.

### **OS DADOS COLETADOS DA AVALIAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA:**

As informações coletadas serão utilizadas somente para esta pesquisa, e serão analisadas em conjunto com as dos outros respondentes, não sendo divulgada qualquer informação que possa levar a sua identificação. Todas as fichas serão guardadas em envelopes pela pesquisadora responsável.

### **RISCOS E BENEFÍCIOS PARA O SUJEITO DA PESQUISA:**

O risco para os sujeitos envolvidos no estudo será o constrangimento devido à divulgação de informações dos questionários respondidos, mas isso será evitado uma vez que as entrevistas serão identificadas por números e não pelo nome dos comunitários, impedindo sua identificação.

A pesquisa trará como benefícios o aumento do conhecimento sobre o assunto e desta forma a pensar em estratégias de fomento para o incremento do turismo. Haverá também benefícios à comunidade acadêmica, com a elaboração de dados para posteriores pesquisas. No entanto, a descrição definitiva dos benefícios obtidos só será possível ao final do estudo.

#### **GARANTIAS E INDENIZAÇÕES:**

Será garantida a liberdade de você se retirar da participação na pesquisa em qualquer momento que desejar sem qualquer prejuízo ou penalidade. Tem direito, ainda, de ser informado a respeito dos resultados parciais da pesquisa, podendo a qualquer momento do estudo entrar em contato com a pesquisadora para esclarecer suas dúvidas.

Em caso de algum dano provocado pela pesquisa, a pesquisadora assume o compromisso sobre toda e qualquer ação e custo necessário com os cuidados, assim como as indenizações legalmente estabelecidas.

As informações coletadas durante a análise dos questionários serão utilizadas somente para esta pesquisa, não sendo divulgados de forma alguma, e ficando de posse somente da pesquisadora. As informações serão guardadas por cinco (05) anos no computador da pesquisadora, sendo apagadas e/ou destruídas após este período.

#### **ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS:**

A pesquisadora responsável pelo estudo é a turismóloga Heloise Michelle Nunes Medeiros, que pode ser encontrada pelo telefone (93) 98403-5985, pelo endereço Rua Silvério Sirotheau, número 2285, Bairro Laginho ou na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), orientada pelo professor Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior.

Em caso de dúvidas, o entrevistado também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa, localizado na Avenida Deputado Icoaraci Nunes, 3344, Caranazal, Santarém-PA, telefone: (93) 3529-1763.

É importante deixar claro que este documento terá todas as suas páginas devidamente rubricadas e assinadas pelo participante e pela pesquisadora

#### **FINANCIAMENTOS:**

Este trabalho será realizado com recursos próprios, não tendo financiamento de nenhuma instituição de pesquisa. Os participantes estarão isentos de qualquer gasto adicional da pesquisa em qualquer momento do estudo. Também não haverá nenhum pagamento por sua participação.

#### **DECLARAÇÃO:**

Declaro que compreendi as informações que li ou que me foram explicadas sobre a pesquisa em questão. Discuti com a pesquisadora responsável sobre minha decisão de participar como voluntário nesse estudo, ficando claro para mim, todos os aspectos que envolvem esse trabalho. Ficando claros para mim quais são os propósitos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados, os possíveis riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes.

Ficou claro também que a minha participação não será paga, nem terá despesas, inclusive se eu optar por desistir de participar da pesquisa. Se houverem danos posso legalmente solicitar indenizações. Para comprovar que consenti livremente e de forma esclarecida a minha participação na presente pesquisa, assino este termo em duas (02) vias, ficando uma comigo e outra com a pesquisadora.

Santarém-PA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Assinatura do (a) entrevistado (a)

Declaramos que obtivemos de forma apropriada e voluntária o consentimento livre e esclarecido deste entrevistado para a participação do presente estudo.

---

Assinatura da testemunha

Declaro que assisti à explicação de Heloise Michelle Nunes Medeiros e confirmo que este entrevistado compreendeu e retirou suas dúvidas, assim como eu, a tudo o que será realizado na pesquisa.

---

Heloise Michelle Nunes Medeiros  
(Pesquisadora)

Declaramos que obtivemos de forma apropriada e voluntária o consentimento livre e esclarecido deste entrevistado para participação no presente estudo.

## ANEXOS

### **ANEXO I – Resolução UFOPA nº 187/2017 utilizada para formatação dos elementos gerais da dissertação.**

A Resolução Nº 183 de 23 de fevereiro de 2017 aprova o Guia de Normalização da Produção Científica da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). A mesma pode ser acessada através do link:

<http://www2.ufopa.edu.br/ufopa/arquivo/consun/resolucoes/resolucao-no-187.17-consepe-aprova-o-guia-de-normalizacao-da-producao-cientifica-1/view>

## ANEXO II – Autorização Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP).

INSTITUTO ESPERANÇA DE  
ENSINO SUPERIOR / IESPES



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** TURISMO ALTERNATIVO (TA): POTENCIALIDADE E PERCEPÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS POR POPULAÇÕES LOCAIS EM UMA RESERVA EXTRATIVISTA (RESEX) DO OESTE PARAENSE

**Pesquisador:** HELOISE MICHELLE NUNES MEDEIROS

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 95504818.8.0000.8070

**Instituição Proponente:** Universidade Federal do Oeste do Pará

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.954.087

#### **Apresentação do Projeto:**

O projeto está situado dentro da temática do Turismo alternativo em comunidade da RESEX Tapajós-Arapiuns, no âmbito dos impactos ambientais.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

Avaliar a potencialidade dos atrativos turísticos existentes e verificar os principais impactos socioambientais que o turismo alternativo traz para as comunidades.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os Riscos e Benefícios estão apresentados de maneira satisfatória.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa apresenta uma temática relevante, abrangendo dez comunidades com potencial turístico na região investigada.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O TCLE está elaborado de acordo com a resolução 486/12.

#### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

A pendência da primeira submissão foi sanada de maneira satisfatória.

#### **Considerações Finais a critério do CEP:**

**Endereço:** AV. DEPUTADO ICOARACI NUNES, 3344  
**Bairro:** CARANAZAL **CEP:** 68.040-100  
**UF:** PA **Município:** SANTAREM  
**Telefone:** (93)3529-1763 **E-mail:** cep@lespes.edu.br

Continuação do Parecer: 2.954.087

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1072578.pdf	24/09/2018 17:24:52		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	24/09/2018 17:24:01	HELOISE MICHELLE NUNES MEDEIROS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	24/09/2018 17:21:36	HELOISE MICHELLE NUNES MEDEIROS	Aceito
Outros	Encaminhamento_projeto_CEP.pdf	31/05/2018 19:35:05	HELOISE MICHELLE NUNES MEDEIROS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_de_vinculo.pdf	31/05/2018 19:27:44	HELOISE MICHELLE NUNES MEDEIROS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	31/05/2018 19:12:58	HELOISE MICHELLE NUNES MEDEIROS	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SANTAREM, 10 de Outubro de 2018

---

**Assinado por:**  
**Daniel Berretta Moreira Alves**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** AV. DEPUTADO ICOARACI NUNES, 3344

Bairro: CARANAZAL

CEP: 68.040-100

UF: PA Município: SANTAREM

Telefone: (93)3529-1763

E-mail: cep@iespes.edu.br

## ANEXO III – Autorização do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO).



Ministério do Meio Ambiente - MMA  
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

### Autorização para atividades com finalidade científica

<b>Número:</b> 63418-1	<b>Data da Emissão:</b> 26/06/2018 14:40	<b>Data para Revalidação*:</b> 26/07/2019
------------------------	--	---

\* De acordo com o art. 26 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.

#### Dados do titular

Nome: Heloise Michelle Nunes Medeiros	CPF: 746.683.152-49
Título do Projeto: Turismo Alternativo: potencialidade e percepção de impactos socioambientais por populações locais em uma Reserva Extrativista do Oeste Paraense	
Nome da Instituição : Universidade Federal do Oeste do Pará	CNPJ: 11.118.393/0001-59

#### Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Coleta de dados	08/2018	07/2019

#### Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia. Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
2	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
3	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
4	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
5	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em <a href="http://www.mma.gov.br/igen">www.mma.gov.br/igen</a> .
6	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.
7	

#### Outras ressalvas

1	Ressalva que devem ser encaminhadas cópias de artigos, resumos, reportagens e outras publicações originárias desta pesquisa para compor o acervo bibliográfico da UC (Avenida Tapajós, n. 2201 - Lagunho- CEP: 68040-000. Santarém/PA). Também deve ser encaminhado com antecedência cronograma de atividade de campo na RESEX para a equipe gestora, para fins de mobilização e emissão de autorização de entrada nas comunidades. Sugerimos, após a conclusão do trabalho de campo e após uso dos dados, fornecer resolutiva as comunidades participantes, na forma oral ou escrita (banner ou cartilha) com os principais resultados. Por fim, esta licença não exime o pesquisador de solicitar autorização das comunidades ribeirinhas onde será feita a coleta ou questionários.
---	--

#### Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		PA	RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS ARAPIUNS	UC Federal

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet ([www.icmbio.gov.br/sisbio](http://www.icmbio.gov.br/sisbio)).

Código de autenticação: 95638462



Página 1/3



Ministério do Meio Ambiente - MMA  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

### Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 63418-1	Data da Emissão: 26/06/2018 14:40	Data para Revalidação*: 26/07/2019
-----------------	-----------------------------------	------------------------------------

\* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.

#### Dados do titular

Nome: Heloise Michelle Nunes Medeiros	CPF: 746.683.152-49
Título do Projeto: Turismo Alternativo: potencialidade e percepção de impactos socioambientais por populações locais em uma Reserva Extrativista do Oeste Paraense	
Nome da Instituição : Universidade Federal do Oeste do Pará	CNPJ: 11.118.393/0001-59

### Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº 03/2014, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Taxon*	Qtde.	Tipo de amostra	Qtde.	Data

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet ([www.icmbio.gov.br/sisbio](http://www.icmbio.gov.br/sisbio)).

Código de autenticação: 95638462



Página 2/3



Ministério do Meio Ambiente - MMA  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

### Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 63418-1	Data da Emissão: 26/06/2018 14:40	Data para Revalidação*: 26/07/2019
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

#### Dados do titular

Nome: Heloise Michelle Nunes Medeiros	CPF: 746.683.152-49
Título do Projeto: Turismo Alternativo: potencialidade e percepção de impactos socioambientais por populações locais em uma Reserva Extrativista do Oeste Paraense	
Nome da Instituição : Universidade Federal do Oeste do Pará	CNPJ: 11.118.393/0001-59

\* Identificar o espécime no nível taxonômico possível.

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet ([www.icmbio.gov.br/sisbio](http://www.icmbio.gov.br/sisbio)).

Código de autenticação: 95638462



Página 3/3